

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA**

**EUDSON SILVA DOS SANTOS**

**“E EM CUJA FÉ PROTESTO VIVER E MORRER NA RELIGIÃO DE MAHOMET”  
BENEDICTO E BEBIANA: ISLAMISMO E CATOLICISMO NAS TRAJETÓRIAS E  
EXPERIÊNCIAS EM PENEDO-AL (1855-1893)**

Maceió-AL

2024

**EUudson SILVA DOS SANTOS**

**“E EM CUJA FÉ PROTESTO VIVER E MORRER NA RELIGIÃO DE MAHOMET”  
BENEDICTO E BEBIANA: ISLAMISMO E CATOLICISMO NAS TRAJETÓRIAS E  
EXPERIÊNCIAS EM PENEDO-AL (1855-1893)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, como requisito à obtenção do título de Mestre em História.

**Orientador:** Prof. Dr. Danilo Luiz Marques.

Maceió-AL,

2024

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecária: Betânia Almeida dos Santos – CRB-4 – 1542

S237e Santos, Eudson Silva dos.

“E em cuja fé protesto viver e morrer na religião de Mahomet”  
Benedicto e Bebiana : islamismo e catolicismo nas trajetórias e experiências  
em Penedo-AL (1855-1893) / Eudson Silva dos Santos. - 2023.  
92 f. : il. color.

Orientador: Danilo Luiz Marques.  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas.  
Instituto de Ciências Humanas Comunicação e Artes. Programa de Pós-  
Graduação em História. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 88-92.

1. Negros muçulmanos (Malês) – Penedo . 2. Negros muçulmanos (Malês)  
– Experiências e trajetórias. 3. Identidade e religiosidade. 4. Penedo – AL. I.  
Título.


CDU: 930.85 : 299.6

## Folha de Aprovação

**EUDESON SILVA DOS SANTOS**

“E em cuja fé protesto viver e morrer na religião de Mahomet” filhos de Alá em Alagoas: trajetórias e experiências afro-muçulmanas (Penedo/AL, 1850-1893)”


Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 16 de fevereiro de 2024.

Documento assinado digitalmente  
 **DANILO LUIZ MARQUES**  
Data: 16/02/2024 17:30:47-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---


Prof. Dr. Danilo Luiz Marques (Orientador)  
Universidade Federal de Alagoas

### Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente  
 **LUANA TEIXEIRA**  
Data: 19/02/2024 09:24:47-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Luana Teixeira (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Alagoas

Documento assinado digitalmente  
 **KARLA LEANDRO RASCKE**  
Data: 17/02/2024 17:38:17-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Karla Leandro Rascke (Examinadora Externa)  
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Os escritos na parede  
A ideia na cabeça  
O ferro na fogueira  
Lapidando os instrumentos

Misturaram o seu ódio  
o seu medo e sua coragem  
invadiram aquele espaço  
querendo o deles conquistar

O corte da estrovenga  
o rasgão do facão  
a foice afiada  
dentro do seu coração

Batuque de engenho  
já não se ouve mais  
o ferro na fogueira  
quem pensa o ferro faz

Malê

Malê – Sheik Tosado

## AGRADECIMENTOS

O desejo em estudar e me profissionalizar em história-licenciatura só aconteceu no último ano do ensino médio, no colégio da Polícia Militar, com o professor Rosivaldo (*in memoriam*), que com sua metodologia me fez pensar em vivenciar o estudo de história. Este querido professor cumpriu a função de estimular o senso crítico dos alunos e fez com que muitos alunos estudassem para se tornarem professores e a carreira de policial militar, já que ele tinha duas profissões.

Ao meu pai, Edson, que só pode estudar até a 4ª série primária, por vários motivos, ter que ajudar meus avós na roça, ter que colocar comida na mesa dos pais. À senhora minha mãe, dona Cícera (*in memoriam*), que no momento do seu passamento, estava realizando um sonho, estudar um curso superior. Ela sempre foi a maior estimuladora, incentivadora e presente nos meus estudos, desde participar das reuniões de pais e professores e festas no fundamental e médio. E, no momento em que comecei a perder a visão, era ela que ficava comigo durante a noite lendo os textos que eram passados para fichar e resumir, durante a graduação em História.

Além dessas leituras que ela fazia para me auxiliar, outra atividade da qual sou muito grato era a de me presentear com livros, mesmo ela não tendo o costume da leitura. Dois livros ainda são muito importantes para minha jornada acadêmica, A revolta dos Malês de 1835, do historiador João José Reis e Apologia da História, de Marc Bloch. Neste, deixou uma dedicatória. **“Espero que este livro venha a acrescentar os conhecimentos de um historiador, que ama o que faz, e por isso é amado pelas pessoas que o cercam, e que é muito especial para mim. Essa pessoa é: meu filho”**. As minhas irmãs, Manu e Elenice, a minha sobrinha Belinha são pessoas que sempre estão na retaguarda.

Para Lilia, minha companheira de jornada, de cotidiano, de estudos, de debates e da construção. Muito agradecido pelas várias leituras e apontamentos e como eu poderia melhorar a minha pesquisa, inclusive se não fosse pelo incentivo dela, eu não estaria ligado ao PPGH. E nesse companheirismo que se multiplica, veio a nossa menina, Lygia, que acompanhou o fim desta pesquisa. E por ela, temos que continuar estudando e nos tornar referência para a sua futura jornada de estudos. Aos nossos quatro bichanos que nos acompanham pela casa em mais uma construção de mais uma dissertação em história.

Ao Professor Doutor Danilo Marques, pelas orientações desse trabalho e pelos estímulos para entrar e me manter na Ufal desde a graduação. À banca de qualificação, composta pela professora Luana Teixeira, Pedro Vasconcellos e Karla Leandro, pelos vários apontamentos e direcionamentos necessários para o melhor andamento desta pesquisa. Quero agradecer ao corpo docente do PPGH e aos professores com quem tive possibilidade de estudar

durante o mestrado, professores Irineia, que foi minha orientadora na graduação em história-licenciatura pela Ufal, Professora Luana Teixeira, Professor Vieira, Professora Flávia e meu orientador Danilo. Meu último agradecimento vai para professora Ana Paula Palamantchuk (*in memoriam*), que veio a mim para expressar sua felicidade pelo meu ingresso no PPGH-UFAL.

## RESUMO

Este estudo objetiva compreender as experiências e trajetórias da população negra muçulmana de Penedo-Al, na segunda metade do século XIX. Para tanto, utilizamos o método onomástico e paradigma indiciário do historiador Carlo Ginzburg, com o intento de evidenciar as trajetórias dos africanos malês identificados. Desse modo, as mais diversas fontes, como jornais, registros de compra e venda de escravizados, taxaço sobre escravizados, cartas de alforrias, registros paroquiais e de cartório de registro civil, ofícios sobre africanos livres, compromisso de irmandades, recenseamentos, fotografias e relatos de viajantes compuseram o arsenal necessário. Diante do exposto, buscou-se compreender as relações sociais, econômicas, religiosas e de compadrios dos africanos muçulmanos de Penedo, a partir do conceito de “experiência” do historiador E.P Thompson.

**Palavras-chave:** Trajetórias negras. Experiências. Malês. Penedo. Século XIX.



## ABSTRACT

This study aims to understand the experiences and trajectories of the black Muslim population of Penedo-Al in the second half of the 19th century. To this end, we used the onomastic method and the indicative paradigm of historian Carlo Ginzburg, in order to highlight the trajectories of the malês Africans identified. In this way, the most diverse sources such as newspapers, records of the purchase and sale of enslaved people, taxation on enslaved people, letters of release, parish and civil registry records, official letters about free Africans, brotherhood commitments, censuses, photographs and travelers' accounts made up the necessary arsenal. In light of the above, we sought to understand the social, economic, religious and fraternization relations of the African Muslims of Penedo, based on historian E.P. Thompson's concept of "experience".

**Keywords:** Black Trajectories. Experiences. Malês. Penedo. 19th century.

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1: Vila de Penedo, 1859.....</b>	<b>24</b>
<b>Figura 2: Panorama de Penedo. ....</b>	<b>27</b>
<b>Figura 3: Visão da Catedral de N.sa. Do Rosário. ....</b>	<b>30</b>
<b>Figura 4: Bairro Barro Vermelho-Penedo. ....</b>	<b>31</b>
<b>Figura 5: Paço Imperial - Penedo.....</b>	<b>32</b>
<b>Figura 6: Vendedores de potes. ....</b>	<b>33</b>
<b>Figura 7: Praça de Nossa Senhora, Matriz do Rosário, convento Nossa Senhora dos Anjos e rio São Francisco .....</b>	<b>35</b>
<b>Figura 8: Bairro Barro Vermelho. ....</b>	<b>35</b>
<b>Figura 9: Homens velejando no rio São Francisco. ....</b>	<b>36</b>
<b>Figura 10: Trabalhadores/as escravizados na plantação de café. ....</b>	<b>37</b>
<b>Figura 11: Exposição permanente linear Casa do Patrimônio.....</b>	<b>38</b>
<b>Figura 12: Rua do Comércio .....</b>	<b>39</b>
<b>Figura 13: Rua do comércio e Igreja Nossa Senhora das Correntes.....</b>	<b>39</b>
<b>Figura 14: Mapa dos motins contrários à “Lei do Cativoiro” em Alagoas (1851-1852)..</b>	<b>45</b>
<b>Figura 15: Exposição permanente linear Casa do Patrimônio.....</b>	<b>49</b>
<b>Figura 16: Divisão leste/oeste da Província de Alagoas em 1872 .....</b>	<b>50</b>
<b>Figura 17: Negros muçulmanos (malês) do Penedo.....</b>	<b>69</b>
<b>Figura 18: Peças do acervo da Fundação da Casa do Penedo.....</b>	<b>70</b>
<b>Figura 19: Tecebá: rosário muçulmano. Exposto no Museu do São Francisco .....</b>	<b>71</b>
<b>Figura 20: Boneca Bebiana em cortejo com as baianas.....</b>	<b>72</b>
<b>Figura 21: O Homem da meia noite nas ruas de Olinda .....</b>	<b>73</b>
<b>Figura 22: Chefe sacrificador da Festa dos Mortos.....</b>	<b>75</b>
<b>Figura 23: Negra usando o que pode ser um amuleto .....</b>	<b>76</b>
<b>Figura 24: Amuleto apreendido dentro de um patuá .....</b>	<b>77</b>

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
CAPÍTULO 1: “RELATOS DE VIAGENS” DESENHOS E FOTOGRAFIAS DE PENEDO-AL, NO SÉCULO XIX.....	18
1.1. Penedo através dos viajantes: população, cotidiano e desenhos.....	19
1.2. As fotografias e os relatos: experiências do cotidiano de Penedo .....	28
CAPÍTULO 2: O ISLÃ NEGRO EM ALAGOAS: ESCRAVIDÃO E MOBILIDADE ENTRE OS AFRICANOS E AFRODESCENDENTES. ....	41
2.1. Recenseamentos e a população negra penedense .....	41
2.2. As comunidades católicas negras e a população negra nas posturas municipais.....	46
CAPÍTULO 3: AS TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE BEBIANA MARIA DA CONCEIÇÃO COSTA E BENEDICTO DUTRA .....	56
3.1. As experiências de Bebiana Maria da Conceição Costa .....	57
3.2. A trajetória de Benedicto Dutra .....	62
3.3. Comunidade islâmica negra Penedense .....	68
4.0 CONCLUSÃO .....	79

## INTRODUÇÃO

Entre os anos de 1814 e 1815, instaurou-se um clima de tensão na Cidade das Alagoas, na Comarca de Alagoas, Capitania de Pernambuco, conforme indicou o historiador Danilo Luiz Marques (2018). Tratava-se de um levante de africanos escravizados e libertos, aparentemente, liderado por um africano de nome Joaquim<sup>1</sup>, natural da Costa da Mina<sup>2</sup>. De acordo o historiador Luiz Silva<sup>3</sup>, no artigo “Sementes da sedição”: etnia, revolta escrava e controle social na América portuguesa (1808-1817)”, Joaquim encomendou armas e reuniu outros negros para tomar terras e matar brancos na noite de Natal de 1815. Um cenário de guerra foi articulado por africanos e africanas que eram identificados como *haussá*, *fulani*, ou genericamente, Costa da Mina. Entre eles, estava a “negra Garcia”<sup>4</sup>, que recebera homenagens hierárquicas, tinha os pés lavados com vinho e era chamada de rainha. Cativos de outras nações também participaram do levante. Esse cenário, ficou conhecido como “sedição dos negros”<sup>5</sup> ou “insurreição dos negros”, como tratou o memorialista Abelardo Duarte<sup>6</sup>.

Contudo, a revolta que estava prestes a acontecer no Natal daquele ano, foi sufocada antes de se efetivar. As informações a respeito dos preparativos da sedição corriam de boca em boca nas festas negras compostas por batuques, bebidas mágicas e esperanças de liberdade em um futuro próximo<sup>7</sup>. Nesse contexto, o ouvidor Antônio Batalha, na carta direcionada ao governador da Capitania de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, afirmou que os cativos se sentiam como livres e “davam mutuamente títulos honrosos, liberalmente distribuídos por Inácio, escravo de José Fernandes Bulhões”<sup>8</sup>. Desse modo, a presença de insurgentes também foi percebida na Vila do Penedo, de modo que até a década de 80 do século XIX, havia registro de um grupo de africanos muçulmanos.

Nesse cenário, as informações sobre as possibilidades de uma insurreição por parte de cativos e forros chegaram até o governador da capitania de Pernambuco, através do ouvidor Antônio Batalha. Ciente de tal situação, o governador tomou medidas urgentes, pois “no dia 19

---

<sup>1</sup> Relação dos presos remetida pelo Dr. Ouvidor geral da Comarca de Alagoas. APEJE. Ofícios do Governo. Cód, -15 (1814-1817) fls. 113-116v.-191. Recife, 06.05.1816. Fonte indicada por Luiz Silva (2001).

<sup>2</sup> Idem.

<sup>3</sup> SILVA, Luiz Geraldo. “Sementes da sedição”: etnia, revolta escrava e controle social na América portuguesa (1808-1817). In. REIS, João José, SILVEIRA, Renato da e ZAMPARONI, Valdemir (Ed.). Afro-Ásia nº 25-26 (2001). <https://pt.scribd.com/document/369217000/afroasiarevoltaescravanaamericaportuguesa>

<sup>4</sup> Acórdão proferido na Devassa de sublevação e sedição dos negros da Comarca das Alagoas, declarando se poupando embargos a ele por parte do Réu condenado a morte, se forem desprezados. Cumpra. Arquivo Nacional. (1815-1817), Recife. Fonte indicada por Luiz Silva (2001).

<sup>5</sup> (SILVA, 2001)

<sup>6</sup> DUARTE, Abelardo. **Negros muçulmanos em Alagoas (os malês)**. Maceió: Edições Caetés, 1958.

<sup>7</sup> Carta do Ouvidor Antônio Batalha a Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Arquivo Nacional IJJ9, 241. Vol. 05 (1815-1817), fls. 113-116v. Porto de Pedras, 22.03.1816. Fonte indicada por Luiz Silva (2001).

<sup>8</sup> Idem.

de julho de 1815 já havia 25 insurrectos presos” (SILVA, 2001, p. 45). O envio de soldados para combater a revolta também foi um mecanismo acionado para conter os revoltosos. Ainda conforme Silva (2001), os cativos da comarca de Alagoas foram severamente punidos. Em 27 de agosto de 1816, o africano Joaquim, da Costa da Mina foi executado.<sup>9</sup>

A sedição negra é, primeiramente, discutida pelo folclorista alagoano Abelardo Duarte<sup>10</sup> na obra “Negros Muçulmanos nas Alagoas” (os malês), que segundo este, quase ocorreu na vila do Penedo. O historiador Luiz Silva (2001), em um artigo publicado na revista Afro-Ásia, demonstrou a influência baiana no processo de organização dos revoltosos e se debruçou sobre o acórdão da devassa, dando nomes aos africanos acusados de participar do movimento e as punições sofridas por esses. No trabalho de Silva (2001), não existe nenhuma menção à pesquisa de Duarte, mas ambos os trabalhos destacam que se tratava de africanos malês<sup>11</sup>, que professavam o islamismo. A historiadora Priscilla Melo<sup>12</sup> também, observou a manifestação afro-muçulmana em um tópico de poucas páginas em sua tese de doutorado, “Leitura, encantamento e rebelião: o Islã negro no Brasil no século XIX”.

Após os estudos citados, a respeito da mobilização negra desarticulada em 1815, há uma dispersão, em termos de pesquisa, no tempo e no espaço ao que se refere às experiências afro-muçulmanas em Penedo e em Alagoas de modo geral. As informações sobre a presença malê são rarefeitas nos documentos oficiais, tanto no período de Alagoas, enquanto Comarca da Capitania de Pernambuco, como em Alagoas, no contexto provincial, após 1817, e no imediato pós-abolição. Somente aos fins de 1880, precisamente 1886 e 1888, é que aparecem dois testamentos de africanos “cujo a [sic] fê protesto viver e morrer na religião de Mahomet, em que nasci” (MELLO, 2009, p. 202) e de ter o velório nos “costumes da religião de Maomé”<sup>13</sup> indicados por Priscilla Melo.

As evidências mencionadas são de dois sujeitos: Bebiana Maria da Conceição Costa (1886) e Benedicto Dutra (1888). Ambos os testamentos lavrados em Penedo, no final da segunda metade do século XIX e faziam referência ao Islã. Bebiana Costa dizia-se professa da religião de Maomé e explicitava querer que o seu enterro fosse católico. Benedicto Dutra

<sup>9</sup> Acórdão proferido na Devassa de sublevação e sedição dos negros da Comarca das Alagoas, declarando se poupando embargos a ele por parte do Réu condenado a morte, se forem desprezados. Cumpra. Arquivo Nacional. (1815-1817), Recife.

<sup>10</sup> A respeito dos folcloristas alagoanos e as perspectivas a respeito da população negra, ver o trabalho de Gabriela Torres Dias DIAS, Gabriela Torres. **Intelectuais alagoanos e o Quebra de Xangô de 1912: uma história de silêncios** (1930-1950). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Alagoas, Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2018.

<sup>11</sup> Segundo João José Reis (2003), malê ou imale, a tradução refere-se a negro muçulmano.

<sup>12</sup> MELLO, Priscilla Leal. **Leitura, encantamento e rebelião: o Islã negro no Brasil no século XIX**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense. Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, 2009, disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1111.pdf>

<sup>13</sup> Testamento presente na tese de Doutorado de Mello (2009), p. 203.

apresentava-se na religião católica, mas desejava seu sepultamento na liturgia cristã católica e, também, muçulmana. As duas personagens dos testamentos de 1886 e 1888 se declararam naturais da Costa d'África, o que aponta a possibilidade de pensar a respeito dessa “Costa d'África” e de “devotos de Maomé” entre os africanos de Penedo, até às vésperas da abolição e nos anos seguintes.

Um pouco mais adiante, em 1895, o memorialista Melo Morais em “Festas e tradições populares do Brasil”<sup>14</sup>, recorrendo às suas memórias, descreveu a Festa dos Mortos em Penedo no ano de 1888, uma tradição tipicamente malê. A festa sugere que esses sujeitos conseguiram manter suas práticas religiosas, talvez não como demandassem as práticas muçulmanas na península arábica, berço do islamismo. Entretanto, seria um retrato importante para refletir como os agentes afro-muçulmanos, em meio a uma sociedade escravista e católica, experimentaram a perseguição e a repressão, e ainda assim, conseguiram atender aos preceitos muçulmanos, ou, pelo menos, alguns deles, já transmutados do islamismo existente em África.

Outro registro da presença afro-muçulmana em Alagoas, ao fim do século XIX, é uma fotografia anexada no livro de Duarte (1958). O verso da fotografia está datado de 24 de agosto de 1887 e com os seguintes dizeres, “Candomblé – Brinquedo dos negros em Penedo”, ao se observar a imagem “[...] mostra um grupo de vinte africanos (20), cinco (5) homens e quinze (15) mulheres [...]”. Percebe-se pela indumentária as características malês, como a utilização de turbantes muçulmanos pelas mulheres e os homens utilizando túnicas ou abadás e o filá. Ao centro do registro, nota-se a presença de um homem vestido com uma túnica listrada na vertical, portando nas mãos um largo rosário ou tecebá, contendo noventa e nove contas pretas de madeira. Demonstrando um possível papel de liderança religiosa, um Alufá<sup>15</sup>.

A prática do proselitismo, o ensino do árabe para a leitura e escrita de versos do alcorão, o exercício da religiosidade islâmica, na cidade de Penedo,<sup>16</sup> possuía certa dificuldade. Isso porque havia um acordo de posturas municipais, em 1861, que determinava toque de recolher aos escravizados e prisão em caso de desobediência (LIMA JÚNIOR, 1975)<sup>17</sup>, e é possível que esses sujeitos tenham sido alvos de perseguições por não serem adeptos da religião oficial, o catolicismo. Além disso, a fama de negros perigosos que os malês possuíam (REIS, 2003) teria, também, provocado a inquietação das autoridades locais. A constante vigilância poderia ter dificultado o exercício das práticas religiosas da fé muçulmana desses africanos.

---

<sup>14</sup>MELO, Morais Filho. **Festas e tradições populares do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1061>.

<sup>15</sup> Sacerdote, chefe, também chamado *lemané* ou *lemanó* (DUARTE, 1958).

<sup>16</sup> Elevação à cidade em 1842 (MÉRO, 1991).

Mesmo com a diminuta historiografia sobre as práticas religiosas e experiências afro-muçulmanas em Alagoas, percebe-se que as nações descritas nos autos do inquérito da sublevação de 1815, em sua maioria, são da Costa da Mina. Em um censo demográfico da Vila do Penedo, de 1828, consta a presença de africanos *haussás*, *fulas* e *mandingas* (DUARTE, 1958, p. 39). Félix Lima Junior no livro “Escravidão em Alagoas” nos deixa rastros sobre a possibilidade de estudar os censos populacionais; o primeiro é datado de 1819, logo após a elevação de Alagoas à Capitania e o último registro populacional é datado do final do império, em 1885, já como província e próximo ao fim da escravidão, em 1888. Como também a análise do Recenseamento do Brasil de 1872<sup>18</sup>, o censo da província de Alagoas de 1875 e o primeiro recenseamento como República dos Estados Unidos do Brasil em 1890. Sobre os estudos dos censos, sejam provinciais, imperiais e republicanos, Trouillot nos alerta sobre o silenciamento desses, que

o recenseador é sempre um censor – e não apenas por conta de uma feliz convergência etimológica: aquele que conta cabeças também silencia fatos e vozes. Os Silêncios são inerentes à criação de fontes, o primeiro momento na produção histórica (TROUILLOT, 2016, p. 91).

Posto isto, procuramos investigar e analisar, ao longo desta dissertação, as trajetórias e experiências afro-muçulmanas em seus aspectos sociais, culturais, políticos e religiosos, em Penedo no século XIX, especificamente entre a segunda metade do século, 1850, até os primeiros anos do imediato pós-abolição, 1895.

Cabe ainda ponderar que amplificação da historiografia acerca da população negra ocorre somente no século XXI, com obras, a exemplo de “Pesquisando (n)a província: economia, trabalho e cultura numa sociedade escravagista. (Alagoas, século XIX)”, organizado pelo historiador Osvaldo Maciel (2011); a dissertação “Sobreviver e resistir: os caminhos para a liberdade de escravizadas e africanas livres em Maceió (1849-1888)”, do historiador Danilo Luiz Marques (2016); a tese da pesquisadora Luana Teixeira (2016), “Comércio interprovincial de escravos em Alagoas no Segundo Reinado”<sup>19</sup>, e as pesquisas do Nesem – Ufal – Núcleo Escravidão e Sociedade na Época Moderna, grupo de estudo e pesquisa sobre a história da escravidão e sociedades escravistas, coordenado pelo historiador Gian Carlo, são exemplos dessa ampliação de objetos de estudo.

---

<sup>18</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>

<sup>19</sup> TEIXEIRA, Luana. **Comércio interprovincial de escravos em Alagoas no segundo reinado**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Pós-Graduação em História, Recife, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/18741>>.

Já no aspecto religioso afro-alagoano, começou a ser dado o devido destaque com a pesquisa do antropólogo Ulisses Neves Rafael (2004), “Xangô rezado baixo: Um estudo da perseguição aos terreiros de Alagoas em 1912”. Essa pesquisa desencadeou outras investigações como a dissertação em sociologia de Daniel Marinho (2009), que estudou alguns acontecimentos sociais em Maceió, como o processo de satanização da religião de matriz africana.

Contribuições relevantes partiram, também, da professora e historiadora Irinéia Santos, com a tese de doutorado em História “Nos domínios de Exu e Xangô o Axé Nunca se Quebra. Transformações Históricas nas Religiões Afro-Brasileiras em São Paulo e Maceió: 1970-2000” (2012), e o livro “A caverna do diabo e outras histórias: ensaios de história social das religiões (Alagoas, séculos XIX e XX)” (2016). Também há a pesquisa da historiadora, formada pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (PPGH-UFAL), Gabriela Torres Dias, que trata sobre o silenciamento dos intelectuais alagoanos a respeito do Quebra de Xangô de 1912, cujo título é “Os Intelectuais alagoanos e o Quebra de Xangô de 1912: uma história de silêncios (1930-1950)”, e de Lilia Ferreira (2021), intitulada “Dinâmicas sociorreligiosas e experiências negras na Maceió pós-abolição (1889-1899), defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (PPGH-UFRPE).

Diante das pesquisas apresentadas, buscamos contribuir, academicamente, concentrando esforços de análise às experiências e as trajetórias dos indivíduos africanos muçulmanos, livres ou escravizados, focados na Cidade de Penedo-AL. Nosso ponto de partida foram os nomes contidos nos testamentos de 1886 e 1888, que nos fizeram questionar se houve impactos na legislação local para coibir as manifestações malês na cidade do Penedo ou não. Além disso, qual a influência da cultura negra muçulmana para a população da cidade? Como os malês experimentaram as práticas religiosas em meio a uma sociedade escravista e institucionalmente católica? Essas e outras questões foram desenvolvidas ao longo dos capítulos.

A partir das exposições acima, nosso objetivo se pautou em perseguir as trajetórias e experiências negras e afro-muçulmanas nas dimensões sociais, políticas, religiosas, de negociações e resistências de homens e mulheres, na cidade de Penedo, entre a segunda metade do século XIX até o imediato pós-abolição, no recorte temporal entre 1850 a 1895. Nesse sentido, buscou-se acompanhar as dinâmicas religiosas, culturais e de trabalho da população muçulmana, de homens e mulheres escravizados e/ou libertos no contexto da escravidão, bem



como identificar os movimentos de inserção social através da relação das comunidades católicas negras e os africanos islamizados.

Em relação à metodologia adotada neste trabalho, destaca-se a História Social, sintetizado por Hebe Castro (1997)<sup>20</sup> como a “[...] forma de abordagem que prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivos – sociais – na explicação histórica”. O processo de diferenciação é essencial para compreender a dinâmica social e ao mesmo tempo cultural dos africanos e seus descendentes no contexto da pós-abolição. Além disso, o método onomástico, conforme o historiador italiano Carlo Ginzburg (1989), tendo o nome como condutor, que “[...] por um lado move-se numa escala reduzida, permite em muitos casos uma reconstituição do vivido impensável noutros tipos de historiografia”. (GINZBURG. 1989, p. 177-178).<sup>21</sup> O nome é o que diferencia um sujeito dentro de um determinado contexto histórico e social, é aquilo que o torna único. Desse modo, o método onomástico contribui para buscar e cruzar fontes a respeito dos africanos Bebiana Maria da Conceição Costa, Benedicto Dutra e sua cônjuge, Maria Francisca dos Santos Duarte, por exemplo.

Para compreender as “experiências” dos indivíduos, como a de Bebiana, que declara professar a religião de Maomé e ser integrante de duas irmandades católicas, como também a constituição de família por Benedicto e as suas relações com o cristianismo, utilizamos a conceituação de Edward Palmer Thompson, que compreende o estudo das experiências enquanto capaz de nos levar a entender sistemas “ complexos e elaborados que a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão [...]: parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis da regulação social” (THOMPSON, 1981, pp. 188-189).. Além de pautar a hegemonia e deferência,

as formas simbólicas de dominação e de resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, maneiras, leis, instituições e ideologias - tudo o que, em sua totalidade, compreende a "genética" de todo o processo histórico, sistemas que se reúnem todos, num certo ponto, na experiência humana comum, que exerce ela própria (como experiências de classe peculiares) sua pressão sobre o conjunto (THOMPSON, 1981, pp. 188-189).

Desse modo, analisar a biografia e as experiências dos sujeitos, a partir da perspectiva “vista de baixo”, observando livros de casamentos, batismo, óbitos, registros de milícias e

---

<sup>20</sup>CASTRO, Hebe. **História Social**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 42-52. (P. 49)

<sup>21</sup> (GINZBURG. 1989, p. 177-178)

testamentos, é poder analisar contextos individuais e coletivos, ao mesmo tempo, dentro do campo social e das tessituras do cotidiano.

Nesse sentido, cabe pontuar que o interesse nesta temática, surgiu ainda no contexto da graduação em História licenciatura na Ufal, entre 2008 a 2013, enquanto estagiário do NEAB – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (atualmente NEABI – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal de Alagoas), tive contato com pesquisas, perspectivas de mobilização social negra, além da obra do historiador João José Reis (2003). Esse autor afirma que alguns africanos “[...] insurgentes que conseguiram romper o cerco continuaram a lutar. Foram parar em Alagoas, onde teriam se aquilombado e planejado um levante dos escravos locais, que afinal não se materializou, com a data marcada para o Natal de 1815”. Isso chamou atenção para buscar entender de que modo os sujeitos se articularam nessa área. Com a participação dos estudos no Laboratório de História da África e Afro-Brasileira – LAHAFRO, ampliei os conhecimentos sobre essa temática, a presença afro-muçulmana em Alagoas, resultando no meu trabalho de conclusão de curso intitulado “Filhos de Alá em terras Caetés”. Por fim, ressalto a continuidade de uma pesquisa que surgiu na graduação. Para além do aspecto acadêmico, nosso objetivo é contribuir com a história e a historiografia da população negra em Alagoas, na condição de pesquisador e aliado da luta antirracista. Assim, apresentar resultados a respeito de um campo historicamente negligenciado ou, como sugere Trouillot, silenciado, é parte de uma construção paulatina da luta antirracista dentro da pesquisa acadêmica.

Diante das considerações expostas, o presente trabalho divide-se em três capítulos. O primeiro, “Cotidiano e escravidão em Penedo”, usamos os relatos de algumas pessoas que passaram pela cidade na segunda metade do século XIX, como Theodoro Sampaio, Halfeld e Dom Pedro II que deixaram descritos o cotidiano da cidade, a sua população, o seu comércio, as práticas religiosas e o ir-e-vir do porto da cidade e registraram a cidade em forma de desenho. No segundo momento desse capítulo, iremos analisar outros relatos de viajantes, junto com seus registros fotográficos da cidade de Penedo, como esses fotógrafos enxergavam a cidade, os seus movimentos, a relação com o rio e a sua população.

No segundo, “O Islã negro em Alagoas: escravidão e mobilidade entre os africanos e afrodescendentes”, iremos debater sobre o tráfico atlântico e os negros muçulmanos no Brasil, perpassando pelas províncias em que houve maior registro da presença afro-muçulmana, como a Bahia, Pernambuco, Sergipe, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Debatendo o ciclo de revoltas escravas no nordeste brasileiro, em especial a província da Bahia, percebendo as

mudanças no estilo de revolta, que tornava-se urbana e por último relatar a presença malê na comarca de Alagoas na arquitetada revolta de 1815.

No terceiro e último capítulo, “A presença muçulmana em Penedo”, demonstraremos a formação social da cidade de Penedo na segunda metade do século XIX, iremos analisar alguns recenseamentos, municipais, provinciais, imperiais e republicanos. Em alguns desses censos consta o número de alfabetizados, religião, nacionalidade, gênero, profissão e outras informações importantes para se construir a sociedade local, além das epidemias que assolaram a cidade, como a cólera, varíola e febre amarela. No último tópico iremos demonstrar a formação de família pelos escravizados, libertos e africanos livres e como esse grupo poderia utilizar as redes de compadrios para inserção social. E concluiremos traçando as trajetórias de alguns desses personagens, desde o seu período como escravizado até o registro de seu óbito.

## **CAPÍTULO 1: “RELATOS DE VIAGENS” DESENHOS E FOTOGRAFIAS DE PENEDO-AL, NO SÉCULO XIX**

Na segunda metade do século XIX, a cidade de Penedo era o segundo maior porto da província de Alagoas. Naquele meado de século, recebeu a visita de estrangeiros e brasileiros contratados pelo império em comissões e individualmente, cujo intuito era refazer o mapeamento de navegação do rio São Francisco. Também ocorreu a visita de políticos como o imperador do Brasil, Dom Pedro II, que passou pela cidade navegando o rio até as cachoeiras de Paulo Afonso. Ainda há os relatos da viagem pelo baixo São Francisco do presidente da província José Bento Figueiredo Junior. Com tais elementos, o objetivo central deste capítulo se pauta em analisar as relações comerciais, como a exemplo das feiras, tendo a participação de pessoas vindas de outras localidades. Além disso, localizar a cidade historicamente, analisando fotografias, desenhos e pinturas é fundamental para visualizar aspectos sociais nem sempre evidentes, como pontua Mariana Muaze (2017). Embora os censos e outros documentos localizados identifiquem a população negra naquela cidade, os agentes responsáveis pelas fontes analisadas aqui não fizeram menção a ela, embora estivesse presente. Assim, este capítulo foi dividido em duas partes. A primeira “Penedo através dos viajantes: população, cotidiano e desenhos”, analisa o relato de dois profissionais contratados pelo império do Brasil, Halfeld e Theodoro, ambos faziam o relato de viagem no processo de mapeamento de navegação do rio São Francisco. Dom Pedro II também visita a cidade de Penedo, em navegação a cidade de Paulo Afonso, na Bahia. Esse relato e o de Theodoro Sampaio deixam registros da cidade em forma de desenho.

O segundo, “As fotografias, as pessoas, e o cotidiano” centraliza a análise nos relatos de viagens dos indivíduos que passaram por Penedo. O principal destaque é composto por registros fotográficos feitos por esses sujeitos. O primeiro relato com fotografias é o do presidente da província José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, que efetuou duas viagens de navegação pelo rio São Francisco, da foz até a cidade de Paulo Afonso – Bahia. Em sua primeira viagem, estava o fotógrafo Abílio Coutinho, que fez registros em Penedo. Marc Ferrez, fotógrafo brasileiro de origem francesa, que participou de uma comitiva científica pelo São Francisco, nos deixando sua visão sobre Penedo através das lentes de vidro. As últimas informações a serem analisadas neste capítulo foram do retratista francês Adolpho Lindemann, residente na cidade de Penedo e conseguiu registrar alguns aspectos do cotidiano como a feira, festas religiosas católicas e, principalmente, a população de modo geral.

### 1.1. Penedo através dos viajantes: população, cotidiano e desenhos

Dom Pedro II, com mais de dez anos como imperador do Brasil, após golpe da maioria<sup>22</sup>, em 1852, contratou o engenheiro civil alemão Guilherme Henrique Fernando Halfeld para fazer o mapeamento do rio São Francisco. O objetivo do relatório profissional<sup>23</sup> era identificar as melhores rotas fluviais e a construção de portos para destacar o rio São Francisco como importante rota comercial. Dessa maneira, Guilherme Halfeld fez a seguinte descrição:

[...] para dar conhecimento do estado em que se acha a navegação sobre as águas do rio de S. Francisco e seus afluentes; das circunstancias que a favorecem; dos obstáculos que a dificultão ou totalmente impedem; a de ignação dos projectos e meio que julgo dever- e applicar ou que se orrerecem para effectuar-se o melhoramento do mesmo rio. e a descripção do seu curso, penso convem, para poder fazê-lo com mais clareza, explicação e ordem, seguir pelo curso do canal, que os barqueiros e canoieiros costumão navegar indo rio abaixo, analysando legua por legua (maritima de 20 ao grão), desde a Cachoeira da Pirapóra até ao Oceano Atlantico. (HALFELD, 1860, p. 01)

Desse mapeamento, surge o que podemos considerar como o primeiro relato de viagem da segunda metade do século XIX. Na légua 365 do mapeamento, que teve início na cachoeira de Pirapora na província de Minas Gerais, marcando a légua 1, aparece a menção ao município de Penedo, que segue até a foz do rio, com a descrição do arraial de São Brás, que é o primeiro povoamento do município de Penedo mapeado registrado pelo engenheiro. Este último possuía uma povoação diminuta, contendo duas igrejas, um pouco mais de 150 casas e 600 habitantes. O engenheiro não descreveu o perfil populacional do arraial.

A freguesia de “Porto-Real do Collegio<sup>24</sup>” estava localizada na légua subsequente. Conforme Halfeld, Porto Real do Colégio<sup>25</sup> era uma localidade que possuía um convento construído pelos jesuítas, com 108 habitações com cerca de 350 habitantes. No total de habitantes da freguesia, haviam 4019 pessoas, entre homens e mulheres livres, que Halfeld definiu como “maior parte descendente dos antigos indios Tupinambás, presentemente já muito mestiçados com Europeus” (1860, p. 50). Os 450 indivíduos restantes da população estavam

<sup>22</sup> Os políticos liberais, descontentes com a Regência de Araújo Lima, criam o “Clube da Maioridade” para difundir a ideia de antecipação da maioria e coroação de Pedro de Alcântara, que, em 1840, tinha 14 anos, como solução para instabilidade política causada pelas diversas revoltas regenciais, como Balaiada, Cabanagem, dos Malês, Farroupilha, Cabanada Selvagem e Rusgas Cuiabanas.

<sup>23</sup> Utilizamos o relatório profissional de Halfeld para analisar Penedo na segunda metade do século XIX.

<sup>24</sup> A escrita utilizada adotará a versão original do contexto em que o documento foi produzido. Desse modo, por vezes, pode aparecer ao longo do texto “Porto-Real do Collegio” ou Porto Real do Colégio, a primeira como informação da fonte em análise, e a segunda conforme o Novo Acordo Ortográfico.

<sup>25</sup> Porto Real do Colégio é, atualmente, município do Estado de Alagoas.

escravizados e eram de ambos os sexos. Essa menção à população escravizada da freguesia da referida área é a primeira relacionada a ela na cidade de Penedo.

Na légua 374, o engenheiro alemão chegou ao centro de Penedo e descreveu a presença católica,

[...] a cidade tem cinco igrejas, que são: a matriz, S. Gonçalo de Amarante, a Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora da Corrente e S. Gonçalo Garcia, e mais quatro pequenas capellas, com a invocação ele Nossa Senhora da Penha, duas de Santa Cruz, e uma do Santissimo Sacramento; tem mais um convento de Franciscanos, edificio nobre e importante, outro de Santa Maria dos Anjos. (HALFELD, 1860, p. 51).

Nessa observação sobre as igrejas da cidade, podemos perceber complicações. A primeira é a não citação da igreja católica da comunidade negra da cidade, a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, outra é que a matriz da cidade não era a igreja de São Gonçalo de Amarante, mas a de Nossa Senhora do Rosário (MÉRO, 1991).

A cidade contava com 17.874 habitantes, sendo de 15.644 de pessoas livres, entre homens e mulheres; esse número contava ainda com 17 estrangeiros. Possivelmente os africanos não entraram nessa categoria, já que o número de africanos livres e libertos na cidade, no recenseamento de 1872<sup>26</sup>, era muito maior que essa quantidade de estrangeiros e a população escravizada era 2.213, entre homens e mulheres, sem distinção entre africanos ou nascidos no Brasil. Todo o grupo residia em cerca de 1.014 habitações.

Halfeld observou a produção econômica de Penedo, salientando a importância da agricultura, da pecuária, bem como a presença de pequenas fábricas de extração de óleo de rícino e mamona. A utilização do rio para a movimentação da economia, como a plantação de arroz, que se aproveitava das enchentes do rio, que deixavam as terras férteis para o plantio, a produção de cerâmicas de barro, principalmente vinda de Sergipe, os pescados com “grande abundância e muita diversidade” (HALFELD, 1860, p.51).

O aspecto econômico do município no quadriênio 1849-1853 está representado no “Mappa de exportação pela Mesa de Rendas da Provínciaes da Mui Leal e Valorosa Cidade do Penedo do rio São Francisco, Província das Alagôas, dos Generos exportados para as cidades da Bahia e Pernambuco”<sup>27</sup>. O documento foi cedido por Manoel José da Costa Batinga, responsável pela casa de Inspeção provincial. No documento, o ano de 1849 é o que registra o maior montante, equivalente a 400:414\$845, os três produtos mais rentáveis para a província nos quatro anos são os mesmos: o algodão, é o produto mais exportado; o açúcar, o segundo produto

<sup>26</sup> Analisaremos os recenseamentos do capítulo 2.

<sup>27</sup> Ver anexo 01.

mais tributado e com a terceira maior incidência os produtos ligados a pecuária: “sollas, pelles, couro”.

Alimentos, como farinha, milho, arroz, feijão e o azeite de mamona, esse último produzido nas fábricas da cidade, são gêneros alimentícios identificados no “Mappa de exportação”. A mamona passou a ser exportada nos anos de 1852 e 1853 e a cebola somente aparece no ano de 1853. Os “óleos purificados” e o “caruá<sup>28</sup>” são elementos de exportação em todo o quadriênio, a venda de “lãa de barrigudo<sup>29</sup>”, “lãa de caiana” e “ceba” não mantem a mesma estabilidade comercial, tendo oscilação entre os anos desse quadriênio. Halfeld não teve acesso aos documentos referentes as importações, mas afirmou que “é provavel que seja ao menos tres vezes mais seu valor daquelle dos generos da exportação” (1860, p. 52), ou seja, a cidade comprava mais produtos do que vendia.

A população da cidade bebia a água do rio e utilizava alguns meios de purificar e filtrar, utilizando duas maneiras de filtragem: colocando uma camada de carvão junto a outra camada de areia, o outro método era deitar no fundo de uma talha um pequeno pedaço de pedra hume que precipita as impurezas da água, conforme indicou Halfeld (1860). O engenheiro alemão constatou a construção da canoa de tolda, logo abaixo do porto da cidade. De acordo com a descrição, todos os sábados havia movimentação no mercado ou na feira de Penedo, capaz de reunir mais de mil pessoas. Parte desses sujeitos, desembarcavam no porto, sobrecarregados de mercadorias para comercializar (HALFELD, 1860, p.52). Outras pessoas se deslocavam dos arrabaldes da cidade em direção à feira para vender “productos agrícolas e industriaes; emfim nesta feira apresenta-se a venda tudo que a lavoura, a horta, a industria, a curiosidade produz, e mesmo o objecto do luxo e de golosina não faltão. (HALFELD, 1860, p.52)

A última Vila da cidade de Penedo, visitada pelo profissional, foi a de “Piassabussú”, na légua 379. Nessa região, foi avistada uma igreja e uma capela, um engenho de produção de açúcar e cachaça, contendo 359 e 3064 habitantes em todo o distrito, sendo 1273 homens e 1388 mulheres livres e 403 escravizados de ambos os sexos.

Em todas as regiões, que compuseram Penedo, do arraial de São Brás até “Piassabussú”, notamos que Halfeld, a respeito da população negra, pontuou somente a quantidade e a presença de homens e mulheres na condição de escravizados. Nesse sentido, quanto as informações acerca da diversidade étnica dos sujeitos não há indícios o suficiente. Contudo, a historiografia

---

<sup>28</sup> Planta terrestre da família das bromeliáceas

<sup>29</sup> Espécie botânica de paineira do gênero *Ceiba*, da família das malváceas, endêmica da região nordeste.

especializada, a exemplo dos trabalhos de Luiz Geraldo da Silva<sup>30</sup>, Abelardo Duarte<sup>31</sup>, Luana Teixeira<sup>32</sup> e Andrade<sup>33</sup>, sugere a presença de povos africanos mandingas, fulas, haussás e outros grupos étnicos africanos, como também escravizados nascidos no Brasil.

Na mesma década, no ano de 1859, a cidade de Penedo recebeu a visita da comitiva do Imperador Dom Pedro II, como parte do itinerário da viagem as províncias do “norte”. No início do mês de outubro, o imperador e sua comitiva saem da capital do império, o Rio de Janeiro, e têm a primeira parada na cidade de Salvador, onde a imperatriz Cristina ficou alojada enquanto ele seguia viagem em direção a foz do rio São Francisco, com destino as cachoeiras da cidade de Paulo Afonso, na Bahia. A viagem do imperador para Alagoas ocorreu em dois momentos, a primeira passagem, quando ele navega o rio São Francisco, que é a parte que nos interessa, e a segunda, quando visita a capital da província alagoana, Maceió, como também a zona lacustre e o norte da província, já com a companhia da imperatriz, onde passaria a virada de ano de 1859 a 1860. Esse segundo momento se deu após a passagem pelas províncias de Pernambuco e da Paraíba.

Como atividade prévia da visita do monarca, o presidente da província alagoana, Dr. Jacinto Paes de Mendonça, envia comunicação à Câmara Municipal de Penedo com recomendações específicas, para causar boa impressão ao visitante, tais como a limpeza do cais e das ruas da cidade, como também o local que serviria como palácio (paço). E também recomendava que a Guarda Nacional recebesse o imperador com as honras devidas do cargo.

Segundo Duarte (2010), o presidente da província alagoana enviou alguns outros ofícios nominais a personagens ilustres de Penedo, que depois disso formam-se algumas comissões criando encargos especiais e desonerando o erário público para preparar a cidade. A casa que foi voluntariamente cedida para se tornar o paço, teve uma comissão uma de preparação, uma de decoração, uma de hospedagem e uma de preparação da imperial mesa formadas para melhor atender e impressionar a comitiva imperial.

Nas continuidades dos preparativos de recepção, foram criadas as comissões. O intento de construir um cais de desembarque, para a elaboração de um palanque para os discursos políticos e uma comissão com a preocupação da confecção de uma canoa imperial, já que não tinham certeza na navegabilidade do rio São Francisco até a cidade de Piranhas, essa canoa

---

<sup>30</sup> SILVA, Luiz Geraldo. “**Sementes da sedição**”: etnia, revolta escrava e controle social na américa portuguesa (1808-1817). In. REIS, João José, SILVEIRA, Renato da e ZAMPARONI, Valdemir (Ed.). Afro-Ásia nº 25-26 (2001).

<sup>31</sup> **Notas sobre a população do termo da Vila do Penedo 1828**. Caixa 313; Local: Arquivo Público de Alagoas

<sup>32</sup> TEIXEIRA, Luana. **Valores e escravos no Penedo, Alagoas, na década de 1850**. sÆculum - REVISTA DE HISTÓRIA [34]; João Pessoa, jan./jun. 2016.

<sup>33</sup> ANDRADE, Fernando Antônio Gomes de. **Legbá: a guerra contra o Xangô em 1912**. 2ª edição - Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2015.



seguiu de reboque no navio imperial. Todas as comissões organizadas na sociedade penedense, com o intuito de preparar a cidade para a chegada de Dom Pedro II, eram encabeçadas e financiadas por homens importantes da cidade.

Nos últimos dias do mês de setembro, aconteceu mais uma mudança na presidência da província, atividade que poderia causar problemas com a organização da recepção do imperador, mas o novo Presidente Conselheiro manteve o interesse nas medidas iniciais tomadas por seu antecessor, principalmente no que tange ao controle das despesas da província. No começo de outubro, o presidente da província organiza a comitiva governamental, com o comandante do Corpo da Polícia da capital, o comandante da Guarda Nacional da Capital e sua respectiva equipe: banda de música, funcionários da secretaria de governo, o Barão de Jequiá, o Barão de Atalaia, dentre outras autoridades e rumaram para Penedo.

No diário de bordo de Dom Pedro II, nota-se a impressão do imperador no momento da visitação a cidade de Penedo. O primeiro contato com a cidade foi com o arraial de Piaçabuçu, onde foi recebido por crianças que tocavam instrumentos de cordas e reparou as casas construídas de pau a pique com cobertura de sapê, uma boa quantidade de crianças matriculadas na escola, e, ao que sugere, a maior parte dos habitantes viviam da pesca e era população do sexo feminino. A presença de prédios religiosos no arraial era pequena, sendo somente percebida a cruz, próximo ao local da construção da capela.

Conforme os relatos de viagem do inglês Henry Koster, a respeito das ruas do Recife, na primeira metade do século XIX, não se notava outras mulheres além das “escravas negras, o que dá um aspecto sombrio às ruas. As mulheres portuguesas e as brasileiras, e mesmo as mulatas de classe média, não chegam à porta de casa durante todo o dia” (KOSTER, 2003). Segundo ele, ouviam a missa pela madrugada, e saíam de casa ocasionalmente nos passeios em família. Comparando as descrições apresentadas, é possível sugerir que as mulheres que circulavam pelas ruas de Penedo eram negras e escravizadas, isso porque, ocupavam o espaço público na condição de trabalhadoras escravizadas, por vezes. Segundo as historiadoras Maria Helena Machado e Marília Ariza (2018), “foram múltiplas as funções exercidas pelas mulheres no domínio da escravidão, como vendeiras, quitandeiras, amas de leite, amas secas, criadas domésticas, cozinheiras, lavadeiras, produtoras de gêneros alimentícios em roças e sítios, como também nas ocupações de costureiras, rendeiras e comerciantes, nas cidades” (2018, p. 117).

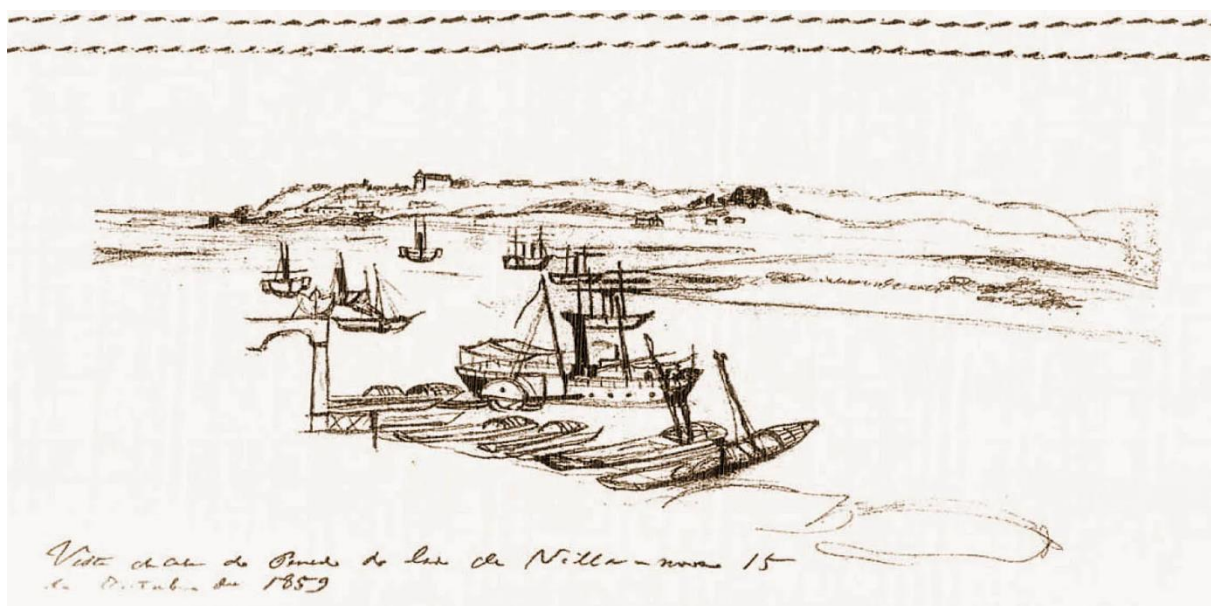
Nesse aspecto, Danilo Marques (2013) sinalizou a presença de mulheres negras, sejam africanas, africanas livres, escravizadas e forras, em Maceió, a capital da província alagoana, que trabalhavam em serviços domésticos, vendedoras de doces. Em sua análise, consegue perceber que os locais onde estão as residências das pessoas mais abastadas da cidade a

quantidade de mulheres escravizadas é maior que a de homens escravizados. Esse número maior de escravizadas pode ser explicado, pois elas

[...] iam para as cosinhas ou então ‘bater roupa’ nos fundos dos quintais, as mais afortunadas. Outras, com gamela ou taboleiro na cabeça, percorriam as ruas vendendo peixe, sururu, fressuras, frutas, etc. As mais jeitosas, mais simpáticas, [...] iam trabalhar como copeiras, umas; outras aprendiam a costurar e a bordar, servindo diariamente as Sinhas Moças como mucamas [*sic.*] (LIMA JUNIOR, 1975, p. 9).

Ao avistar a cidade de Penedo, ainda navegando, o Imperador fez um esboço (Figura 1) representando a visão que as pessoas tinham da cidade ao navegar da foz do rio até a cidade. Da cidade, o que se destaca no desenho é o prédio da matriz de Nossa Senhora do Rosário. O aspecto mais evidente é o das várias embarcações, com mais aparição das canoas de tolda<sup>34</sup>; ao centro aparece um navio a vapor, que pode ser o navio que o imperador navegava ou das empresas de navegação comercial, dando conotação a uma possível superioridade dessa em detrimento das demais embarcações movidas a velas ou varas.

Figura 1: vila de Penedo, 1859.



FONTE: HISTÓRIA DE ALAGOAS. D. Pedro II e o curioso de Penedo<sup>35</sup>.

Para o desembarque no cais do porto, foram utilizados dois arcos para recepcionar o imperador com a sua comitiva, seguindo brevemente para as ações religiosas no convento

<sup>34</sup> Embarcações com cerca de 15 metros de comprimento, contendo duas velas e uma pequena cobertura de madeira ou palha no convés (de onde vem o nome Canoa de Tolda).

<sup>35</sup> HISTÓRIA DE ALAGOAS. Disponível em: [D. Pedro II e o curioso de Penedo – História de Alagoas \(historiadealagoas.com.br\)](http://D. Pedro II e o curioso de Penedo – História de Alagoas (historiadealagoas.com.br)).

franciscano, seguindo, logo após, para reunião com pessoas ilustres da cidade. Com o término da conversa, passou a conhecer a igreja de São Gonçalo do Amarante, o cemitério, em que ele deixou dinheiro para custear a construção de um muro que o cerque, passou pela câmara e a cadeia, terminando o primeiro dia na cidade indo à igreja de São Gonçalo Garcia. O presidente da câmara municipal informou sobre a existência da população que era cerca de 6 a 7 mil almas nos ancoradouros e nas casas da cidade, residências que chamaram a atenção do imperador que “eram muito bonitas e creio que deverá estar aqui a capital da província” (1999, p.17).

A afirmativa do imperador, de que a capital da província alagoana deveria estar em Penedo e não em Maceió, poderia causar desconforto nos políticos alagoanos, já que a mudança de capital havia ocorrido há vinte anos, em 1839. Tal condição causou enorme perturbação política provincial com a transferência da cidade de Alagoas, atual Marechal Deodoro, para Maceió. Segundo Craveiro Costa, a mudança se deu por Maceió demonstrar “vantagens topográficas, a excelência do seu pôrto, o aumento sempre constate de sua população e os grandes interesses dos habitantes” (COSTA, 1981 p.137).

No segundo dia da estadia em Penedo, o Imperador registrou passagem por outros templos católicos. A primeira, foi pela matriz de Nossa Senhora do Rosário, visitou o Convento de São Francisco, onde participou de um evento religioso, logo após, seguiu para a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que é única menção a população negra da cidade. Em relação aos templos religiosos, o Imperador fez a visita tendo o cuidado de descrever a arquitetura, estado de conservação, as estátuas, o altar, mas com relação à igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, não há nenhum tipo de descrição, somente uma breve citação como local de passagem para as fábricas de refino de óleo, localizadas distante do porto da cidade, que ele estava indo visitar.

Seguindo as visitas do dia, o Imperador se dirigiu a algumas pequenas indústrias da cidade, responsáveis pelo arroz, com o manejo do algodão, a extração do óleo de mamona e alguns engenhos e alambiques, todos os produtos finais dessas indústrias estão supracitados no “Mappa de exportação pela Mesa de Rendas da Provínciaes da Mui Leal e Valorosa Cidade do Penedo do rio São Francisco, Província das Alagôas, dos Generos exportados para as cidades da Bahia e Pernambuco”. O olhar do visitante estava na quantidade e a qualidade do maquinário, na produtividade, no processo de produção. Contudo, não há fala a respeito dos trabalhadores, os indivíduos integrantes do processo de produção, se eram escravizados, africanos ou libertos ou assalariados.

A feira, localizada na rua da praia, na beira do rio, foi registrada no relato de viagem, que somente compra algumas cerâmicas de barro, não menciona os populares que

movimentavam a feira, mesmo sendo um dia de feira no município, como citou Halfeld. A feira da cidade tinha a presença de mais de mil pessoas. Os últimos locais visitados foram aqueles em que aconteciam as aulas. Até onde se pode perceber, no arraial de Piaçabuçu, a presença de meninas era maior que a de meninos nas atividades escolares. Após a visita a outros prédios católicos, o Imperador seguiu viagem em direção à cidade baiana de Paulo Afonso.

Seguindo os rastros dos funcionários contratados pelo governo imperial, localizamos em 1879, o relato do engenheiro baiano Theodoro Sampaio, designado para compor a comissão de engenheiros, encabeçada pelo profissional americano William Milnor Roberts, cujo objetivo era “estudar os melhoramentos dos portos do Brazil e a navegação dos rios que desembocam na costa oriental” (SAMPAIO, 1906, p. 5). A comissão que ficou conhecida popularmente como “Hydraulica”, visava não somente detectar e resolver os problemas de navegação, também formar mão de obra especializada no Brasil. O objetivo era capacitar as próximas comissões cartográficas, majoritariamente, formadas e gerenciadas por brasileiros.

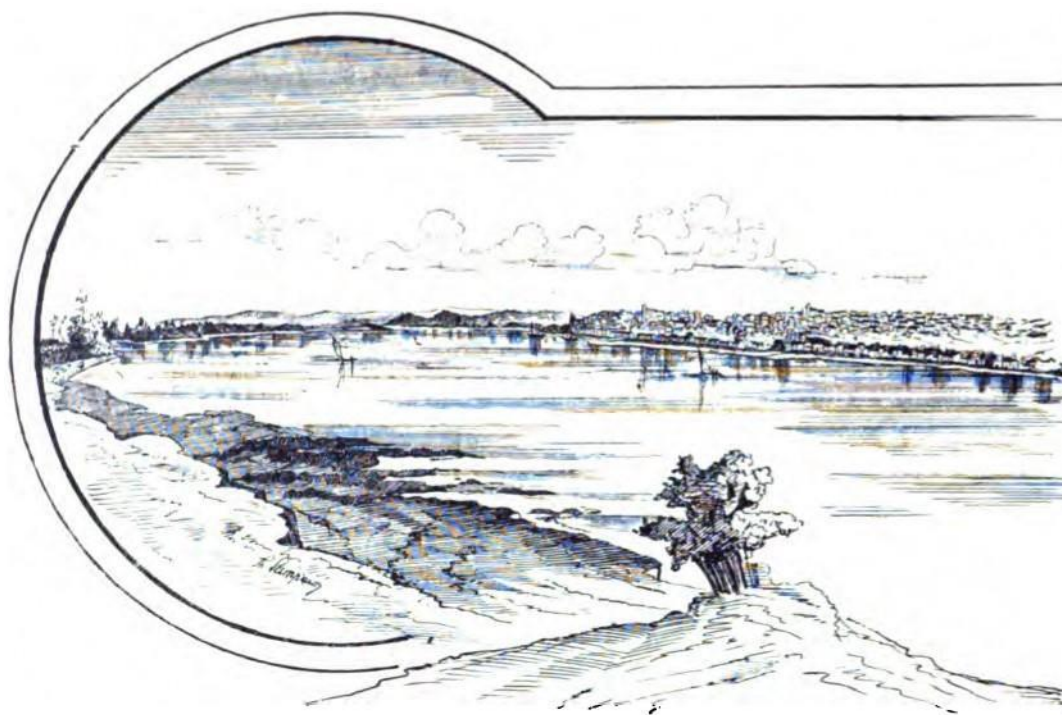
Os dois anos de atividade da comissão “Hydraulica” proporcionou o relato de viagem de Sampaio, que teve sua primeira experiência como engenheiro. A chegada ao rio São Francisco se dá após os estudos do porto de Santos, no estado de São Paulo. A cartografia do rio São Francisco feita por Halfeld em 1854 é citado por Sampaio, mas demonstra que os trabalhos anteriores utilizavam a correnteza do rio para navegar, seguindo da nascente até a foz, e o trabalho que estava sendo feito estava seguindo o sentido contrário do fluxo das corredeiras do rio. A vida econômica do rio ganharia novos contornos devido à construção de linhas férreas às suas margens, possibilitando o escoamento de produtos, responsabilizando ainda mais a comissão para detecção e construção de melhorias na navegação para, assim, ter uma integração de modais de distribuição de produtos, o férreo e o náutico.

A viagem de exploração do rio São Francisco, da foz até sua nascente, dá início em 31 de julho, saindo da cidade do Rio de Janeiro, com paradas nas províncias do Espírito Santo e da Bahia, para chegar no “pequeno e mal abrigado” porto de Jaraguá, na capital da província alagoana, onde seriam encerrados os últimos preparativos com o governo da província, para no dia 11 de agosto começar a exploração.

A população penedense que primeiro é observada é formada por “pescadores cujas cabanas cobertas de palha de coqueiro”, que construíram suas habitações antes da chegada a vila de Piaçabuçu, que as fumaças dos engenhos indicam a sua proximidade, que logo apresenta um “porto commercial com uma povoação em frente constituída de palhoças e casinhas de aspecto pobre, occupados por canoeiros e pescadores”. Chegando à cidade de Penedo ao entardecer.

A visão de quem chegava à cidade navegando o rio São Francisco está representada na ilustração de Sampaio (figura 2), que demonstra no início de seu relato a admiração pela arquitetura das construções na beira do rio, que seria digna de ser considerada a segunda maior cidade da província de Alagoas, mas com o desembarque, percebe as irregularidades das casas e das ruas como também a falta de conforto. Os prédios religiosos católicos da cidade, em especial a matriz de Nossa Senhora do Rosário, receberam destaque na descrição da cidade, porém as igrejas católicas frequentadas pela população negra da cidade, a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e a igreja de Nossa Senhora da Penha, não foram mencionadas.

**Figura 2: Panorama de Penedo.**



**Panorama de Penedo, situada na margem do Rio S. Francisco**

FONTE: (SAMPAIO, 1905, p. 10).

A movimentação do cais do porto, com as idas e vindas de barqueiros e canoieiros chegando de outras cidades e da província de Sergipe, chamou a atenção do engenheiro. O profissional pode perceber com mais atenção os sobrados e casas comerciais no trajeto do cemitério da cidade até a beira do rio, um bom edifício para a cadeia pública, um hospital de misericórdia, que tem fundação no século XVIII.

A respeito da população penedense, no ano de 1879, ele afirmou que teve aumento populacional, devido aos sertanejos que fugiam da seca, fazendo com que a quantidade de

peças mendicantes e esfomeadas tivesse ampliado. Um outro fator determinante para a mudança populacional seria, além da fome, a epidemia de varíola, que destruía famílias inteiras desses “retirantes”<sup>36</sup>, que enxergavam “o rio São Francisco como um oásis no deserto, [...], o refúgio daqueles povos assolados pela seca prolongada e periódica” (SAMPAIO, p. 11).

## 1.2. As fotografias e os relatos: experiências do cotidiano de Penedo

No ano de 1869, a cidade de Penedo recebeu a comitiva do presidente da província, José Bento da Cunha Figueiredo Junior, em duas ocasiões. A primeira visita se deu no início do ano, começando a viagem no início do mês de janeiro com destino ao porto de Piranhas e sua segunda passagem aconteceu no mês de julho. A visita do presidente se dá após alguns meses de sua posse, que tinha o intento de visitar as várias povoações da província, do litoral, sertão e a zona da mata. Durante o seu governo a província alagoana saboreou de desenvolvimento em sua infraestrutura, foi construída a linha férrea entre Maceió e Imperatriz, atual União dos Palmares, a pavimentação de algumas cidades da capital provincial, Maceió, e fundação do Instituto Archeológico e Geográfico Alagoano<sup>37</sup>, a primeira nomenclatura para o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

A primeira impressão do presidente foi corroborar com a afirmativa do imperador D. Pedro II, que a economia e o comércio no baixo São Francisco estavam em ascensão e “assume cada dia grandes proporções e a barra nem sempre é de fácil acesso a vapores, e muito menos a navios de velas” (2010, p. 87), criticando principalmente a construção e manutenção do farol na foz do rio. A primeira povoação visitada foi “Piassabussú”, com população de dois mil e quinhentas pessoas, distribuídas em 400 casas.

No transcorrer da navegação do rio, chegou à cidade de Penedo, onde enaltece mais uma vez a economia, comenta sobre as edificações e sua população, “gente laboriosa e morigerada” (2010, p. 88). Foi recebido no porto por políticos locais com “foguetes” e “embandeiramentos”, após as formalidades do receptivo foi visitar o cemitério público, que estava em reforma com verbas imperiais, advindas da visita do imperador a quase dez anos antes. A sua população total excedeu dez mil pessoas, que estariam distribuídas entre um pouco mais de mil casas. Tendo a freguesia aproximadamente dezessete mil pessoas. Sendo a segunda maior economia da

---

<sup>36</sup> Ler Juliana Alves de Andrade. **Gente do vale: experiências camponesas no interior da província das Alagoas (1870 – 1890)** – Recife: 2014. [TESE Juliana Alves de Andrade.pdf \(ufpe.br\)](#), para entender a ocupação dos retirantes da seca em algumas partes da província alagoana.

<sup>37</sup> Ler BARBOSA, Felipe da Silva. **Do topos ao trópico a representação dos grupos étnicos indígenas no IHGAL (1875 – 1901)**. 2015. 112 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015. <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/2166>, para entender o processo de criação e fundação do Instituto Archeológico e Geográfico de Alagoas, atual Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

provincial, a presença de população de escravizados seria essencial para a manutenção dessa titulação, mas não foi registrada nenhuma presença de escravizados, africanos ou afrodescendentes.

A economia penedense era baseada nas atividades portuárias, na importação e exportação de algodão, principal produto exportado, óleos e arroz, mantendo o cenário econômico relatado por Halfeld. Tendo duas companhias marítimas na disputa pela hegemonia da navegação comercial do rio São Francisco, a “Bahiana” e a Pernambucana, que podiam comercializar com todo o baixo-rio, Maceió, Pernambuco e Bahia.

Na manhã seguinte, ocorreu a visitação dos templos religiosos católicos, a de Nossa Senhora do Rosário, de São Gonçalo Amarante, o convento de São Francisco, São Gonçalo Garcia e a capela de Nossa Senhora da Penha, essa que era uma igreja frequentada pela comunidade preta da cidade. Essa é a primeira citação de viajantes sobre a existência da igreja de Nossa Senhora da Penha e as duas comunidades negras aparecem juntas. A outra igreja da comunidade negra da cidade é descrita como Nossa Senhora do Rosário, sem o acréscimo “dos Pretos”, que a caracteriza como comunidade católica preta, atenuando o apagamento da memória negra de Penedo. A outra igreja do mesmo nome, Nossa Senhora do Rosário, sempre aparece nas citações como a igreja matriz (IHGAL, 2010 p. 99).

A navegação continuou e as próximas paradas foram nas povoações de “Collegio” e São Bráz, que tinha população maior que de “Collegio”, mas era um distrito desta. A povoação de São Bráz era de cerca de mil pessoas, contendo muitas casas e um sobrado e dois templos religiosos e em “Collegio” a população chegava a 700 pessoas, muitas delas indígenas. Segundo o presidente da província “a única existência de tal aldeamento é a isempção do recrutamento e do serviço de guarda nacional para um grande numero de homens, a mór parte ociosos, que nem uma utilidade prestam ao paiz, apesar de dizer seu diretor que eles se dedicam ao – serviço d’el Rei” (IHGAL, 2010, p. 94).

Na comitiva do presidente da província estava o fotógrafo Abílio Coutinho, que registrou as ruas de Penedo e outros trajetos até o porto de Piranhas. A fotografia, na última metade do século XIX no Brasil, era utilizada em dois formatos: o primeiro seria como retrato, sendo um demarcador de classe social, um sinalizador dos abastados, diferenciando os que tinham condições de ficarem registrados através da fotografia. O segundo formato é composto por aqueles que não conseguiriam, nesse grupo estariam africanos, afro-brasileiros, indígenas e brancos pobres.

As fotografias analisadas neste trabalho estão no que a historiadora Mariana de Aguiar Ferreira Muaze (2017) descreve como o segundo formato de utilização da fotografia, que foi



como paisagem. Esse modelo tinha como objetivo auxiliar na consolidação do país como nação, como um cartão postal. O ideal de construção da nacionalidade brasileira torna-se essencial desde a fundação do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico do Brasil) em 1838, quando foi lançado um concurso convocando estudiosos para construir uma história nacional oficial, sendo o vencedor um naturalista bávaro Karl von Martius, em seu trabalho “representava o país a partir da singularidade e dimensão da mestiçagem de povos por aqui existentes” (SCHWARCZ, 2019, p. 15).

Já Coutinho (IHGAL, 2010) fez cinco registros fotográficos da cidade de Penedo, destes, três estão em destaque as igrejas da cidade, duas registraram a Igreja de Nossa Senhora da Corrente, uma foi registrada de uma embarcação no meio do rio São Francisco, demonstrando a parte posterior do Paço Imperial e os armazéns e pontes das companhias marítimas da cidade (Anexo 2), a outra aparição é no cais, próximos a um armazém, mostrando as duas torres da igreja (Anexo 3). No terceiro registro (Figura 3), percebemos a matriz de Nossa Senhora do Rosário em destaque, com duas torres e os prédios da Cadeia municipal, como também a Casa da Câmara a sua frente à Rocheira que dá o nome da cidade. Ao fundo, à esquerda, está localizada a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, com somente uma torre, e novamente é citada com a ausência do “dos Pretos” que caracterizam uma comunidade negra católica.

**Figura 3: Visão da Catedral de Nsa. Do Rosário.**



FONTE: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Viagens de José Bento da Cunha Figueiredo Júnior à Província das Alagoas. 2. ed. Maceió: Grafmarques, 2010, s.



O quarto registro (Figura 4) é tirado da beira do rio, em cima da Rocheira, que mostra o bairro Barro Vermelho. Segundo Abelardo Duarte, eram “núcleos de negros muçulmis (pequenos embora) como eram localmente designados” (1958, p. 39). Laise Maria da Silva (2019) percebeu a presença do discurso cuja formação do bairro Barro Vermelho teria sido “por negros malês oriundos do Sudão, em sua maioria muçulmanos, fugidos da escravidão na Bahia” (SILVA, p. 90) nas falas dos guias turísticos da cidade de Penedo.

**Figura 4: Bairro Barro Vermelho-Penedo.**



FONTE: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Viagens de José Bento da Cunha Figueiredo Júnior à Província das Alagoas. 2. ed. Maceió: Grafmarques, 2010, s/n.

A última fotografia de Abílio (Figura 5), possivelmente, tirada de um dos armazéns que aparecem no Anexo 2, foi analisada pela historiadora Luana Teixeira, observando

[...] dez anos depois, coloca em primeiro plano o sobrado no qual se hospedou o Imperador. A construção foi erigida à beira do cais. Vê-se que ela não estava isolada, seguindo pela Rua da Corrente (depois Rua da Matriz), pode-se observar uma pequena casa de pedra e cal, ao lado de dois pequenos sobrados (um deles em reforma) e mais dois grandes sobrados de três andares. Todos estes e mais quantos seguiam Rua da Corrente acima, estavam eretos quando da visita de D. Pedro II. A cidade possuía dois desembarcadouros ou cais. Um deles, o menor, está registrado na foto acima. (TEIXEIRA, 2016, p. 128)

As ponderações da historiadora são fundamentais para compreender a organização da cidade e situar os prédios documentados.

**Figura 5: Paço Imperial - Penedo**



FONTE: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Viagens de José Bento da Cunha Figueiredo Júnior à Província das Alagoas. 2. ed. Maceió: Grafmarques, 2010, s/n

Um fator a se destacar dessa última fotografia, foi a única de Coutinho em que aparecem pessoas, numa cidade portuária, com uma feira movimentada, que segundo José Bento da Cunha Figueiredo Junior contava com “16 mil almas” (IHGAL, 2010, p. 110). Contudo, são registrados cinco agentes em todas as fotos. Um deles encontra-se perto da pilastra de entrada do cais, ao centro da foto; outros dois acorados nas canoas e usando chapéus de palha na parte inferior da fotografia; a últimas pessoas estão em pequenas embarcações do lado esquerdo: uma situada em pé e outra agachada. Pela distância e qualidade do registro, não é possível identificar as pessoas da foto, se são homens ou mulheres, brancos ou pretos, somente que são ligados a atividades com o rio, devido estarem em canoas, que pode indicar uma origem simples na sociedade penedense.

Conforme a historiadora Lilia Ferreira (2021), com a pesquisa de mestrado sobre as dinâmicas sociorreligiosas em Maceió do final do século XIX, apontando alguns indícios até a primeira década do século XX, analisou alguns cartões-postais de Luiz Lavenère Wanderley<sup>38</sup> (1868-1966). Tal documentação está disponível no Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN), o objetivo da pesquisadora foi identificar os traços de humanidade nos espaços sociais registrados por Lavenère. Para além dos registros, que demonstraram uma Maceió atrativa, comercial e moderna, acessível e aberta para o avanço, existe o acervo

<sup>38</sup> Jornalista e escritor e alagoano. [Luiz Lavenère e a aventura pela arte e cultura das Alagoas – História de Alagoas \(historiadealagoas.com.br\)](http://historiadealagoas.com.br).

“Lembranças de Maceió”, responsável por analisar uma Maceió construída pela população, muitas vezes negra e empobrecida.

**Figura 6: Vendedores de potes**



FONTE: FERREIRA, 2021, p. 44.

Na análise de Ferreira (2021), na foto (Figura 6) há pessoas negras trabalhando como vendedoras, em uma possível feira livre. No registro, nota-se a multiplicidade de participantes, com maior destaque para a presença da população negra da capital. Esse cartão-postal de Lavenère é capaz de sugerir uma similaridade entre a feira ribeirinha de Penedo e o comércio de cerâmicas com outras regiões. Sabe-se que as regiões circunvizinhas de Penedo produziam em grande medida tais objetos, como relatou D. Pedro II em sua passagem pela cidade, comprando algumas cerâmicas, inclusive.

A segunda passagem do presidente da Província de Alagoas pela cidade de Penedo se deu no mesmo ano de 1869, no mês de julho, com o intento de chegar ao alto sertão e chegar nas povoações de Traipú, Pão de Açúcar, Água Branca e Mata Grande, que estavam sendo assoladas pela seca e pela fome. Navegando o rio São Francisco da foz até os locais que não recebiam chuvas desde 1867. Passando rapidamente por Penedo tanto na subida do rio indo em direção ao sertão, como na descida, voltando para a capital.

No ano de 1875, a cidade de Penedo recebe a visita da Comissão geológica Imperial, que era liderada pelo norte americano Charles Frederick Hartt, que contratou dois engenheiros brasileiros para participarem da Comissão, Francisco José de Freitas e Elias Fausto Pacheco

Jordão, este que nos deixa o relato e impressões da viagem pelo rio São Francisco no *Jornal de Recife* e do fotógrafo Marc Ferrez, que fez alguns registros fotográficos da cidade.

A primeira descrição perpassa pelas moradias de palha, dos pescadores às margens do rio, pelos bancos de areia que se movem com os ventos, plantações de “cana de açúcar, algodão, mandioca, etc”<sup>39</sup>. Esses elementos são muito mais extensos nas margens sergipanas do rio, nas proximidades da povoação de Piaçabuçu. A primeira anotação sobre Penedo foi sobre a população local, que segundo Pacheco Jordão, era de 8.500 habitantes, número que difere da informação dada pelo presidente provincial alagoano em 1869.

Na descrição do engenheiro Pacheco Jordão, “a perspectiva da cidade, vista de longe, é soberba, porém ela, em si mesma, está em estado de decadência e sem vida comercial”<sup>40</sup>. Com isso, há a indicação de haver uma possível mudança econômica da cidade, já que segundo o seu relato, Penedo estaria sem vida comercial. Esta, seria uma visão diferente daquela do presidente da província, que tinha passado pela cidade há seis anos e relatado uma efervescência comercial da cidade. A feira daquela região, que acontecia aos sábados, recebeu referência, principalmente, por causa da participação de pessoas de cidades vizinhas.

No contexto das fotografias, segundo Mariana Muaze (2017), Marc Ferrez foi um dos pioneiros da fotografia no Brasil, já na década de 1850, com dedicação para as vistas e paisagens, profissionalismo e aperfeiçoamento de técnicas que lhe renderam o contrato com o império brasileiro na condição de

fotógrafo da Marinha Imperial (1877), fotógrafo da Comissão Geológica do Império, chefiada por Charles Frederick Hartt (1880), fotógrafo da Estrada de Ferro d. Pedro II e da Estrada de Ferro de Corcovado (1882), fotógrafo da ferrovia Paranaguá-Curitiba (1886, cujo álbum foi incorporado à coleção da Sociéte de Géographie de Paris) e fotógrafo das obras de abastecimento de água do Rio de Janeiro (1889). A experiência acumulada garantiu-lhe contratos por temporada e, conseqüentemente, maior remuneração e prestígio em comparação aos fotógrafos, majoritariamente, retratistas” (MUAZE, 2017, p. 39).

Enquanto integrante da Comissão Geológica do Império, conseguiu tirar cinco fotografias de Penedo, quatro desses registros foram tiradas no mesmo local, da torre da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que aparece na fotografia de Abílio Coutinho (figura 3), dando uma visão panorâmica da cidade, um dos poucos registros tirados de dentro da cidade, a maioria das fotografias são com base o rio (Anexos 4, 5, 6 e 7). A observação de dois desses registros é necessária: a figura 7 mostra a praça de Nossa Senhora, sem movimentação de

<sup>39</sup> [Jornal de Recife \(PE\) - 1858 a 1938 - DocReader Web \(bn.br\)](#), o relato de viagem do engenheiro brasileiro Elias Fausto Pacheco Jordão, integrante da Comissão Geológica Imperial.

<sup>40</sup> Idem



peças na cidade, à direita, as duas torres da igreja matriz, à esquerda, o convento franciscano e, ao fundo, o rio São Francisco.

**Figura 7: Praça de Nossa Senhora, Matriz do Rosário, convento Nossa Senhora dos Anjos e rio São Francisco**



FONTE: Pelas Lentes de Marc Ferrez (parte 1) - Canoa de Tolda.

Em uma das fotografias captadas na torre da igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Marc Ferrez fez o registro do Barro Vermelho (figura 8), o mesmo local registrado por Abílio Coutinho (figura 4), mas em ângulos bem diferentes. Coutinho registra da Rocheira e Ferrez, de um local dentro da cidade.

**Figura 8: Bairro Barro Vermelho**



FONTE: Pelas Lentes de Marc Ferrez (parte 1) - Canoa de Tolda.

Na figura 9, Marc Ferrez faz a única fotografia com a presença de pessoas em Penedo. Diferente da foto de Coutinho, em que as pessoas fotografadas não podem ser identificadas, na foto de Ferrez, percebemos que são quatro homens, pretos e, possivelmente envolvidos com atividades econômicas relacionadas ao rio São Francisco, pois estão numa canoa de tolda, no mesmo estilo das canoas desenhadas por Dom Pedro II, quando em viagem pelas cidades ribeirinhas em 1859 (Figura 1). Podemos identificar, na margem superior esquerda, as duas torres da igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, a torre da igreja de Nossa Senhora das Correntes e o armazém no cais do porto da cidade. O ângulo fotográfico similar ao registro de Abílio Coutinho (figura 3).

**Figura 9: Homens velejando no rio São Francisco**



FONTE: Pelas Lentes de Marc Ferrez (parte 1) - Canoa de Tolda.

A presença de pessoas nos registros fotográficos de Ferrez foi analisada pela historiadora Lilia Moritz Schwarcz, no livro “Sobre o autoritarismo brasileiro” (2019), quando considera os aspectos do mandonismo na história brasileira e como as fotografias foram utilizadas como instrumentos, principalmente pelos cafeicultores do vale do Paraíba paulista, para demonstrar como “os trabalhadores escravizados dedicam-se pacífica e dádiosamente às suas tarefas diárias” (SCHWARCZ, 2019, p. 51). Em uma das fotografias (Figura 10) de Ferrez, Schwarcz avalia que

os cativos surgem dispostos de maneira geométrica e sempre olhando para baixo. Esses são gestos e atitudes, especialmente arquitetadas pelo fotógrafo, que procurava não apenas corroborar com a difundir a imagem de uma hierarquia inflexível, em que os trabalhadores são passivos e não mostram nenhum laivo de reação. [...]. Para ter certeza da superficialidade e do engenho da operação, basta atentar para a imagem ao centro. Ao invés de um capataz da fazenda, é o chefe de produção quem, com suas mãos, posiciona os “modelos (SCHWARCZ, 2019, p 51).

**Figura 10 : Trabalhadores/as escravizados na plantação de café**



FONTE: SCHWARCZ, 2019, p. 52.

Para Mariana Muaze (2017), as fotografias Ferrez das áreas produtoras de café no Brasil Império eram “fotos de negros, para consumo de brancos” (2017, p. 51), sendo capitaneadas pela CLC (Centro de Lavoura e Comércio), com a intenção de expor essas fotografias nos salões de artes do mundo e principalmente da Europa, sendo exposto na Holanda, Bélgica, França, Rússia e Argentina, tentando passar uma imagem para os visitantes das exposições internacionais de que o Brasil era um ótimo produtor de café, com lindas paisagens e um processo de experiência escravista sem tensões entre escravizados e escravizadores.

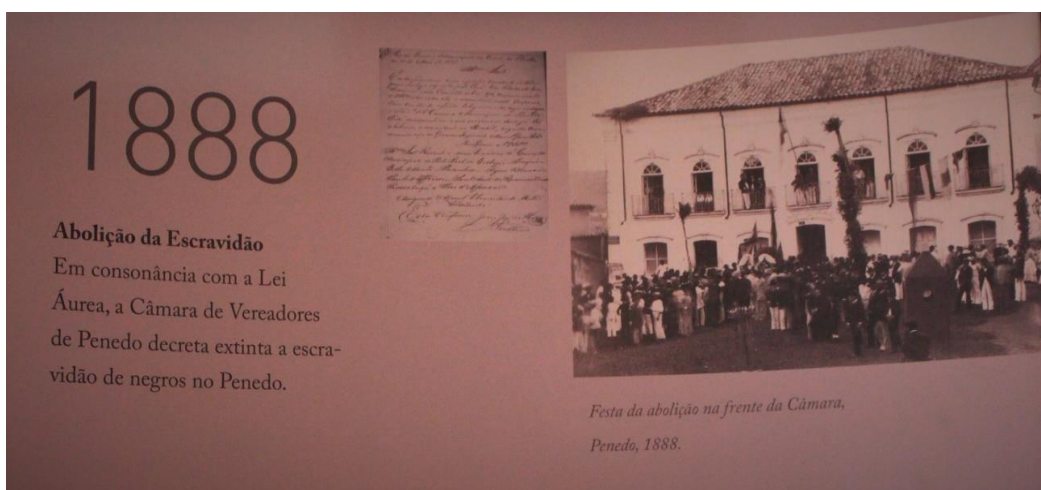
Um dos últimos registros fotográficos analisados está numa exposição na Casa do Patrimônio de Penedo – IPHAN, situada próxima ao Theatro Sete de Setembro, Mercado Público e da Igreja de São Gonçalo Garcia, pontos turísticos da parte tombada da cidade; é integrante de uma política da Rede de Casas do Patrimônio do IPHAN, que tem como principal intuito estreitar a relação do Instituto com a sociedade. O prédio, que está instalado na Casa do Patrimônio, foi cedido pela Santa Casa de Misericórdia da cidade, a construção foi revitalizada entre os anos de 2012 e 2013, sendo aberta ao público no mês de julho de 2014 (FIGUEIRÓ, 2017).

A Casa do Patrimônio de Penedo tem como principal atividade expositiva a interatividade com os vídeos gravados por visitantes, agitadores culturais e historiadores, como

a alagoana Carmén Lúcia e uma exposição permanente que contém a linearidade histórica da cidade. Nessa exposição, percebem-se três citações sobre a existência de negros, escravizados ou libertos, na cidade, a primeira citação será explorada no próximo capítulo, sobre o censo populacional de 1870; a segunda menção é sobre o bairro Barro Vermelho, “porém as duas citações do bairro estão ligadas aos empresários da indústria têxtil da cidade, sem nenhum tipo de menção aos trabalhadores fabris, nem também à população que morava no bairro onde as indústrias estavam instaladas”(SANTOS, 2023, p. 45).

A terceira menção sobre a população negra habitante de Penedo é uma fotografia (Figura 11), que reúne na porta da câmara de vereadores da cidade, localizada na frente da igreja matriz, várias pessoas que estariam comemorando a assinatura da lei Áurea, em 1888, que acabaria com a escravidão legalizada na cidade de Penedo, como em todo o território do Brasil. Na exposição não está indicado o autor da fotografia, mas o registro foi feito pelo fotógrafo francês Adolph Lindemamm, que estava residente em Penedo no mesmo ano indicado na exposição; ele fotografou o centro da cidade (Anexo 8), destacando a igreja de São Gonçalo Garcia, com alguns transeuntes no pátio da igreja, como também registrou algumas cidades alagoanas do baixo São Francisco, Piranhas e Pão de Açúcar.

**Figura 11: Exposição permanente linear Casa do Patrimônio**



FONTE: FIGUEIRÓ, 2017, p. 71.

Na coletânea de fotografias recebidas pela Princesa Isabel e o Conde d’Eu, organizada por Pedro Correa Lago e Bia Correia Lago, existe um acervo dos registros de Lindemann; em uma das fotografias aparece o letreiro da fachada “Adolpho Lindemann, Retratista”, demonstrando que ele tinha um estúdio na cidade; há uma sequência de quatro fotos com a festa católica da quarta de cinzas, cerca de seis meses antes de novembro. As fotografias 12 e 13 estão as pessoas que movimentam a cidade, na rua do comércio e a beira do rio, locais que os



relatos de viagem analisados indicaram a atuação e presença de populares. Os registros de Lindemann comprovam essa presença.

**Figura 12: Rua do Comércio**



Fonte: LAGO, Pedro Correa; LAGO, Bia Correia. 2008, p. 261.

**Figura 13: Rua do comércio e Igreja Nossa Senhora das Correntes**



Fonte: LAGO, Pedro Correa; LAGO, Bia Correia. 2008, p. 262.

Podemos perceber como a cidade de Penedo era vista pelas pessoas que a visitavam, sendo elas brasileiras ou estrangeiras. Podemos observar o cotidiano, os modos de vida, como a economia se organizava, a dinâmica da feira, como os relatos, desenhos e fotografias podem

representar a anulação ou apagamento de uma população, como é o caso das ausências nos registros da população negra penedense.

No próximo capítulo, veremos como a população negra apareceu nos recenseamentos provinciais, imperiais e republicanos e como tentou organizar suas experiências nas dinâmicas do cotidiano do espaço público de Penedo. Desse modo, as formas de viver no espaço da cidade, como a manifestação das práticas religiosas, especialmente, no que se refere à religião muçulmana e a relação com o catolicismo negro com as igrejas de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e a igreja de Nossa Senhora da Penha, assim como as irmandades negras da cidade, a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos e a Irmandade de São Benedito.

## **CAPÍTULO 2: O ISLÃ NEGRO EM ALAGOAS: ESCRAVIDÃO E MOBILIDADE ENTRE OS AFRICANOS E AFRODESCENDENTES.**

Os censos populacionais compõem uma parcela fundamental da documentação para analisar a formação social de uma sociedade. A respeito de Penedo, na primeira parte deste capítulo “Recenseamento e a população negra penedense”, debruçar-nos-emos inicialmente sobre censo de Penedo como vila e Alagoas como capitania, de modo a considerar o censo provincial da década de 1820. Assim, observaremos o primeiro recenseamento total do Brasil, em 1872, e o primeiro censo republicano, em 1890. Com essas informações, ponderaremos acerca da presença de escravizados, sendo africanos ou seus descendentes na diáspora, pontuando faixas etárias, estado civil e letramento, bem como as dinâmicas da feira ribeirinha.

No tópico sobre “As comunidades negras católicas e as posturas municipais”, faremos uma análise das duas igrejas católicas da comunidade negra de Penedo: a Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e a Nossa Senhora da Penha. Também acerca das irmandades católicas negras: Rosário dos Pretos e a de São Benedito. Essas irmandades e igrejas foram citadas pelos testamentos de Bebiana e Benedicto, por essa razão, a análise de como era a relação do catolicismo com as práticas maometanas dos testamentários é central par este trabalho. Desse modo, seguiremos com o escrutínio de suas trajetórias e experiências.

### **2.1. Recenseamentos e a população negra penedense**

A sociedade alagoana era diversificada no século XIX, com volumosa população africana. Uma maneira de analisar e interpretar uma população, em especial, a penedense, é através dos censos populacionais. Sejam eles municipais, provinciais, imperiais ou republicanos. Aqui, utilizaremos este último.

Em Alagoas, no ano 1819, dois anos após a emancipação política em relação a Pernambuco, houve o primeiro recenseamento como Capitania, que estava sendo governada por Melo e Póvoas. As informações contidas nessa documentação são diminutas e imprecisas. Neste sentido, Robert Slenes elencou algumas razões para analisar situações como possível descaso com os censos, particularmente, após a Independência: os censos não mais serviam como meios de identificar possíveis pagadores de impostos e receitas governamentais; ricos e pobres olhavam com desconfiança para os recenseamentos, pois evidenciavam a intenção de exigir serviço militar, cobrar impostos ou se meter em assuntos particulares (SLENES, 1983, p. 118). Mesmo com todas essas condições, foi registrado que na Capitania residiam 42.847

peças livres e 69.094 de escravizados. Nesse primeiro censo de 1819 (LIMA JÚNIOR, 1974, p. 79)<sup>41</sup>, não foi possível saber qual a população de Penedo, entre pessoas livres e escravizadas.

No ano de 1828, foi solicitado pelo presidente da província alagoana o registro da população total provincial. Segundo Abelardo Duarte o

mapa da população do Termo da Vila de Penedo, com declaração de suas idades, qualidades, estados e seus sexos do ano de 1828, remetido ao Presidente da Província de Alagoas, [...] havia 4.468 (livres 2.043 e escravos 2.425 e no Termo da Vila 2.425 escravos negros contra 2.043 libertos). Desses negros integravam a população do Termo da Vila referida em 1828, foram identificados haussás, os fulas e mandigas (DUARTE, 1958, p. 39).<sup>42</sup>

Percebe-se a presença de alguns grupos étnicos africanos que podem ter ligação com a cultura islâmica. Estes possuíam relação com as rebeliões escravas, ocorridas na província da Bahia<sup>43</sup>, na primeira metade do século XIX. Penedo, por sua vez, tinha o título de vila desde o século XVII, e foi elevada à categoria de cidade pela Assembleia Legislativa Provincial, sancionada pelo presidente da província alagoana, em 1842, mantendo a alcunha que recebeu quando elevada a vila, de “muito nobre e leal” (MÉRO, 1991, p. 59).

Na segunda metade do século XIX, em 1851, governo imperial promulgou os decretos nº797<sup>44</sup>, que solicitava a organização do Censo geral do império, e nº798<sup>45</sup>, criava os regulamentos para registros de nascimentos e óbitos, e entrariam em execução no primeiro dia de 1852. As leis não foram recebidas com bons olhos pelas populações do interior de algumas províncias do Nordeste, em Alagoas, Paraíba, Sergipe e, principalmente em Pernambuco, que as denominou como “Leis do cativo” (MARQUES, 2018, p. 211).

O descontentamento da população desencadeou uma revolta popular, que ficou conhecida como Revolta dos Maribondos. Tal alcunha se deu em razão aos sons que eram emitidos pelos revoltosos quando juntos. As ações que aconteciam na revolta eram ir às igrejas, onde iriam ocorrer o recenseamento, arrancar os editais das leis que estariam fixados, invadir fazendas e delegacias pedindo a anulação das leis. As pessoas se organizaram sem a presença de um líder à frente do movimento, isso dificultava a repressão do Império. Desse modo, estariam esses camponeses receosos de que, com a Lei do cativo, o Estado pudesse suspender

<sup>41</sup> LIMA JÚNIOR, Felix. **Escravidão em Alagoas**. Maceió: Departamento de Assuntos Culturais da Secretária de Educação e Cultura, 1974.

<sup>42</sup> Ver DUARTE, Abelardo. **Negros muçulmanos em Alagoas (os malês)**. Maceió: Edições Caetés, 1958.

<sup>43</sup> Ver REIS, João José. **Rebeliões escravas no Brasil. A história do levante dos Malês (1835)**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

<sup>44</sup> [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://portal.da.camara.deputados.camara.leg.br).

<sup>45</sup> [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://portal.da.camara.deputados.camara.leg.br).

a liberdade, como Saadrevá afirma que “segundo relatos oficiais, os revoltosos se pautaram pelo boato de que o interesse do Estado ao registrá-los seria o de escravizá-los” (2015, p. 90).

No início da segunda metade do século XIX, foram criadas outras leis que envolveram a população escravizada e/ou liberta, como a Lei Eusébio de Queirós, de 1850, cuja intenção pautava-se em atender as necessidades e exigências do Reino Inglês. O objetivo era exigir do Império brasileiro ações práticas contra o comércio de escravizados africanos, advindos da atividade comercial atlântica. Com essa nova lei, “o tráfico foi equiparado a pirataria, os traficantes ficariam sujeitos à pena de prisão e a pagar a reexportação dos africanos para seu continente e os escravistas que receptassem os africanos escravizados seriam alvo da justiça” (OLIVEIRA, 2011, p. 60).

Segundo Oliveira (2011), as penalidades que os receptadores do comércio ilegal de escravizados se tornaram mais brandas, isso poderia ter se tornado um impulsionador para a entrada de mais africanos escravizados. Porém, o que realmente fez a lei ter sido compreendida como rigorosa foi a presença e fiscalização pela Marinha Inglesa nas zonas costeiras brasileiras. Essa maior fiscalização inglesa e a lei Eusébio de Queirós surgiram para suplantam a Lei Feijó, a primeira lei brasileira que tentaria tornar ilegítimo o comércio de escravizados africanos no Brasil.

No ano de 1831, o governo brasileiro cerceado pelo governo inglês, promulgou a Lei Feijó, que considerava o comércio transatlântico uma ação ilegal judicialmente. O governo inglês sentiu-se atendido, até o momento que percebeu a inação do governo brasileiro de colocá-la em prática. Para tentar pressionar ainda mais o governo brasileiro, o parlamento inglês promulga a lei Bill Aberdeen, em 1845, que autoriza a marinha inglesa apreender, julgar e leiloar, em território inglês, as embarcações que fossem interceptadas no oceano Atlântico com escravizados africanos, muitos tumbeiros brasileiros sofreram com a perseguição da marinha inglesa<sup>46</sup>.

A aplicabilidade da Lei Eusébio de Queirós, promulgada em 1850, não receber mais pessoas escravizadas vinda do tráfico transatlântico, alguns meses antes da promulgação da lei do cativo, pode ter possibilitado a interpretação da população de que o Estado estaria tentando avaliar, cadastrar e quantificar a sociedade brasileira para obter informações pessoais contidas no censo, como: as pessoas nasceram livres, se eram libertas (ou seja, alguém que nasceu escravizado, mas depois obteve a liberdade) ou escravizada. Já, se a pessoa fosse de origem indígena, era preciso especificar "a tribo a que pertence". Não havendo a inserção de

---

<sup>46</sup> Ver REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J. M. de. **O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822-c. 1853)** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

mão de obra escravizada africana, a possibilidade de dar continuidade à escravidão poderia ser através da reescravização e escravização dos camponeses pretos e pardos.

Ainda no conjunto de leis de meados do século XIX, que ela influenciava nas vidas das pessoas escravizadas, libertos, sejam africanos ou afro-brasileiros, está inserida também a Lei de Terras de 1850, que foi votada dias após a criminalização do comércio transatlântico com a Lei Eusébio de Queirós. Esta lei “visava organizar o país para o fim da eventual do trabalho escravo, desestimular os pequenos agricultores ligados à subsistência e impedir a aquisição de terras pelos futuros imigrantes” (SCHWARCZ; STARLING. 2018, p. 274). Para Danilo Marques, “A Lei de Terras vedava, assim, a possibilidade de acesso a terras, restringindo-as a compra e herança; cancelava, dessa maneira, o caminho tradicionalmente trilhado pelos pequenos produtores não proprietários (2018, p. 224).

A atividade dos revoltosos em Alagoas, no movimento contra a “Lei do cativo”,

[...] atingiu as seguintes localidades: Mundaú-Mirim (Santana do Mundaú), Riachão (Junqueiro), Lage do Canhoto (São José da Laje), Imperatriz (União dos Palmares), Camaragibe (Passo de Camaragibe), Jacuípe, Salomé (São Sebastião), São Brás, Penedo, Porto Calvo, Porto de Pedras, Urucu (Joaquim Gomes), Barra Grande (Maragogi) e as matas do Angelim. (MARQUES, 2018, p. 218).

Atingiu áreas do litoral norte, que há pouco mais de uma década, vivenciaram a revolta dos Cabanos<sup>47</sup>, e Penedo, que era a segunda cidade mais importante economicamente da província, como vimos no capítulo anterior.

---

<sup>47</sup> Ver LINDOSO, Dirceu. **Utopia Armada: rebelião nas matas do Tombo Real**. 2ª ed. Maceió: EDUFAL, 2005. ALMEIDA, Luiz Sávio de. **Memorial biográfico de Vicente de Paula, o capitão de todas as matas: guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana**. Maceió: EDUFAL, 2008.

**Figura 14: Mapa dos motins contrários à “Lei do Cativoiro” em Alagoas (1851-1852)**



FONTE: MARQUES, 2018, p. 219.

As ações dos sediciosos na província alagoana registram-se nas falas do presidente provincial, José Bento da Cunha Figueiredo, pai do futuro presidente provincial com o mesmo nome, de quem analisamos a sua viagem pela província em 1869, no capítulo anterior. Em suas falas na Assembleia Provincial, o presidente relatou desordem em Mundaú-Mirim (Santana do Mundaú), onde foi necessário o auxílio das forças militares de Imperatriz (União dos Palmares) para conter os tumultos. Outras povoações eram vistas com preocupação, como a exemplo de Arrasto (Capela) e Riachão, para Camaragibe (Passo de Camaragibe), Porto Calvo e Jacuípe. Assim, foram enviadas unidades da Guarda Nacional com o intento de diminuir as tensões locais e para a cidade de Penedo, “[...] foi mandado o ‘prestimoso’ capuchinho Frei Henrique do Castelo de São Pedro; a recomendação era ‘de percorrer todo o sul da província, como o fez com grande vantagem, sob os auspícios do digno Delegado do Penedo, Manoel Góes Ribeiro Junior’” (MARQUES, 2018, p. 229). Todas essas ações visavam conter as movimentações dos denominados pejorativamente de “gentes da mata”.

O presidente da província alagoana, percebendo a impossibilidade de aplicação da “Lei do Cativoiro”, devido aos vários focos de revolta e, principalmente, à dificuldade de repressão do governo, sugeriu ao governo imperial algumas ações em relação à Lei de registro de nascimentos e óbitos, que a tornasse aceitável à população. As indicações foram bem recebidas pelo governo imperial. Algumas delas foram: os registros de nascimento e óbitos só poderiam ser realizados a partir de 1º de janeiro de 1852 e não poderiam retroagir. Uma outra possibilidade foi o encaminhamento hábil do registro de nascimento para o vigário, com o objetivo de providenciar o sacramento do batismo.



Contudo, com essas várias ações repressoras, dos governos provincial e imperial, não obtiveram o resultado esperado. No mês de janeiro de 1852, o que a “Lei do cativo” deveria ser implementada, o governo decidiu recuar e cancelar os decretos. Logo que essa medida foi tomada, as ações dos revoltosos começaram a diminuir e findaram-se. A movimentação popular contra a Lei de registro de nascimentos e óbitos e a Lei do Censo Geral do Império teve sua implementação adiada.

Na mesma década de 1850, a cidade de Penedo havia recebido a visita do engenheiro alemão Halfeld, como já pontuamos no capítulo anterior. Nesse sentido, Teixeira observa que

[...] em 1854 o engenheiro Henrique Halfeld esteve em Penedo e calculou que a população total da freguesia chegava a 17.874 almas, sendo que 2.213 delas era escrava (12,82%). No entanto a freguesia era ampla e ao se deter apenas aos limites da cidade, Halfeld contou haver 1.014 casas e estimou que nelas viviam de 8.500 a 9.000 habitantes. Percebe-se que a população escrava na área central do Penedo não chegaria a 5% do total (TEIXEIRA, 2016, p. 135).

Com esse montante populacional, a cidade acabou ganhando notoriedade devido ao comércio interprovincial de escravizados, com a utilização do porto, que ligava o mar ao sertão. Esse comércio se intensificou na década de 1850, em direção à região cafeeira do Brasil, o Sudeste.

Após a não realização do recenseamento, em 1852, o governo imperial conseguiu executar o Recenseamento do Brasil, de 1872<sup>48</sup>. A análise dessa informação nos deixa cientes de como era a população de Penedo nas últimas décadas do Império no Brasil. Nesse censo, há os registros de outras duas povoações integrantes da cidade de Penedo: a povoação de Porto Real do Colégio e Piaçabuçu, que seriam desmembradas em 1876<sup>49</sup> e 1882<sup>50</sup> respectivamente.

Nesse contexto, no ano de 1872, a cidade de Penedo tinha o total de 17.888 habitantes, entre livre e escravizados, conforme demonstrado pela primeira divisão do censo. Desse modo, podemos reparar que a população escravizada era de 971 pessoas, pouco mais de 5% da população total no município, um número pequeno que pode ser compreendido com a proibição e fiscalização da inserção de novos africanos no Brasil, com a Lei Feijó de 1831 e a Lei Eusébio de Queiroz de 1850, como também pelo comércio interprovincial de escravizados (TEIXEIRA, 2017).

A população livre, que era de 16.867 pessoas, foi dividida entre as raças branca, parda, preta e cabocla. Os brancos eram 4.926 ou 30%, entre os livres, e 27% no total da população.

---

<sup>48</sup>INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>>.

<sup>49</sup> IBGE | Cidades. | Alagoas | Porto Real do Colégio | História & Fotos 05/03 às 23:25.

<sup>50</sup> IBGE | Cidades. | Alagoas | Piaçabuçu | História & Fotos 05/03 às 23:27.



Logo, podemos perceber que a maior parte das pessoas de Penedo não era de indivíduos considerados brancos. Os pretos livres eram 1.639, dentre estes, 31 eram africanos, e os pardos eram 10.181; essas duas “raças” eram as formas como os escravizados eram divididos. Os caboclos eram somente 171 pessoas, dentre elas, mais de 100 mulheres.

Os escravizados, divididos por gênero e depois por raça, eram, em sua maioria, solteiros, alguns deles eram casados. Consta ainda que todos professavam o cristianismo católico, eram analfabetos e não existiam crianças em idade escolar, dos 6 aos 15 anos de idade, demonstrando assim, que esses escravizados eram casados e não tinham filhos. Um dado importante é que, entre esses escravizados pretos e pardos, constavam estrangeiros africanos, mas sem a identificação de grupo étnico. Do total de 91 escravizados no município, 53 eram africanos, entre homens e mulheres, os demais eram nascidos no Brasil. Totalizando 84 africanos na cidade de Penedo, entre livres e escravizados.

Na análise dos documentos para sua pesquisa, o médico e membro do IHGAL, Fernando Andrade<sup>51</sup> percebeu que o fluxo comercial de escravizados continuava como uma atividade comercial lucrativa para a cidade de Penedo, ainda nos anos de 1871 e 1872. Convém observar que nos registros havia grande notificação de exportação de escravizados, denominados “*fulanis*”, grupo étnico de alguns islamizados participantes de levantes e revoltas, como demonstra João José Reis (2003), na obra “Rebeliões Escravas no Brasil: o levante malê de 1835”<sup>52</sup>. Essa presença também foi registrada no levante malê arquitetado na comarca de Alagoas em 1815<sup>53</sup>. Nesse aspecto, há uma possível continuidade das ações negras muçulmanas na cidade de Penedo, mesmo com a comércio interprovincial intenso há quase duas décadas.

A presença de 84 africanos, registrados no censo imperial de 1872, que construíam o convívio urbano de Penedo e as notas sobre o comércio provincial de escravizados do mesmo ano, colocam-nos em um momento de mais um possível silenciamento das tradições e práticas muçulmanas do malês de Penedo, visto que, como nos relatou Abelardo Duarte “não eram os negros muçulmanos do Penedo numerosos; porém ortodoxos. Impressionavam não pelo número, mas pelo credo religioso” (DUARTE, 1958, p. 36). A afirmativa de que professaria o credo cristão católico e não o islamismo ou seria “acathólico”, como registrado no censo, pode ser uma indicação de se sentir inserido do grupo religioso majoritário. No Brasil império era o

---

<sup>51</sup> Ver ANDRADE, Fernando Antônio Gomes de. **Legba: a guerra contra o Xangô em 1912**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2015.

<sup>52</sup> REIS, João José. **Rebeliões escravas no Brasil: o levante dos malês de 1835**. São Paulo. Companhia das letras, 2003.

<sup>53</sup> SILVA, Luiz Geraldo. “**Sementes da sedição**”: etnia, revolta escrava e controle social na América portuguesa (1808-1817). In: REIS, João José, SILVEIRA, Renato da e ZAMPARONI, Valdemir (Ed.). Afro-Ásia nº 25-26 (2001). [http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia\\_n25\\_26\\_p9.pdf](http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n25_26_p9.pdf)

catolicismo a religião oficial. Nesse sentido, poderia ser também uma mentira para os dados oficiais do governo no âmbito público.

Outro aspecto a ser observado nos dados do censo imperial de 1872 é que todos os africanos registrados em Penedo eram analfabetos, mesmo não sabendo quantos africanos, dos 84, professariam o islamismo, uma das características relatadas por Castillo (2010) sobre os participantes do Levantes dos Malês de 1835, era o letramento em árabe. “A elite baiana, acostumada a pensar nos africanos como analfabetos e na escrita como domínio exclusivo da cultura europeia, entrou em pânico, convencida que tais escritas eram meio de comunicação subversiva” (2010, p. 62). Para Reis,

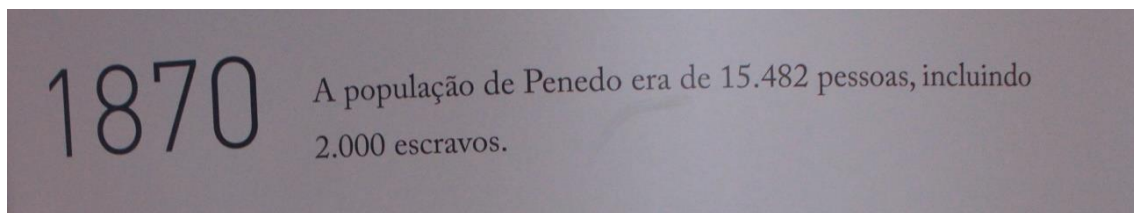
[...] a conversão pela revelação da leitura é assim expressa no livro sagrado dos muçulmanos: “Os incrédulos entre os Povos do Livro [judeus e cristãos] e os pagãos não desistiram da incredulidade até a Prova lhes foi dada por um apóstolo de Alá lendo-lhes páginas santificadas de eternas escrituras (2003, p. 225).

O proselitismo islâmico estaria presente em Penedo, Duarte afirma que “no Nordeste brasileiro parece ter sido exemplo único representado nos negros islamizados do Penedo, onde existiu sede (templo) no qual se reuniam” (1958, p. 40), mas Duarte não nos deixa nenhum indício de onde seria, como ocorriam essas reuniões neste “templo” e nem quem o frequentava. Entretanto, os malês da cidade de Salvador, em alguns momentos antes e depois das movimentações malês de 1835, descrita por Reis (2003), antes que as casas dos africanos livres ou escravizados, que viviam no perímetro urbano como ganhadores, serviam como abrigos para encontros dos malês para rezas, ações religiosas relacionadas ao calendário islâmico e aulas de árabe, para leitura e escrita do alcorão.

O espaço físico que chegou mais próximo de ser considerado um espaço religioso muçulmano apareceu quando alguns escravizados de ingleses receberam autorização para construir “uma palhoça no quintal de sua casa, no distrito da Vitória. Esse se tornaria talvez o centro muçulmano mais atuante da Bahia em 1835, ou pelo menos aquele que reunia mais gente e para onde convergiam principalmente escravos dos comerciantes estrangeiros moradores do bairro” (REIS, 2003, p. 217, 218).

No caso de Penedo, o acesso sobre os dados censitários que nos permitem avaliar a participação malê na cidade, é a menção a presença de 200 escravizados na cidade no ano de 1870, informação que está na exposição permanente da Casa do Patrimônio.

**Figura 15: Exposição permanente linear Casa do Patrimônio**



FONTE: FIGUEIRÓ, 2017, p. 71.

No recenseamento de 1872, a população de Penedo contava com 17.888 indivíduos, tendo um aumento populacional de 2406 pessoas. Em relação à população escravizada, que em 1870 contava com 2.000 pessoas, houve uma diminuição drástica em dois anos, passando para 971, em 1872. Para Lima Junior, Alagoas “em 1º de agosto de 1871 eram 312.268 as pessoas livres e 35.741 os escravos” (1975, p. 80), sem especificar as populações das cidades.

A diminuição da população escravizada pode ser explicada com a continuidade do comércio interprovincial de escravizados ou também pela aplicabilidade legal da lei do Ventre Livre, não se nasciam escravizados no Brasil. Essa disparidade, entre as informações populacionais da exposição e o recenseamento de 1872, com pouca diferença de tempo, levamos a crer que os dados da exposição podem vir a ser um levantamento populacional da província que ainda não foi possível identificar.

Na sua análise sobre os escravizados no censo de 1872, o historiador Luíz Sávio de Almeida, dividiu a província de uma maneira que ficou mais fácil a sua interpretação, sendo chamadas de “As Alagoas do Leste e As Alagoas do Oeste” (2021, p. 17) (FIGURA 14). A cidade de Penedo ficou denominada como Alagoas do Oeste ou conjunto sanfranciscano, com as cidades de Traipú, Panema e Paulo Afonso, abrangendo as várias freguesias das cidades. As freguesias da Região Agreste de Limoeiro de Anadia e Anadia possuíam um grupo relevante de escravizados, levando como base o quantitativo mediano de 1325 escravizados, a cidade de Penedo estaria inclusa nesse patamar. Com altíssimo porte de escravizados estaria a freguesia de Palmeira dos Índios, com o montante de 3411. Para Almeida, a escravaria sanfranciscana é pouco estudada, pois

[...] teria se formado em função da pecuária, um tipo de escravismo diferente do que prevalecia na agricultura, vivendo o extensivo das boiadas, dos currais, das apartações. Depois é que vai ser a escravidão que irá lidar, também com o algodão, talvez, basicamente, uma linhagem de roças com poucos escravos (2021, p. 67, 68).

**Figura 16: Divisão leste/oeste da Província de Alagoas em 1872**



Fonte: ALMEIDA, 2021, p. 51.

No *Jornal do Penedo*, na edição 29 do ano de 1775, três anos após o recenseamento de 1872, é publicado um recenseamento provincial, que contabilizava com 49 municípios e 28 paróquias. A cidade de Penedo ainda “compreendendo as parochias do Rozario do Penedo, S. Francisco do Borja do Piassabussú e Conceição do Porto Real do Collegio” (*JORNAL DO PENEDO*, 1875, Número 29, p. 2). A província contava com 35741 pessoas escravizadas, com uma população total de 348009, sendo pouco mais de 10% da população provincial escravizada. As informações sobre os escravizados são dispersas, a primeira é sobre o gênero, há os registros dos que são casados e viúvos, 2377 eram africanos e todos os escravizados, africanos e afro-brasileiros, eram analfabetos e católicos.

“O município mais populoso da província é o de Penedo que tem 32.520 habitantes livres, e 2.728 escravos” (*JORNAL DO PENEDO*, 1875, Número 29, p. 2). O montante de população escravizada ter sido maior do que o apresentado na análise do recenseamento de 1872, pode ser compreendido pela soma das pessoas escravizadas nas outras duas paróquias citadas no parágrafo anterior. Na observação sobre os dados de 1872, foram utilizadas somente as informações da paróquia do Rosário, excluindo as de Piassabussú e Porto Real do Colégio, esse recorte não pôde ser mantido devido a disposição de informações do jornal.

A leitura da *Synopse do Recenseamento de 1890*<sup>54</sup>, o primeiro da recém proclamada República dos Estados Unidos do Brasil, possibilita-nos uma breve análise comparativa entre ele e o censo de 1872. Mas na introdução do documento, é relatado que vários fatores fazem desmerecer as informações contida do censo. O Primeiro motivo seria a mudança de regime

<sup>54</sup> *Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890 = précis du recensement du 31 décembre 1890* (senado.leg.br).

político brasileiro, o surgimento da república, em 15 de novembro de 1889, tendo a *Synopse* sido lançada em 31 de dezembro de 1890, pouco mais de um ano depois.

O segundo fator que se sugere ter desvalorizado o recenseamento de 1890 era a quantidade de paróquias da igreja católica que deixaram de enviar os mapas censitários. Assim como no recenseamento que não aconteceu em 1852, no primeiro recenseamento brasileiro de 1872, o primeiro censo republicano dependeria também da atuação da igreja católica para acontecer, mesmo com a declaração de que a república brasileira seria laica, com o decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890<sup>55</sup>. Este elemento, a laicidade do Estado, pode ter sido o que inviabilizou a ação da igreja católica para atuar no recenseamento republicano.

Em comparação ao recenseamento de 1872, em que 25 paróquias não remeteram os mapas censitários para contabilização, em 1890 o estado da Bahia e Minas Gerais registraram 37 e 54 paróquias, além das que enviam os mapas de maneira incompleta, com 101 e 187 paróquias, respectivamente. Outro fator que contribuiu para a desqualificação do recenseamento de 1890 foi a distribuição e coleta dos dados para os estados, fazendo com que algumas paróquias estivessem com mapas excedentes, como foi o caso do Rio Grande do Sul, e outras com escassez.

As informações sobre a população penedense, contidas neste censo de 1890, são deficitárias. Os poucos elementos que possui, possibilitam-nos saber o quantitativo de homens, 5.822 pessoas, e 6.599 de mulheres, totalizando 12.421 habitantes, divididos nas povoações de Penedo, Mocambo e Salomé, sendo a paróquia de Nossa Senhora do Rosário que remeteu os mapas censitários. Em relação aos dados disponibilizados no censo de 1872, nessa *Synopse* não foram apresentadas as informações sobre idade, estado civil, religião, letramento, profissões e nacionalidade, dados esses necessários. Com isso, não podemos fazer analogias sobre os censos (1890 e 1872), nem perceber as mudanças na sociedade de Penedo em quase vinte anos. Tampouco, observar qualquer alteração no cotidiano dos 84 africanos que moravam na cidade.

## **2.2 As comunidades católicas negras e a população negra nas posturas municipais**

A pesquisa sobre as igrejas e irmandades religiosas da população preta da cidade de Penedo já começa com a grande dificuldade de acesso à documentação das igrejas. No processo de busca por documentos gerados por essas organizações, o pesquisador se depara com a negativa dos órgãos religiosos competentes em salvaguardar a documentação produzida, como a Cúria de Penedo e a secretária da Igreja de São Gonçalo Garcia, atual local de arquivamento

---

<sup>55</sup> D119-A (planalto.gov.br).

de ações religiosas católicas. Nessa igreja constam dois livros de óbito, referentes aos anos de 1865-1868 e 1888-1893.

No trabalho de catalogação dos documentos do Arquivos da Cúria Metropolitana de Maceió, a historiadora Luiza Sahara da Silva Santos (2021) ajudou os pesquisadores a encontrar documentos produzidos pela igreja católica, com registros de nascimentos, casamentos, batistérios, óbitos e compromissos de irmandades. No entanto, essa catalogação tem poucos documentos relativos à cidade de Penedo.

Com relação aos documentos religiosos da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e da Igreja da Penha, poucas informações foram produzidas por elas, já que registros de batismo, casamentos e óbitos eram assentados na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário. Alguns desses documentos estão digitalizados no projeto da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, o site *Familysearch*. Mas a pasta dos documentos da igreja matriz de Penedo está bloqueada, somente os integrantes da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias têm acesso, mais um empecilho para o desenvolvimento desta pesquisa. Contudo, a cidade de Penedo, com igrejas centenárias tinha algumas irmandades e confrarias, como a do Santíssimo Sacramento, das Almas, de São Gonçalo Garcia dos homens Pardos<sup>56</sup>, de Santa Cruz e Nossa Senhora das Dores, da Santíssima Virgem Maria Senhora do Rosário e de São José. As irmandades negras da cidade de Penedo eram a Nossa Senhora do Rosário do Pretos, da igreja do mesmo e a de São Benedito, que pertencia a Igreja de Nossa Senhora da Penha. Assim, foi possível identificar alguns dados relevantes.

A Irmandade de São Benedito, inicialmente, foi instalada no Convento franciscano de Nossa Senhora dos Anjos, tendo como primeiros irmãos os pretos escravizados, que pertenciam ao convento. Um livro da irmandade de 1775, registrou as joias entregues à irmandade pelos escravizados, na qualidade de irmão. O compromisso de 1853, “único documento achado da irmandade”, elaborado para substituir o de 1784, publicado no Tomo III das “Leis Provinceais das Alagoas”, no artigo 1º vinha registrado as pessoas que poderiam ser aceitas na irmandade: homens, mulheres, brancos, pardos ou pretos, libertos e escravizados com a autorização expressa dos senhores e os valores que cada ingressante na irmandade deveria pagar para ser inserido na irmandade.

---

<sup>56</sup> ALVES, Fabianne Nayra Santos. **Os pardos da Vila do Penedo do rio São Francisco**: escravidão, hierarquia e distinção social em Alagoas (1758-1819). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Alagoas. Pós-graduação em História, Maceió, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/5066/1/Os%20pardos%20da%20Vila%20do%20Penedo%20do%20rio%20S%3a3o%20Francisco%2020escravid%3a3o%2c%20hierarquias%20e.pdf>.

A delimitação de participação das mesas diretivas propôs a rotatividade anual de cargos. Assim, em um ano, os cargos eram ocupados por brancos, na próxima eleição, por pardos e depois, por pretos. Os cargos disponibilizados eram “juiz da irmandade”, “juiz do Menino Deus”, um “escrivão”, um “tesoureiro”, um “procurador” e oito “irmãos de mesa”. Na irmandade de São Benedicto, as mulheres participavam da vida política concorrendo aos cargos de “juíza da irmandade”, “juíza de Menino Deus” e “oito irmãs de mesa”. Os escravizados que participassem só poderiam ocupar os cargos de “irmão de mesa”. Os cargos de “escrivão”, “tesoureiro” e “procurador” eram somente ocupados por homens e livres.

Após a eleição com votos diretos, a mesa seria eleita e assumiria os cargos no dia da festa do padroeiro. No artigo 11º, são descritos os livros necessários para o bom gerenciamento da irmandade: “um de entrada, um de remissões, um de annuaes, um de concordatas, um de eleições, um de recibos e quitações, um de inventario, um de receita e despeza” (ALVES, 2018, p. 545). No 21º. Além disso, é descrito o primeiro dever da irmandade, organizar a festividade “com todo esplendor” para o protetor e padroeiro, São Benedicto.

Nos artigos 26º ao 32º são informados os meios de receitas e despesas da irmandade. Acerca “Dos irmãos defuntos”, é relatado entre os artigos 33º ao 43º e daremos a atenção necessária no terceiro capítulo. O compromisso segue com as atribuições da mesa diretora, juízes e juízas, juízes e juízas de Menino Deus, procurador e escrivão, que “deverá ser de sufficiente conhecimento de escripturação, [...] pois que a seu cargo compete todo a escripturação da irmandade” (GALVÃO; ARAUJO, 1871, p. 551). Esta obrigatoriedade de letramento para assumir o cargo de escrivão poderia ser um impedimento para os africanos da irmandade assumirem, pois o recenseamento de 1872 informava que os africanos que moravam em Penedo eram analfabetos.

“Deverá ser um irmão de inteira probidade, e que possua bens da fortuna, para que possa suprir as urgentes necessidades da confraria” (GALVÃO; ARAUJO, 1871, p. 551), eram as atribuições e exigências para o irmão que assumisse o cargo de tesoureiro. A necessidade de ser um indivíduo de posses para assumir o cargo poderia ser outro meio de dificultar o acesso da população africana da confraria a cargo com mais responsabilidade. Os cargos de mesa e a relação com o reverendo, “capellão” e o convento dão continuidade ao compromisso.

Nas disposições gerais foi estipulado o valor de “cem réis” anuais para cada irmão da confraria, podendo ser cobradas as mensalidades atrasadas com ajuda das leis do estado, inclusive serem cobradas dos parentes de irmãos falecidos. A deliberação sobre o tempo de entrada na irmandade para assumir os cargos da mesa, o que exige o maior tempo de

participação, é de responsabilidade do juiz, seis anos de ingresso, o cargo de mesário o irmão que ingressasse poderia ter acesso a esse cargo.

Em seus 83 artigos, no compromisso de 1853 da Irmandade de São Benedicto, não foi descrita nenhuma proibição sobre a participação de outra irmandade, como a Irmandade do Rosário dos Pretos. Também não existem menções ou restrições a pessoas que possam vivenciar outros credos, como a nossa testamentária.

O compromisso de 1853 foi reconhecido pela autoridade católica através da Resolução N. 276 de 23 de abril de 1855, com exceção do inciso 6, do artigo 20, que atribuía à mesa diretiva da irmandade o poder de modificar o compromisso e refundar um novo, sendo substituído pelo seguinte: “Alterar ou modificar o presente compromisso em mesa geral, submetendo à aprovação do bispo diocesano e da assembleia legislativa provincial as alterações e modificações que fizer” (GALVÃO; ARAUJO, 1871, p. 435), Desse modo, evidenciava-se que a igreja não queria as irmandades com autonomia de decisão, fazendo com que os compromissos passassem pelo bispo. Este compromisso da irmandade de São Benedicto teve pouco tempo de vigência, pouco depois foi substituído. Em 1874, foi submetido um novo documento para reger a irmandade e tendo sido aprovado em 1883, infelizmente não tivemos acesso a esse documento, poderíamos comparar os dois compromissos e tentar entender o motivo que fez a irmandade mudar tão rápido de compromisso.

No século XX, a irmandade teve a igreja-sede de suas atividades transferida no novo compromisso, saindo do Convento Nossa Senhora dos Anjos, para a igreja de Nossa Senhora da Penha, essa mudança aconteceu devido “a um certo atrito entre o Superior da casa com os pretos da irmandade” (MÈRO, 1991, p. 352).

A capela de Santa Efigênia, construída no século XVII, tornou-se a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que teve a irmandade do mesmo nome. Esta Irmandade em 1790, era administrada pelo irmão Capitão Bartolomeu da Luz Salgueiro, que deu início a construção da nave da igreja. Em 1875, a irmandade teve o compromisso aprovado pelo Bispado e pelo poder civil, mas não conseguimos identificar nenhum documento relacionado à irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Pretos, que segundo Méro, existe desde a construção da capela de Santa Efigênia. Analisar como se dava a relação no cotidiano de africanos islamizados, integrantes das irmandades católicas, é tarefa historiográfica relevante, apesar dos desafios, como acesso aos documentos relacionados às irmandades. Entretanto, a documentação legislativa aponta para possibilidades significativas de ponderação.

As leis direcionam a entender a dinâmica social e religiosa dos africanos da cidade, pois qualquer indício de revolta dos escravizados era seguido de proibições de circulação ou



aglomeração de pessoas. Desse modo, as autoridades legislavam para um maior controle social de trânsito dos escravizados, através das Posturas Municipais<sup>57</sup>. Conforme Félix Lima Junior<sup>58</sup>, no ano de 1861, os escravizados que fossem encontrados nas ruas após o toque de recolher, seriam encaminhados à delegacia. A soltura ocorreria mediante pagamento de uma multa. No carnaval, ainda na mesma postura, o escravizado que estivesse mascarado a ofender a religião seria punido com palmatórias nas mãos. A lei que taxava africano livre, para mercadejar na feira da cidade, será avaliada no próximo capítulo.

Diante das ponderações expostas, podemos compreender o contexto em que a população preta de Penedo se localizava. Na avaliação dos governos provincial e imperial, com os recenseamentos foi possível perceber a construção do silenciamento dessa população, através dos mecanismos institucionais do estado brasileiro. As comunidades negras católicas, por sua vez, são instrumentos de socialização no espaço onde a escravidão ainda existia, e as irmandades de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário do Pretos eram locais cuja população escravizada e africana estabeleceu relações de compadrio.

---

<sup>57</sup> Até o presente momento da pesquisa, não foi possível identificar outra Postura Municipal de Penedo relacionada à presença negra na cidade.

<sup>58</sup> LIMA JUNIOR, Felix. **Escravidão em Alagoas**. Maceió. Departamento de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação e Cultura, 1975.

### CAPÍTULO 3: AS TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE BEBIANA MARIA DA CONCEIÇÃO COSTA E BENEDICTO DUTRA

Os dois sujeitos centrais que compõem a base e estímulo para o desenvolvimento deste trabalho são Benedicto Dutra e Bebiania Maria da Conceição Costa, dois africanos. A respeito desses, possuímos os testamentos assinados e lavrados, em 1888 e 1886. Tais documentos nos lançam a possibilidade de investigar as suas trajetórias e experiências na cidade de Penedo. Bem como relações de parentescos, compadrios, envolvimento religiosos com o catolicismo e com uma possível comunidade muçulmana.

Para organizar as análises acerca dessas experiências e trajetórias, utilizaremos como marco temporal os anos de assinatura dos testamentos (1886 e 1888). Desse modo, busca-se articular as informações até a década de 1890. Para tal, o historiador italiano Carlo Ginzburg<sup>59</sup> nos relata a importância da metodologia onomástica, tendo o nome como condutor, que “[...] por um lado move-se numa escala reduzida, permite em muitos casos uma reconstituição do vivido impensável noutros tipos de historiografia [...]” (GINZBURG, 1989, p. 177-178).

A primeira parte do capítulo será dedicada ao estudo e construção da trajetória de vida de Bebiania Maria da Conceição Costa, levando, como marco inicial de sua trajetória, o seu testamento, registrado em 1886. Nesse sentido, trata-se de localizar as experiências de uma mulher negra e africana nos documentos oficiais. A trajetória do africano Benedicto Dutra será desenvolvida na segunda parte do capítulo, também com o uso do testamento lavrado em 1888. No terceiro e último momento, observam-se alguns elementos da tradição afro-muçulmana que consolidaram a ideia de uma comunidade malê de Penedo como estruturada.

As investigações das trajetórias não seguirão uma ordem cronológica crescente, de modo que alguns avanços e retornos no tempo foram realizados para que fosse possível obter uma avaliação adequada das experiências. Nesse sentido, considera-se o período do imediato pós-abolição, como marco inicial, regressando, por vezes, a meados do século XIX.

As primeiras fontes analisadas foram os testamentos. Conforme as considerações da historiadora Priscilla Leal Mello, sublinha-se que

[...] trata-se de duas cópias fotográficas com partes de cada um dos documentos originais. Esses dois extratos nos foram passados por Paul Lovejoy que não conseguiu identificar sua procedência, mas no documento consta pertencer à coleção da Casa de Penedo. Visitamos a Fundação, mas lá nos foi informado que o documento não existe e nos foi vedada a consulta à documentação primária. Tivemos acesso apenas aos livros e jornais (MELLO, 2009, p. 201).

---

<sup>59</sup> GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178.

Nesse aspecto, além dos trechos dos testamentos disponibilizados na pesquisa de Priscilla Mello, tentamos acesso às fotografias, a partir do trabalho da professora Mariza de Carvalho Soares, orientadora da pesquisa de Priscilla Mello, que comunicou ter perdido esses registros<sup>60</sup>. Como também foi tentada a busca por documentos da Casa do Penedo e, como na pesquisa de Priscilla e Mariza, tive o acesso negado aos documentos da Fundação, somente foram disponibilizados alguns livros, que já constavam na bibliografia deste trabalho. O único espaço que disponibilizou livre acesso aos seus acervos foi o 1º tabelionato de notas, protesto e ofício de registro de imóveis, com registros imobiliários, com início na segunda metade do XIX até os dias atuais. Assim como já foi citado, houve a dificuldade de acesso aos documentos das igrejas e das irmandades negras da cidade.

### 3.1. As experiências de Bebiana Maria da Conceição Costa

Registro de testamento com que falecera nesta cidade no dia 2 de maio de 1886, Bebiana Maria da Conceição Costa. [...] Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho e Espírito Santo, em que eu, Bebiana Maria da Conceição Costa, firmemente creio, e em cuja fé protesto viver e morrer na religião de Mahomet, em que nasci, mas hoje Catholica Apostólica Romana. Declaro que sou natural da Costa d'África, filha de paes que já não existem naquele país. [...] Declaro que falecendo quero ser acompanhada pelas Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedicto das quaes sou indigna irmã, sendo meu corpo amortalhado e depois de encomendado pelo paracho da freguesia conduzido ao cemitério público sem a menor pompa. Declaro que em minha vida mandei celebrar duas capellas de missas minha alma [...] (MELLO, 2009, p. 202)

Esse fragmento corresponde a um dos documentos que impulsionou esta pesquisa. Refere-se a uma parte do testamento transcrito de Bebiana, lavrado na cidade de Penedo em datado de “2 de maio de 1886” (MELLO, 2009, p. 201). Nas primeiras linhas da transcrição, a testamentária afirmou a sua fé ser católica, quando apontou crer na Santíssima Trindade, “Padre, Filho e Espírito Santo” e logo após certificou viver e morrer na religião de Maomé, destacando também a fé islâmica. Assim, deparamos com um dilema nessas afirmações de credo, católica e islâmica, pois quando declarou crença na trindade católica, Bebiana contradiz as primeiras suras<sup>61</sup> de abertura do alcorão “Em nome de Allah, O Misericordioso, O Misericordador” (NOBRE ALCORÃO, 2014, p. 1) e “Só a Ti adoramos e só a Ti imploramos ajuda” (NOBRE ALCORÃO, 2014, p. 2), que orientou a fé e clemência somente a Allah.

<sup>60</sup> Esse diálogo ocorreu via e-mail no ano de 2021.

<sup>61</sup> Sinais ou versículos, de número variado, onde transluz a infinita sabedoria divina. (NOBRE ALCORÃO, 2014, p. 1)

Bebiana “é viúva e não teve filhos” (MELLO, 2009, p. 203), declarou-se nascida na costa da África. Tal indicação, além de tornar possível que ela seja um dos africanos registrados no recenseamento de 1872, pode ter sido acrescido no sobrenome “Costa”, sugere no nome a diferenciação entre ser negro nascido no Brasil e ser negro nascido na África. O fator de identificação para a análise passa a ser a religiosidade, católica e islâmica, e não mais a origem étnica africana, como haussá, fula ou nagô.

A testamentária autodeclarada católica, afirmou participar de duas irmandades negras de Penedo. No documento, fixou se considerar como “indigna irmão”, na parte do testamento que se tem acesso, ela não explicou o motivo de se considerar indigna, mas no início do documento pontou o credo maometano, esse possivelmente pode ser o motivo dessa afirmação. Ainda sobre as irmandades, a religiosa solicitou que, em ocasião de seu falecimento, o corpo fosse vestido a mortalha e encomendado a Deus, pelo pároco e seguiria para o sepultamento, todo esse procedimento aconteceria sem muito deslumbre, de forma simples.

No pequeno trecho do testamento, analisamos que Bebiana não relatou nenhuma relação com os cargos de poder da irmandade de São Benedicto (ver capítulo 2.2), não indica se era assídua com as mensalidades. Contudo, os pedidos de vestimenta fúnebre, encomendar o corpo e a afirmação de rezar duas missas para sua alma, levam-nos a crer que ela poderia não ter nenhum cargo diretivo na irmandade, mas era uma irmã assídua com as mensalidades.

O pedido de ritos fúnebres pelas irmandades era de suma importância, chegando a constar no compromisso de São Benedicto “Como o principal fim dessa corporação seja o bem de nossos irmãos defuntos” (GALVÃO; ARAUJO, 1871, p. 549). No artigo 35º do compromisso foi deliberado que os irmãos, mesmo os que se encontrem em extrema pobreza, sejam sepultados com uma mortalha simples, custeada pela irmandade, esse direito não era concedido aos escravizados, ficando a cargo dos seus senhores esse investimento. A possibilidade de pagamento da mortalha de Bebiana ser da irmandade, nos leva a crer que, quando ela assinou o testamento, não se encontrava na situação de escravizada.

O compromisso da irmandade de São Benedicto permitia que os filhos dos irmãos, menores de sete anos, pudessem receber os benefícios do sepultamento, como a mortalha e sepultamento no convento. Porém não sabemos se Bebiana era casada ou se teve filhos, a única informação que se pode ver sobre relação de parentesco era que seus pais eram da costa da África e que já não estariam vivos.

Na tentativa de construir a trajetória de Bebiana, deparamo-nos com o desaparecimento de informação sobre as mulheres negras africanas. O nome dela aparece no Jornal do Penedo,

em uma solicitação de imposto para os africanos livres “mercadejar” na cidade<sup>62</sup>, mas, possivelmente, seja outra pessoa, pois aparece a denominação “Bebiana Donata”, aparecendo o nome completo de outros africanos, como “Rosa M. da Conceição” e “Doingos J. de Souza”, e como consta no testamento, a Bebiana tem outro sobrenome, que não é “Donata”, mas Maria da Conceição Costa. A mulher convocada no jornal denominada Bebiana Donata é solteira, como vimos nas informações do testamento, Bebiana era viúva, e é registrada com 71 anos, no ano de 1875 que foi vinculado a cobrança de tributos.

Em um estudo sobre as alforrias na cidade de Penedo, denominado “Alforrias no Penedo, Alagoas: contexto local, questões nacionais (décadas de 1840 a 1880)”<sup>63</sup>, que analisa os documentos que compreendem os anos de 1845, 1855 a 1863, 1871 a 1882 e 1885 e 1886, a historiadora Luana Teixeira nos demonstra como a busca pela liberdade legal aconteceu na cidade de Penedo. Com o acesso os documentos catalogados para a pesquisa, podemos identificar uma Bebiana, no livro referente aos anos de 1855 a 1859. Ela é africana, com idade entre 45 e 30 anos, era moradora de Penedo, tinha como senhor Caetano Duarte, teria sido alforriada no início do ano de 1856, tendo sido pago e de forma integral.

Em outro trabalho sobre a presença negra escravizada na cidade de Penedo, que deixou de ser considerada vila em 1842<sup>64</sup>, a historiadora Luana Teixeira no artigo “Valores e escravos no Penedo, Alagoas, na década de 1850”<sup>65</sup> nos dá acesso a compreensão de documentos relacionados à cobrança de imposto por escravizado na cidade de Penedo, nos anos fiscais de 1854-1855, 1855-1856 e 1864-1865. A importância da descoberta e do estudo e desse tipo de documento, é que se trata de um dos principais documentos que sofreram perseguição para serem incinerados, com a ordem de Rui Barbosa, no início da República no Brasil. Um fator a ser levado em consideração é que essa taxa instituída para a posse de escravizado, era direcionada aos escravizados urbanos, cabe ressaltar que a decisão imperial dessa cobrança se deu após as revoltas urbanas da cidade de Salvador na década de 1830, com maior destaque a que aconteceu em 1835.

Na análise de Teixeira, o documento referente a 1854-1855 está incompleto, pois faltam informações básicas como: nome, cor, idade, naturalidade e ofício. Já na análise do segundo documento, de 1855-1856, percebe-se a inserção de nomes e local de residência dos

<sup>62</sup> Retomaremos este aspecto mais adiante.

<sup>63</sup> Alforrias no Penedo, Alagoas: contexto local, questões nacionais (décadas de 1840 a 1880). **Revista Crítica Histórica**, 13(26), 124–152. <https://doi.org/10.28998/rchv13n26.2022.0007>.

<sup>64</sup> MÉRO, Ernani. **Penedo: templos, ordens e confrarias**. Maceió: SERGASA, 1991.

<sup>65</sup> TEIXEIRA, Luana. **Valores e escravos no Penedo, Alagoas, na década de 1850**. *sÆculum - REVISTA DE HISTÓRIA* [34]; João Pessoa, jan./jun. 2016. [https://www.academia.edu/27537880/Vapores\\_e\\_escravos\\_no\\_Penedo\\_Alagoas\\_d%C3%A9cada\\_de\\_1850](https://www.academia.edu/27537880/Vapores_e_escravos_no_Penedo_Alagoas_d%C3%A9cada_de_1850)

escravizados. A diferença no total de escravizados com cobrança de impostos seria de 421, para o primeiro, e de 429, para o segundo, uma pequena diferença de 8 escravizados.

Com o acesso as fontes estudadas por Teixeira, os livros que registravam as taxas sobre cada escravizado, em especial, o referente aos anos tributários de 1855/56, que contava os nomes dos escravizados e dos proprietários, percebe-se a presença de três mulheres, todas as escravizadas chamavam-se “Bibiana”, nome que se assemelha ao encontrado no testamento, “Bebiana”. O primeiro registro, ela era propriedade de Francisco Mriz<sup>66</sup> Veigas, registro que também aparece nos tributos dos anos de 1854/55 com o nome do proprietário completo, sendo Francisco Martins Veigas, que teria que pagar o imposto referente a dois escravizados, Marcos e Bibiana. Nos dois anos tributados, (1854/55 e 1855/56), Francisco manteve a mesma quantidade de escravizados, o que nos leva a crer que Bibiana, como descrito na documentação, tenha sido propriedade dele por esses anos.

Bibiana também aparece como escravizada de Manoel José da Costa Batinga, que nos dois anos de tributação possuía cinco escravizados, Pedro, Maria, Prisca e Delfina, pagou o mesmo valor nas duas taxações. O último registro é com o proprietário Silvestre Domingues da Silva Pimentiera, onde aparece somente na segunda taxação, 1855/86, e possui cinco escravizadas, Joaquina, Faustina, Maria e Rita.

No ano de 1864/65 houve uma nova catalogação e tributação da posse de escravizados, os nomes dos escravizados não aparecem, mas o local da residência dos proprietários e com as informações das tributações da década de 1850, das pessoas que possuíam uma escravizada Bibiana, todos aparecem nessa nova cobrança. Francisco Veigas residia na rua da praia e tem um escravo, Manoel Batinga morava na rua da matriz e tinha três escravizados e Silvestre Pimenteira também habitava a rua da matriz e continuava com a mesma quantidade de escravizados de dez anos atrás, cinco.

Essas documentações, mesmo sendo muito importantes, são excludentes. Informações sobre os escravizados só aparecem no ano de 1855/56, mas somente os nomes, não indicam idade e se são africanos ou negros, se africanos qual seria a origem na África, não aparece idade; com esses dados, a atual pesquisa poderia ter avançado nas trajetórias e experiências dos testamentários.

A partir da observação dos aspectos estudados, notam-se pequenos fragmentos étnicos dos grupos afro-muçulmanos na cidade de Penedo, nos mais diversos documentos, livros de cobranças de taxas, autorizações de vendas e testamentos. Com a necessidade de aumentar as

---

<sup>66</sup> “Mriz” podendo ser uma abreviação de Martins

fontes documentais, tentando acessar as notas de compra e venda de escravizados, documentação eclesiais, como batismos, casamentos e óbitos, os documentos de irmandades que nossos indivíduos estudados estavam inseridos, documentação de cartórios, cartas de alforrias entre várias outras possibilidades. Todos documentos oficiais que não apontaram os indivíduos e suas nuances, não compreendem as teias e meios de sobrevivências dos escravizados.

Ao se estudar as experiências e vivências dos escravizados, deparamo-nos com o problema: o acesso à fonte. Muitos órgãos que salvaguardam os documentos no estado de Alagoas têm uma política que acaba dificultando as pesquisas sobre a população negra. Os documentos que se pode analisar foram produzidos pelos brancos escravocratas, como acórdão de devassas, de 1815, recenciamentos, usamos alguns censos do século XIX, as listas de taxas sobre escravizados e arquivos judiciários, dentre outros. Dentro desse cenário, objetiva-se revirar tais fontes, construindo assim uma história vista de baixo.

Um outro fato a corroborar com a problemática sobre as fontes no período da escravidão no século XIX, foi a determinação de Rui Barbosa, então Ministro da Fazenda da república recém-proclamada, para destruir os documentos relacionados à escravidão. O pedido do ministro que exigia o desaparecimento de documentos fiscais estatais, inicialmente, foi interpretado como uma tentativa de apagar a escravidão da História da recém-nascida república brasileira. Contudo, o enfoque ministerial dado às documentações fiscais demonstra a busca pela destruição do material que possibilitasse ou facilitasse a comprovação de posse de escravizados pelos antigos donos, evitando possíveis cobranças de indenizações, após a lei Áurea de 1888.

Além da destruição proporcionada pelo Ministério da Fazenda, no final do século XIX, em Alagoas, o pesquisador Moacir Medeiros de Sant'Ana relatou que esteve “[...] na Alfandega de Maceió, ao ser indagado acerca de seu acervo documental quando fomos informados de que nela havia procedido, em 1946, a uma incineração de todos os documentos desprovidos de valor administrativo”<sup>67</sup> (1989. p.60). No mesmo estudo descreve como conseguiu resgatar de um depósito de um negociante de papéis para reciclagem, já devidamente enfardados, livros e outros espécies documentais, com a ajuda do professor Luíz Sávio de Almeida, que era diretor do Departamento Estadual de Cultura.

No mesmo livro, Sant'Ana, o diretor do Arquivo público de Alagoas (APA), descreveu a venda de documentos considerados inutilizados pela Delegacia da Receita Federal, no ano de 1970, com a concorrência pública vencida por uma empresa de Recife. Mas antes da entrega

---

<sup>67</sup> SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **A queima de documentos da escravidão**. Maceió, Secretária de Comunicação Social, 1988. (P. 60)

dos papéis à empresa recifense, em diálogo e negociação com o Delegado da Receita, o diretor do APA conseguiu um prazo para análise de tais registros, outrora entregues a reciclagem e resgata “cerca de vinte metros quadrados de documentos” (SANT’ANA, 1989, p. 63).

Para melhor compreensão da importância dessa movimentação de Sant’Ana, em seu esforço de salvaguardar alguns documentos históricos sobre a escravidão em Alagoas, que estavam em eminência de destruição, podemos citar alguns documentos salvos: o livro de registro de saída de embarcações do porto de Maceió, entre os anos de 1825 a 1837; o livro de lançamento e receita da taxa de escravos do município de Traipu, relativo aos anos de 1848/49; o talão de receita da taxa de escravos da coletoria de Porto de Pedras, dos anos de 1870/71, e o livro de lançamento da receita dos salários de africanos livres do exercício de 1853/54. Alguns desses documentos sobreviveram à incineração do governo republicano e reciclagem e hoje se encontram para análise no Arquivo Público de Alagoas.

O registro sobre o falecimento de Bebiãna não foi encontrado, mas os documentos de registro de óbito localizados sugerem que ela tenha falecido após o seu testamento ser lavrado, em 2 de maio de 1886 até o final de 1887. Dois grupos de documentos sobre registros de falecimento foram encontrados, o primeiro, dos livros com os óbitos da cidade, é guardado na Igreja de São Gonçalo Garcia, referente aos anos de 1888 até 1893, e o segundo, são os registros do Ofício de Registro das Pessoas Naturais, que inicia sua atividade no ano de 1890; os cartórios de registros civis foram os órgãos atribuídos a serem os únicos a oficializar os nascimentos, casamentos e óbitos<sup>68</sup>, que era uma função da igreja católica.

Nesses dois documentos, o católico e o do cartório, não foi identificado o nome de nossa testamentária, sendo ela uma irmã juramentada de duas irmandades da cidade e com intenção de ser sepultada no cemitério da cidade, teria que fazer o registro de seu falecimento, seguir os trâmites formais. Tudo isso nos leva a crer nessa possível data de falecimento.

### **3.2 A trajetória de Benedicto Dutra**

[...] Em nome da Santíssima Trindade, Pai, Filho e Espírito Santo, em quem eu, Benedicto Dultra, firmemente creio em cuja fé protesto viver e morrer. Declaro que sou natural da Costa d’África, e meus pais já fallecerão. [...] Declaro que fallecendo nesta cidade se mandará celebrar uma ou duas missas de corpo presente e o meu funeral será feito da maneira que o meu testamenteiro determinar, sendo meu corpo conduzido em caixão para o cemitério público encomendado pelo reverendo vigário fazendo tão bem as exéquias do costume pela religião de Maomé [...] (MELLO, 2009, p. 202).

---

<sup>68</sup> Início do Registro Civil - 01 de janeiro de 1889 | Jusbrasil: decreto que regulamentava o registro civil no Brasil.



Testamento “datado de 8 de julho de 1888, feito na cidade de Penedo, província de Alagoas” (MELLO, 2009, p, 201), foi lavrado dois anos depois do testamento de Bebiana. Confessa-se crente na religião católica, firmando sua crença na trindade católica, mas pede que a par do enterro cristão lhe seja feito também o muçulmano, parece-nos ainda mais dividido do que Bebiana. A solicitação de cerimônia fúnebre muçulmana nos indica que existia uma comunidade e, principalmente, um líder religioso que conhecesse os ritos religiosos muçulmanos.

Benedicto apresentou os bens materiais que deixa e como se processará a herança. Confirma o testamento no leito de morte, não faz referência a nenhuma irmandade, a do Rosário dos Pretos e São Benedicto, da qual nossa outra testamentária participava, “mas afirma que deixa mulher, Maria Francisca dos Santos. Bebiana, ao contrário, é viúva e não teve filhos” (MELLO, 2009, p. 203). Essa afirmativa de Mello nos possibilita pensar que Benedicto, além de ser casado com Maria Francisca dos Santos, também teve filhos em seu casamento. Tivemos acesso a alguns batistérios e não conseguimos identificar a filiação de nenhum dos batizados com Benedicto e Maria Francisca.

No “Livro de Inscrição” do 1º Cartório de Notas de Penedo, com início no ano de 1865, foi registrado, em 24 de abril de 1877, que Benedicto Dutra compra duas casas, de Maria Francisca da Costa, na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, no valor de 362.000. Os envolvidos na negociação são moradores da cidade de Penedo. Essa transação imobiliária está registrada no Cartório de Notas de Penedo, as aparições são nos “Livro de Inscrição”, no livro “Indicador Pessoal” e no livro “Indicador Real”.

Maria Francisca da Costa é anunciada como “quitanderia”, uma trabalhadora da feira, que possivelmente foi uma vendedora de legumes, verduras, frutas e leguminosas. No ano de 1855, a Câmara de Penedo aprovaria a cobrança de imposto de cem réis para cada barraca que, trabalhadores da feira como ela, levantassem para comercializar os seus produtos; essa cobrança tinha como objeto ser redirecionada para a limpeza da cidade. Assim como a nossa testamentária, Bebiana Maria da Conceição Costa, tem o sobrenome “Costa”, que pode indicar o possível local de onde ela tenha vindo no comércio de escravizados africanos, a Costa da Mina, uma denominação genérica, como registrado no testamento de Bebiana.

As casas adquiridas por Benedicto foram pagas até 24 de novembro de 1877, tendo sete meses para efetuar o pagamento da compra, com juros estimado de 2% ao ano, sendo ele um “lavrador”, registrado no “Livro de Inscrição”, ou “agricultor”, denominação que aparece no livro de Indicação pessoal, podendo ser ele um dos fornecedores dos produtos vendidos pela “quitanderia” Maria Francisca. As casas eram localizadas na Rua da Misericórdia e foram

descritas como feitas de taipa e telhas, sendo construções vizinhas e, em ambas as residências, há fachadas contendo uma janela e um porta.

No ano de 1869, oito anos antes da aquisição das casas por Benedicto, em uma das viagens feitas pelo presidente da província alagoana, José Bento da Cunha Figueredo Junior conseguiu observar e descrever os espaços urbanos da cidade de Penedo e podemos perceber as mudanças nos espaços urbanos penedense, demonstradas através da não citação da rua da Misericórdia, localidade onde Benedicto teria comprado as suas residências.

As ruas com sobrados são as primeiras a serem citadas, como a rua do “*Commercio com 32 habitações (a mor parte sobrados)*” e a rua “*Barão de Penedo, com 38 (idem)*”, ambas ficam na beira do rio, demonstrando que quanto mais próximas da zona portuária da cidade, maior e mais imponentes seriam as *casas*. A rua “*Sete de Setembro (antiga do Crespo e Convento) com 47 (diversos sobrados)*”, nessa rua já aparecem casas menores dividindo espaços com número dos sobrados, assim como também as ruas “*da Matriz com 36 (idem)*”, a igreja Matriz de Penedo era Nossa Senhora do Rosário e “*Fernandes de Barros com 29 (idem)*”.

As demais ruas não constam a construção de sobrados, o que nos leva a crer que possa morar nessas ruas uma população menos abastada da cidade. A rua que contém mais residências é a do “*Cortume<sup>69</sup> com 217*”, podendo mostrar ainda a importância da atividade econômica com couro para a cidade de Penedo, como foi registrada no “Mappa de exportação pela Mesa de Rendas da Provínciaes da Mui Leal e Valorosa Cidade do Penedo do rio São Francisco, Província das Alagôas, dos Generos exportados para as cidades da Bahia e Pernambuco”<sup>70</sup> citado por Halfeld, em que se registra a o “cortume” como a terceira atividade mais exportada da cidade nos quadriênio de 1849-1850, 1850-1851, 1851-1852 e 1852-1853. A “*rua da Aurora 90*” e a “*Rua da Penha com 88*”, esta que poderia ser próxima à igreja de Nossa Senhora da Penha, que tem a irmandade negra de São Benedito, são as três ruas com o maior número de residências da cidade.

Outras ruas são citadas constando também o possível número de residências, como a “*do Rasário com 30*”, rua que poderia ser próxima à igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, com irmandade do mesmo nome, rua “*da Quitanda com 36*”, que é um indicativo de onde poderiam acontecer as feiras, para além da que acontece na beira do rio, na zona portuária, rua “*das Nymphas,<sup>71</sup> com 31*”, nome que pode indicar um possível local de prostituição na cidade portuária, como apontam Allegrette e Rodrigues (2019). Os bordéis gregos foram

---

<sup>69</sup> Podendo ser “Curtume”, local que se processa couro. [cortume - Dicionário Online Priberam de Português.](#)

<sup>70</sup> Ver anexo 1

<sup>71</sup> Podendo ser “ninfas”, mulher jovem e formosa. [Ninfas - Dicionário Online Priberam de Português.](#)

organizados por Sólon, legislador grego, esses locais de prostituição ficariam próximos aos portos e a beira mar, devido à grande movimentação de estrangeiros. Em Alagoas o memorialista Luiz Berto Junior (2021) aponta que a área portuária de Maceió,

[...] a zona do Jaraguá era dividida em três partes. Havia a área frequentada pela fina flor da elite da capital. Nos cabarés mais refinados, o Tabariz e a Alhambra eram famosos, onde se encontravam as mulheres mais belas, muitas “importadas” da Bahia, Rio, Argentina. Os estabelecimentos de segunda, como o Duque de Caxias e o Verde, eram um misto de bares e alguns quartos sem banheiro. “Mais adiante tinha o Sovaco do Urubu, que, aí sim, era zona de última categoria. O camarada passava na porta, pegava gonorreia.

A rua “dos pescadores 35” indica a possibilidade dessa classe trabalhadora morar na mesma localidade, sendo a pescaria uma atividade econômica local, como relatado por alguns viajantes, o rio São Francisco era abundante de pescado. Seguem as ruas “das bananeiras com 10”, “São Francisco com 30”, “da Bella-vista com 12”, “do Sol com 7”, “Cabula, 9”, “Jardim, 11”, “Amparo 23” e “do Melão com trinta e tantas”, totalizando, assim, com 20 ruas, a cidade de Penedo.

Ainda sobre o espaço urbano penedense e espaços de convívio, o presidente contabiliza cinco praças, a “Imperial da Corrente (3 sobrados)”, a de “S. Gonçalo Garcia (14 casas)” (ver anexo 8), a “Matriz 10”, “Rosário (38)” (ver figura 7) e a “Valentim Rocio (S. Gonçalo de Amarante) 31”. As cinco travessas são denominadas: “do Commercio (14 casas)” a “do Rosário (12)”, a “S. Gonçalo Garcia (7)”, “da Penha (2)” e “do Cortume 7”. Os becos com poucas habitações, o “do Rosário (1 casa)”, “das Flores (6)”, “do Forte (4)”, “da Cortezia (3)”, “do Peixoto, do Muniz, do Couto, e do Crespo”, e algumas residências por trás da trincheira. O Bairro Barro Vermelho é descrito com 81 casas e duas ruas, a “da Alegria” e “Santa Cruz”, enaltecendo as quatro olarias e alambiques presentes no bairro.

Em 1875, o nome de “Benedicto Dultra” aparece nas páginas do Jornal do Penedo, nas edições números 34, 35 e 36; o sobrenome tem uma pequena variação em relação ao nosso testamentário, que tem o sobrenome Dutra. A citação vem com várias outras pessoas mencionadas, todas que foram referidas seriam africanos livres que residiam em Penedo. O Consulado municipal utilizou o jornal que circulava na cidade para convocar, através de editais, os africanos livres para cumprir com as obrigações tributárias, uma taxa de 10 mil réis. Além da cobrança nos jornais, feita em três edições seguidas, o texto foi também afixado no lugar mais público da cidade.

Essa cobrança feita aos africanos livres e libertos de Alagoas foi legitimada na lei provincial de 7 de fevereiro de 1853, a principal finalidade era tributar os africanos “que mercadejam” (GALVÃO; ARAUJO, 1871, p. 279). Foi estipulado, além do valor cobrado, que pessoas de ambos os sexos seriam cobradas; a taxa seria arrecadada em cada cidade, vila e povoação da província, daria ao contribuinte o direito de comercializar em qualquer local de Alagoas. A arrecadação seria feita em todos os meses de julho.

A taxação foi estipulada na década de 1850, pelo governo provincial; na década de 1870 foi feita a cobrança nominal aos africanos livres no jornal da cidade, não inserindo os africanos libertos como sugere a lei. Ainda na mesma década, no Jornal do Penedo, na edição 70, são descritas as tributações da cidade e, entre elas, aparece o “imposto de 20\$ rs., por licença, a cada africano livre para mercadejar” (Jornal de Penedo, 1877, p. 01). Em 1881, a cobrança reaparece no jornal, mas com um valor menor, cobrando 5\$ rs. anuais para comercializar na cidade e povoações, aparecendo pela primeira vez, uma penalidade para os que forem mercadejar sem pagar a tributação, seriam acrescidos 10 rs. à conformidade.

Benedicto Dultra é citado como um homem solteiro, com 35 anos e residente na cidade de Penedo, alguns africanos livres referidos são residentes de alguns povoados, Perucabinha e Pindoba. No recenseamento de 1972, em Penedo, havia 84 africanos e, convocados pelo jornal, foram 40 africanos livres, três anos após, os demais 44 africanos, podendo ser libertos ou ainda estar escravizados.

Para o historiador Moisés Sebastião da Silva (2011), a categoria sociojurídica “africano livre” surgiu em 1817, com a Convenção Adicional, que atribuía a tutela desse africano ao Estado pelo prazo de 14 anos, tempo necessário para aprender a conviver no Brasil. Com o Brasil independente, a negociação dos ingleses para o fim do comércio de escravizados africanos era feita diretamente com o Império. Para cumprir com os acordos comerciais assinados e pela pressão política exercida pelos os ingleses, o governo brasileiro sanciona uma lei determinando que todos os africanos, apreendidos em embarcações ou desembarcados em território brasileiro, estariam livres. Os que não fossem reembarcados para o continente africano, poderiam ser arrematados por particulares, para trabalhos afins, sempre tendo a visita anual de um curador designado pelo Estado. Após os anos de serviço, muitos desses africanos livres buscaram a emancipação definitiva, junto ao presidente da província.

Marques (2013) analisa alguns documentos de africanos que desembarcavam ilegalmente na praia de barra do Camaragibe, local de constante desembarque. Em seu estudo, observou algumas solicitações de emancipação definitiva, feitas por africanos livres, que já

tinham sido arrematados por particulares e trabalhado por tempo suficiente para fazer o pedido. Como exemplo essa solicitação de Faiel,

[...] sendo apprehendido como contrabando no anno de 1850 foi desde então applicado para prestar seus serviços na Cadeia d' esta Cidade, onde se conservou por algum tempo, até que mostrando alli hum menos reprehensivel comportamento, passou a prestar os mesmos serviços no estabelecimento publico do Collegio dos Educandos artifices, onde se tem conservado até o prezente com melhor conducta, segundo me informou o actual Director do referido collegio. Hé quanto m' occorre d' informar a V. E. a respeito do seo africano livre (MARQUES, 2013, p. 86).

O documento especifica o local do seu desembarque em Alagoas, os dois locais públicos em que trabalhou, a Cadeia da cidade e o Collegio dos Educadores Artifices e nos dois locais foi enfatizado o seu comportamento exemplar, como forma de argumento para a sua emancipação.

Em sua pesquisa, Silva (2018) considera a “Repressão ao tráfico de escravizados em Alagoas em 1849”. O iate Nossa Senhora do Monte Carmo ancorou no porto de Maceió com 20 africanos, o patacho Feliz União, com mais de setena africanos, foi apreendido na praia do Morro de Camaragibe pelo Presidente da Província, em sua viagem para Porto Calvo. No mesmo dia dessa apreensão no litoral norte, foi informado que no litoral sul, em Coruripe, desembarcaram quase trinta africanos. Todos as pessoas apreendidas nessa atividade ilegal foram encaminhadas para a custódia do Estado.

Benedicto, africano livre aparece em 5 de abril de 1861, em um requerimento direcionado ao presidente da província, enviado por Henrique d’Azevedo que estava administrador do farol do porto de Maceió. No documento, o peticionário solicitava a concessão de um africano livre, para que esse o servisse em sua residência, pois o que o servia, o Benedicto, era “mui relaxado, insubordinado, e calaceiro, este mesmo, há dias que desapareceu desta Cidade, e anda fogitivo, sem delle haver noticias.<sup>72</sup>”

Nos documentos sobre a taxação de escravizados, (1884/85, 1885/86 e 1864/65), nos quais achamos três “Bibianas”, encontramos os nomes Benedicto e Maria, muito comuns de aparecerem entre escravizados, sendo propriedades da mesma pessoa, Agostinho Felix. A pesquisa sobre o nome dos dois, ainda como escravizados, é infrutífera, devido aos nomes simples. Outra abordagem com os documentos foi a busca de adoção dos sobrenomes de antigos senhores, como forma de ativação da relação de compadrio, no caso de Benedicto, assumindo o sobrenome Dutra. O Manoel, nagô liberto, citado por Duarte (1958, p. 36), mas sem nenhuma

---

<sup>72</sup> Informação sobre req. Henrique d' Azevedo env. pelo Curador ao Pres. Prov.;

outra referência – se era casado, onde morava, se participava de alguma comunidade católica negra da cidade –, não obtivemos nenhum avanço sobre ele, muito menos sobre a sua presença como liderança religiosa.

Maria Francisca dos Santos, a companheira de Benedicto, aparece nos registros de óbito do Ofício de Registro das Pessoas Naturais, o seu falecimento foi no dia sete de janeiro de 1891, consta como viúva, não tem como foi o seu óbito e quem foi registrar no cartório. Benedicto Dutra não aparece nos livros do cartório, que têm o início dos seus registros no começo de 1889, nos dando a possibilidade do falecimento entre o lavramento do testamento em 8 de julho de 1888 até o fim desse ano.

No livro de registros de óbitos da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário foi registrado o falecimento de Benedicto Dutra da Costa, nome que tem algumas diferenças em relação ao nome que aparece no testamento, o sobrenome “Dutra” ao invés de Dutra e o acréscimo do sobrenome “da Costa”. É documentado como um homem africano, com idade de sessenta e oito anos de idade e casado com Francisca da Costa, na trajetória de Benedicto tem uma Maria Francisca da Costa, como a quitandeira que vendeu uma casa para ele, em 1877. O nome da companheira que aparece neste registro de óbito difere do que aparece no testamento, Maria Francisca dos Santos.

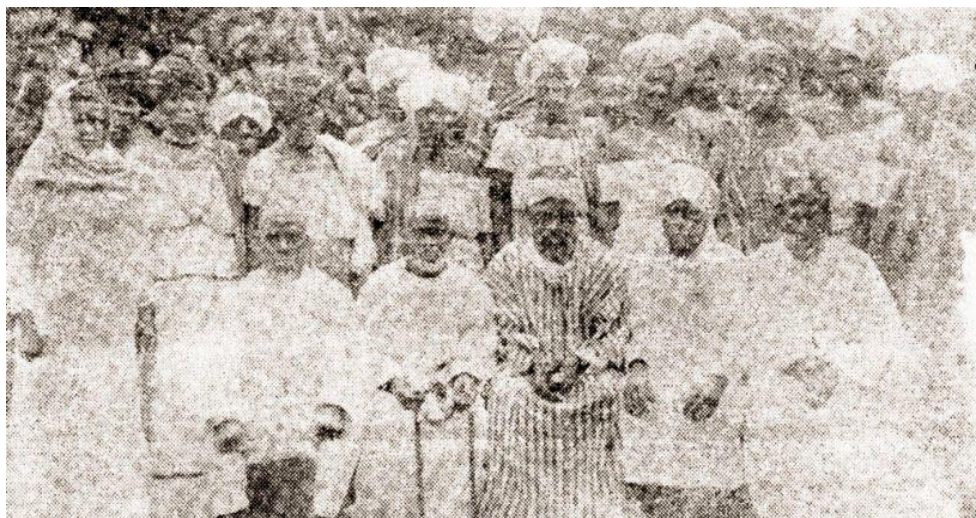
Benedicto era morador da cidade de Penedo, faleceu em casa em decorrência de uma febre no dia 8 de julho de 1888, tendo a possibilidade de ser o mesmo indivíduo que pesquisamos, o seu falecimento teria acontecido dois dias depois de registrar o seu testamento.

### **3.3 Comunidade islâmica negra Penedense**

Nos documentos sobre a cidade de Penedo do século XIX, tentamos analisar como as pessoas negras, em especial as muçulmanas, eram representadas, como a presença de um grupo de maometanos organizado era apresentada em seus documentos oficiais. Um dos elementos que conseguimos identificar foi a difundida fotografia publicada por Abelardo Duarte (1958), comentada brevemente na introdução.

A fotografia foi tirada pelo Dr. Carvalho Sobrinho, em 24 de agosto de 1887, cedida a Abelardo Duarte pelo interventor federal em Alagoas, Dr. Hermilio Freitas de Melro. Na parte de trás da fotografia, há as informações sobre autor, data e local, além dos dizeres “Candomblé – Brinquedo dos africanos de Penedo”. A foto não mais se encontra no IHGAL – Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

**Figura 17: Negros muçulmanos (malês) do Penedo**



Fonte: DUARTE, 1958, p. 37.

Neste momento, daremos destaque a um dos objetos que aparecem na foto, já que não conseguimos nenhuma informação a mais sobre a fotografia, nem sobre as pessoas que a compõem, nem se nossos testamentários estão na fotografia. O artefato religioso é o Tecebá, que está nas mãos do segundo homem, sentado da esquerda para a direita, instrumento utilizado para

recitação diária do tecebá, espécie de rosário contendo três séries de 33 contas cada uma. Na primeira série repete-se 33 vezes a prece "sub anaJai" (sub an Allah) - "eu invoco o nome de Deus"; na segunda série a oração é: "al hamudu lilai" (al handom il Allah) - "a graça de Deus"; na terceira série, se diz: "Allah akabaru" (Allah ekber) - "Deus é Grande" (ALMEIDA, 1974, p. 228).

Na análise dos espaços de memória da cidade de Penedo e o silenciamento da presença malês, Santos (2023) percebeu que no museu do Paço Imperial e no Memorial Raimundo Marinho, que ocupam o mesmo prédio e têm exposições permanentes, não existe sequer uma menção à população negra da cidade, quiçá, à presença negra muçulmana. Na Casa do Patrimônio de Penedo – IPHAN, que tem uma exposição linear permanente da história de Penedo, há algumas menções à população negra. A primeira é sobre o quantitativo populacional da cidade no ano de 1870 (ver figura 13), dois anos antes do recenseamento de 1872, contando com 2000 escravizados. Em 1888, aparece a fotografia de Lindmann (ver figura 11), tirada na frente da prefeitura municipal, em celebração à assinatura da Lei Áurea, e outras duas menções ao bairro Barro Vermelho, mas demonstrando como foi formado um bairro industrial, sequer citam os operários ou os moradores.



No terceiro espaço de memória, a Casa do Penedo, o mesmo local em que Priscilla Mello (2009) não teve acesso aos testamentos de Bebiana e Benedicto, Silva (2019) analisa o acervo exposto antes da mudança de endereço da Casa do Penedo, onde percebe exposição sobre a visita de Dom Pedro II (ver 1.1) e descreve o espaço onde estão os objetos relacionados à presença da população negra. Pilões, grilhões, cadeados, correntes, busto de Zumbi e uma maquete de uma praça, com estátua com representação dos orixás.

**Figura 18 : Peças do acervo da Fundação da Casa do Penedo**



Fonte: (SILVA, 2019, p. 132, 133).

Na exposição no novo espaço, chamado de Museu do São Francisco, podemos perceber a exibição de um apetrecho religioso que se assemelha a um tecebá, dois colares de contas, sendo utilizadas contas brancas e contas pretas. Para o historiador Eudson Santos (2022, p. 21),

o tecebá é a única referência patrimonial sobre a presença/existência de africanos islamizados entre os três locais institucional da memória na cidade de Penedo, mas como está exposto descontextualizado, o visitante acaba não tendo nenhuma informação sobre a utilidade do rosário muçulmano, podendo ser entendido como um terço católico ou como um colar de contas do candomblé.



Como a análise da figura 17, percebemos que diferente da descrição feita por Almeida (1974), de que o tecebá tem 99 contas, o exemplar preto exposto no Museu do São Francisco contém 33 contas, e possivelmente o branco, que tem o mesmo tamanho, possa ter a mesma quantidade do preto, sendo uma adaptação, uma adequação. O material exposto no museu provavelmente não é mesmo que está sendo usado pelo homem da figura 15.

**Figura 19: Tecebá: rosário muçulmano. Exposto no Museu do São Francisco**



Fonte: SANTOS, 2022, p. 21.

Um novo aspecto surge no cenário afro-penedense, a cronista Cristina Sanchez escreve sobre a festa da lavagem do beco ou Águas de Oxalá, que segue em cortejo para a escadaria da igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, um evento organizado pelas casas religiosas de matriz africana, que acontece todas as sextas antecessoras do carnaval. Segundo Sanchez (2022), existe uma

Boneca Negra (Bebiana) das festividades afro-religiosas é uma homenagem ao elemento Malê do Penedo, representando a figura de Bebiana Maria da Conceição Costa, natural da Costa D'África, que morou e faleceu em Penedo no dia 2.05.1886. Nasceu e viveu na religião de Maomé (Negra Malê), embora também pertencesse às Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e a de São Benedito ([Aqui Acontece - Pesquisadora conta como surgiu tradicional "Lavagem do Rosário" em Penedo](#))

Até o presente momento não obtivemos outras informações adicionais relacionadas à utilização dessa boneca no bloco de carnaval, se ele tem aspectos religiosos afro-brasileiros, se

tornando uma calunga<sup>73</sup>, ou se somente é uma figura alegórica do carnaval da cidade, nem como e quando essa boneca recebeu esse nome, possivelmente tenha acontecido após o trabalho de Mello (2009). Achamos um dos poucos registros do que pode ser a boneca chamada Bebiana, uma de nossas testamentárias, no meio do cortejo de baianas que estavam rumando para a Igreja do Rosário do Pretos, mas a foto é datada de 2016, tendo uma diferença de seis anos para a matéria de Sanchez.

**Figura 20: Boneca Bebiana em cortejo com as baianas**



Fonte: [Lavagem das Escadarias do Rosário de Penedo atraí milhares ao tradicional ritual - Prefeitura de Penedo / AL.](#)

Como podemos perceber na figura 18, a boneca Bebiana, que acompanha o cortejo das baianas para a lavagem da escadaria da igreja de Nossa Senhora do Rosário, pode se correlacionar com “O homem da meia noite”, bloco tradicional do carnaval de Olinda, ambos são bonecos gigantes (figura 19), que saem às ruas da cidade no domingo de carnaval. Para o pesquisador Felipe Gustavo Soares da Silva (2018, p. 53),

[...] a data de surgimento do bloco é dia 2 de fevereiro: no calendário do Candomblé, dia de Iemanjá. Para alguns, o boneco é considerado um calunga, figura do Candomblé, nos levando a crer em uma relação com esse tipo de credo. A produção cultural do candomblé por meio de adornos, pintura e vestes carregadas de um simbolismo, se relaciona com elementos próprios da montagem da roupa do boneco. A roupa, cada ano montada em segredo, traduz uma vasta quantidade de símbolos muitas vezes desconhecidos pelos foliões que participam do bloco.

<sup>73</sup> Para compreender “calunga”, Silva (2018) explica “a ligação com o Candomblé e Maracatu, e está ligado ao fato de que o boneco seria uma espécie de objeto sagrado que contém um espírito”.

**Figura 21: O Homem da meia noite nas ruas de Olinda**



Fonte: [ACONTECE: Homem da Meia-Noite 2016 \(acontecesantago.blogspot.com\)](http://acontecece:Homem-da-Meia-Noite-2016(acontecesantago.blogspot.com)).

Na década de 1860, o Brasil recebe a visita de um navio otomano, que atracou no Brasil sem intencionalidade, teve seu curso desviado devido à força do vento e parou na capital do império, o Rio de Janeiro. Um de seus tripulantes era o iraquiano e muçulmano Abd al-Raman al-Baghdádi, sendo ele capelão da embarcação. No tempo que desembarcou do navio, teve contato com a comunidade muçulmana do Rio de Janeiro, que tentou persuadi-lo a ficar no Brasil, e o líder religioso decidiu ampliar a sua estadia, que durou três anos e um livro de relatos de viagem intitulado “Deleite do estrangeiro em tudo que é espantoso e maravilhoso”.

A passagem de al-Baghdádi foi além do Rio de Janeiro, passou pelas comunidades negra muçulmanas de Salvador e Recife, essa circulação do imã pelo território brasileiro pode indicar que as comunidades de africanos de Alá mantinham algum tipo de comunicação, não sendo isoladas em suas províncias. No Rio de Janeiro,

Al- Baghdadi não chega a mencionar o lugar específico das reuniões. Mas narra que “todas as tardes a maioria dos muçulmanos comparecia à assembleia geral para aprender os princípios básicos do Islã. E diz também que são “quatro escolas” ao todo, como fica demonstrado no trecho transcrito a seguir. As lições giravam em torno do estudo dos hadiths – ditos do profeta –, além de inserir o estudo de temas como os “esplêndidos atributos de Alá”, as “qualidades de seu generoso profeta”, assim como explicações acerca dos rituais de ablução, de oração, alimentação e peregrinação. Também foram incluídas nas lições algumas tradições proféticas, além de diretivas úteis e exortações (MELLO, 2009, p. 213).

Na sua passagem por Recife, o local mais próximo da comunidade de Penedo, ele percebeu a comunidade com vivências desviantes dos princípios fundamentais de sua religião, pois

eles consumiam bebidas alcoólicas, casavam-se com não muçulmanas, cobravam para aceitar conversos em seus grupos, mal sabiam recitar o Livro Sagrado, não obedeciam à porção e às horas certas das orações diárias, nem acatavam o calendário muçulmano, sobretudo o tempo exato para a celebração do Ramadã, além do excessivo apego a amuletos, a adivinhação e a outras práticas consideradas pelo imã como impuras e supersticiosas (REIS, GOMES e CARVALHO, 2010, p. 338).

Um dos relatos mais importantes são sobre os ritos de passagem, que assim como o processo de nascimento, era preciso que fossem feitos ambos os registros na igreja, como não existia a obrigatoriedade de utilização dos cartórios de registro civil. Al-Baghdádi entendia como mera formalidade, que não era compreendida a real função do sepultamento na tradição cristã, mas sim com um profundo significado simbólico, baseado nos princípios do alcorão. Como o intento de, em sua presença no Brasil, compartilhar das práticas muçulmanas<sup>74</sup>, realizou o sepultamento de um irmão de fé, quando ele

fez um processo de lavagem ritual de um falecido para ensinar corretamente como deveria ser: “Instruí aos muçulmanos para que, após a vinda do sacerdote, eles despissem, lavassem, orassem pelo falecido e depois o levassem ao cemitério” (AL-BAGHDÁDI *apud* FARAH, 2007, p. 89). As pessoas falecidas deveriam ser posicionadas em direção de Meca, procedimento de que os muçulmanos brasileiros não tinham conhecimento. (OLIVEIRA, 2017, p. 120).

Com esse relato fúnebre de al-Baghdádi, podemos fazer um paralelo com a festa dos Mortos, ocorrida na cidade de Penedo, no ano de 1887, Melo Moraes a descreve e afirma que festividades nesse estilo tenham ocorrido somente em Penedo e atividades que poderiam se aproximar seriam realizadas pela comunidade do Rio de Janeiro, que seriam os velórios, como o realizado por al-Baghdádi, e os baquetes. A Festa dos Mortos era dividida em três etapas: rezas e jejuns; sacrifícios; banquetes e danças.

No primeiro momento da festividade, as orações e o jejum, que são dois dos cinco pilares do islamismo, ensinados por al-Baghdádi, era vetada a participação feminina, os participantes usavam um abadá branco, a única vestimenta diferente era a da maior autoridade da comunidade, que confirma o posicionamento central na figura 15 do alufá, que não conseguimos identificar nas documentações que acessamos, quem poderia ser esse líder. O segundo momento, era a parte do sacrifício de cordeiro, executado pelo chefe sacrificador (figura 20), empunhando um machado para o sacrifício, com as mãos e roupas intactas depois

---

<sup>74</sup> Um dos relatos de al-Baghdádi foi o ensinamento dos cinco pilares do islamismo quando compila “um tratado em escrita árabe e no idioma português no qual recordei tudo o que eu pude traduzir dos elevados atributos de Deus, o Altíssimo, e das obrigações da ablução ritual. Da oração (*salát*), do jejum, da peregrinação e da caridade (ALBAGHDÁDI *apud* FARAH, 2007, p. 79; OLIVEIRA, 2018, p. 123).

de concluir a hecatombe, haveria o seu recolhimento para orar e o resultado de seu trabalho seria compartilhado com os africanos presentes e guardando para distribuir com os ausentes.

**Figura 22: chefe sacrificador da Festa dos Mortos**



Fonte: MORAIS, 2002, p. 256.

A terceira e última cena desse ritual fúnebre era o banquete e as danças, contando com a participação feminina e aberto para a comunidade, demonstrando que a comunidade muçulmana de Penedo tinha boa relação com pessoas da cidade, pois elas participaram de uma festa fúnebre malê. O banquete “guisados esquisitos, os carurus, os acarajés, os aberéns, o arroz-de-açuá, africanamente condimentados” (MORAIS, 2002, p.257). Morais descreve a dançarina

“graciosa e vistosamente trajada, recobria-lhe a mão suspensa uma chuva de fitas de todas as cores, pendentes do cabo de uma varinha de prata de 60 centímetros de comprimento e em cuja extremidade tinham moedas de ouro, de encontro às voltas de miçangas e búzios que a adornavam de um palmo (MORAIS, 2002, p. 257).

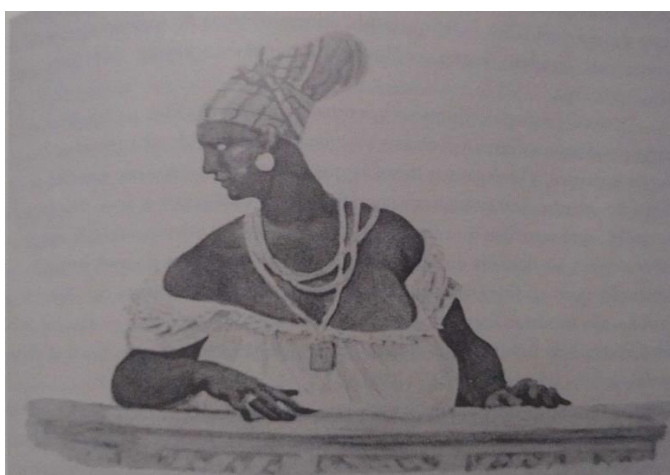
A influência afro-muçulmana pode ter passado do território de Penedo e ter chegado em Maceió, mesmo que em pequenos registros como na interpretação de Arthur Ramos, que foi citado por Abelardo Duarte (1958), de uma cantiga nas casas de religiões afro-brasileiras no início do século XX, que pode indicar uma pequena adaptação dos malês nas práticas religiosas de Maceió.

“Ogum menino é de malê  
Nu-ê, nuê!

Ogum menino é de malê  
Nu-ê, e rê-rê-rê!” (DUARTE, 1958, p. 56)

A historiadora Lilia Rose Ferreira (2021), ainda em sua pesquisa sobre as práticas afro-religiosas em Maceió, conseguiu perceber, através de análises dos anúncios em jornais do final do século XIX e início do XX, a presença de um item que foi introduzido no Brasil com a cultura malê, o patuá. A figura abaixo está representando uma mulher negra com seus colares e o que parece ser o amuleto de proteção pendurado em seu colo.

**Figura 23: Negra usando o que pode ser um amuleto**



Fonte: REIS, 2003, p.191.

O trabalho revela Joana Maria da Conceição, popularmente conhecida como “Preta mina Felicidade”; era residente da rua Conde d’Eu, nº230, local onde exercia suas funções de curandeira. No ano de 1892, na cidade de Maceió, foi publicado no jornal *Cruzeiro do Norte*, na edição de 7 de dezembro, a descrição da parte interna da residência de Felicidade, onde existiam

[...] chifres de boi e de carneiro, grande quantidade de ervas, muitas argolas de metal, pratos com farinhas desconhecidas, fitas, pedras denominadas pela feiticeira de come gallo, vidros com líquidos, rosários e **PATUÁS** e toda uma série de bugigangas que constituem a botica de tal espécie de curandeiros (FERREIRA, 2021, p. 92). **(Grifo nosso)**

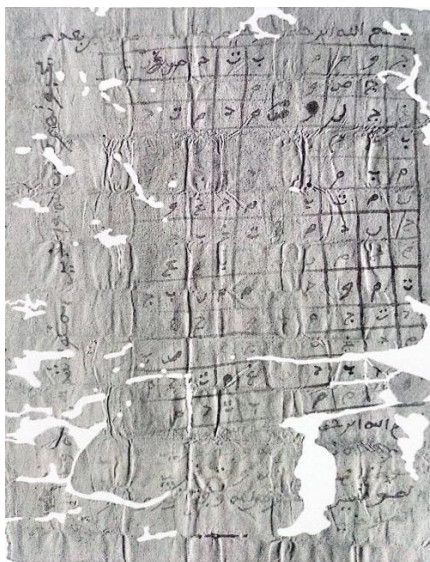
Para Reis (2003) esses amuletos, tidos como talismãs, remontam aos tempos coloniais, quando eram chamados de mandingas, adquirindo com o tempo novos uso e significados. Durante a devassa da revolta dos malês de 1835, muitos desses objetos foram encontrados com os revoltosos e com africanos, estes “eram envoltos em pano-da-costa, mas o uso de couro era mais comum. Em muitos casos, outros ingredientes acompanhavam os papéis” (REIS, 2003, p. 183). Além de pequenos trechos do alcorão, esses talismãs podiam trazer algodão, búzios, ervas



maceradas e até areia com a umedecida na lavagem das tábuas sobre as quais eram escritas as orações ou exercícios de fé islâmica.

Um dos patuás que foram apreendidos (figura 22) após a revolta malês, de 1835, tinha em seu interior uma dessas orações islâmicas escritas. Em algumas partes traduzidas, percebe-se extração do alcorão, com “Em nome de Deus, o Clemente, o Misericordioso”, “ajuda de deus e triunfo iminente dá a boa notícia” (REIS, 2003, p. 187) e “segue uma figura mágica retangular, dividida em 11 por 13 = 143 quadrados. Estes são preenchidos por letras isoladas, a cada uma das quais temos de atribuir um valor numérico” (REIS, 2003, p.186). Outros amuletos confiscados eram, segundo os donos, para proteção nos acontecimentos de viagem, para servir de fortuna e para se livrar da boca do povo.

**Figura 24: Amuleto apreendido dentro de um patuá**



Fonte: REIS, 2003, p. 186.

Após o registro fotográfico (figura 15), publicado por Duarte (1958, p.42), foi o último registro da presença afro-muçulmana em Penedo. Duarte afirma que

[...] somente depois da abolição, pois, e com o desaparecimento gradativo (por morte e partida para África) dos elementos puros de procedência do Sudão e a miscigenação, se foi aos poucos extinguindo e apagando, n'alma dos descendentes dos últimos e velhos guerreiros e penitentes malês, os últimos lampejos da religião-máter.

Duarte sugere que a origem dos malês de Penedo sejam do Sudão, mas, como vimos nos testamentos, a origem étnica africana não era mais um elemento que aparecia nos documentos, mas o aspecto religioso; não é citado por Duarte (1958) quem seriam os

“elementos puros”, já que o único nome mencionado em sua obra é o de Manoel, nagô liberto (p. 36).

Um dos fatores para o desaparecimento da comunidade muçulmana de Penedo, segundo Duarte (1958) seria a possível retorno à África após a assinatura da lei Áurea, o autor não apresenta fonte relacionado a isso, tampouco quantifica esse grupo, quantos africanos ainda viviam na cidade, sendo escravizados ou estando libertos, o que sabemos, em relação ao quantitativo de africanos na cidade, são as informações relativas ao recenseamento de 1872: Penedo contabilizava com 84 africanos, sendo 53 escravizados e 31 alforriado e livre.

Reis (2003) nos indica que alguns africanos malês, depois da revolta de 1835, solicitaram o retorno a África, mesmo não sendo processados, decidiram pela viagem de volta com receio da possibilidade de serem injustamente acusados de conspiração, fugiram das cenas de flagelos públicos. Essa viagem de retorno não era custeada pelo governo, os retornados tiveram que pagar, eles próprios, suas passagens.

Nesse capítulo fizemos as trajetórias de Bebiana Maria da Conceição Costa e de Benedicto Dutra, levando como fonte inicial os seus testamentos, tentando de elucidar as suas trajetórias e suas relações sociais na cidade de Penedo. No último momento do capítulo buscamos construir alguns aspectos da cultura afro-muçulmana penedense que ainda estão presentes na sociedade atualmente e alguns outros aspectos que permaneceram no imediato pós-abolição.



#### 4 CONCLUSÃO

As pesquisas sobre a história e atuação da população negra em Alagoas está se ampliando e embarcando novos atores, objetos, problemáticas e novas temáticas. Esta pesquisa se encaixa nessa perspectiva, ao procurar dar luz à presença negra muçulmana em Penedo, na segunda metade do século XIX, pois até o momento, o que se sabia era relativo ao organizado levante de 1815, que pouco foi citado nesta pesquisa, e também quando busca apresentar nomes pouco explorados pela pesquisa no campo da História. Tais sujeitos foram excluídos por diversos motivos, a cor, origem, sexo, a condição social e, principalmente, crença.

Objetivou-se compreender como pessoas que não residiam em Penedo vivenciavam e percebiam o cotidiano da cidade. Desse modo, utilizamos relatos de viajantes, sendo profissionais contratados pelo Império, como também viajantes a turismo. Além dos relatos nos diários e jornais, foram utilizados os desenhos produzidos que representam a cidade e as fotografias tiradas e, através desses registros, buscou-se o olhar do viajante para a população da cidade, em especial a população negra, e alguns espaços de sociabilidade, como as igrejas, irmandades negras, as feiras, os portos e na navegação do São Francisco. A população negra de Penedo não aparece nos desenhos e pouco são observadas nas fotografias e nos relatos, e se formos delimitar para o objeto dessa pesquisa, a população africana muçulmana, a inexistência é eminente.

Em busca das informações populacionais de Penedo, analisamos os recenseamentos de 1872 e 1890, além da revolta popular dos maribondos, ocorrida no início da década de 1850. Nesses documentos oficiais, podemos perceber a quase inexistência da população africana em Penedo, e o desaparecimento de qualquer característica muçulmana dos documentos, como afirmação de sua religião, podendo constar como acatólico ou católico, e seu conhecimento na língua árabe, constavam como analfabetos, possivelmente julgando a alfabetização somente em português, mas não na língua árabe, necessária para leitura dos livros sagrados islâmicos.

Constatamos como a população negra da cidade era quantificada nos jornais, como era feita a solicitação de impostos e informações sobre a população, com recenseamento provinciais e municipais. As igrejas católicas divulgavam as suas procissões. As poucas informações sobre as irmandades do Rosário dos Pretos e de São Benedito são as publicações de seus compromissos pela assembleia provincial, ficando, para as futuras pesquisas, os aprofundamentos das relações entre o catolicismo das irmandades com as práticas islâmicas, e

como a população africana era compreendida nas posturas municipais, somente aparecendo em uma situação, e na condição de escravizada.

O último capítulo foi direcionado para Bebiana e Benedicto, pessoas que viviam o cotidiano da cidade, que buscavam através das relações de compadrio e de autoproteção das irmandades, seus processos com a escravidão, libertação e liberdade. Como construíram suas famílias, suas moradas, como apareciam em jornais e os seus ritos de passagens, como solicitados em seus respectivos testamentos. A aparição mais constante do nome de Benedicto, desde o ofício sobre os africanos livres, a compra de uma residência, a cobrança de taxa para “mercadejar”, publicada em jornal e o seu óbito, nos demonstra como a mulher africana, como exemplo a Bebiana, era invisibilizada na sociedade e nos documentos oficiais. Já que de nossa testamentária só identificamos a possível compra de alforria e deduzimos o ano de falecimento. Não encontrarmos outros documentos das irmandades nas quais ela estava inserida dificultou a maior construção de sua trajetória e experiência.

As fontes que trataram da presença negra muçulmana, mesmo que diminutas, puderam contribuir com as análises sobre o cotidiano de Penedo e com algumas influências no fim do imediato pós-abolição e início do século XX. A partir da Festa dos Mortos, relatada por Mello Moraes, que ocorreu em Penedo no ano de 1888, buscou-se compreender a relação que havia entre os testamentários muçulmanos e a festa, assim como também relacionar com os ritos funerários islâmicos relatados pela Al-Baghdadi, o irmão iraquiano, que passou pelo Brasil na década de 1860. Percebemos a possível influência dos amuletos islâmicos nas casas de xang de Maceió, como a presença de um patuá, que é um objeto de proteção muito utilizado pelos malês na revolta ocorrida em Salvador em 1835.

Há, em exposição permanente da Casa do Penedo, a exibição de um artefato religiosos islâmico, o tecebá, registrado na fotografia disponibilizada por Duarte (1958). Outro elemento contemporâneo é a boneca gigante Bebiana, que saiu em cortejo com as casas religiosas de matrizes africanas, para a lavagem do pátio da igreja do Rosário dos Pretos. Esse aspecto da boneca Bebiana com o candomblé e a origem do tecebá da Casa do Penedo são elementos a serem aprofundados por pesquisas futuras.

Em suma, este trabalho trouxe avanços no que se refere à população africana negra, em especial malê, de Penedo. Apesar disso, muitos aspectos ainda necessitam de investigação mais aprofundada em próximos trabalhos, como a exemplo dos nomes dos africanos livres nas listas dos jornais, publicados em 1875; as irmandades do Rosário dos Pretos que têm os livros de entradas, finanças, de reunião e os compromissos firmados pela assembleia provincial e a arquidiocese. A existência dessa comunidade na primeira metade do século XIX, o processo de

repressão sofrida pela população escravizada, após a organização da revolta de 1815, como conseguiram se manter firmes até o imediato pós-abolição são questões em aberto, até o presente momento. Muito há de ser estudado sobre a presença dos malês em Alagoas.



Anexo 3



Instituto Histórico e Geográfico Alagoano. Viagens de José Bento da Cunha Figueiredo Júnior à Província das Alagoas. 2. ed. Maceió: Grafmarques, 2010, s/n.

Anexo 4



[Pelos Lentes de Marc Ferrez \(parte 1\) - Canoa de Tolda.](#)



Anexo 5



[Pelos Lentes de Marc Ferrez \(parte 1\) - Canoa de Tolda.](#)

Anexo 6



[Pelos Lentes de Marc Ferrez \(parte 1\) - Canoa de Tolda.](#)

Anexo 7



[Pelos Lentes de Marc Ferrez \(parte 1\) - Canoa de Tolda.](#)

Anexo 8



[MEMÓRIA DESCRITIVA E ESTATÍSTICA DO RIO DE SÃO FRANCISCO - Canoa de Tolda.](#)

## TIPOLOGIA DAS FONTES

### Fontes

#### 1º tabelionato de notas, protesto e ofício de registro de imóveis

Livro de Inscrição

Livro de Indicador Pessoal

Indicador Real

### Fórum de Penedo

Acervo do Fórum de Penedo. Cartório do 1o Tabelião de Penedo [provável]. Livro de registros de escrituras e notas, 1855-1859. fls. 196.

### Family Search

Registro de óbito de Maria Francisca dos Santos <https://www.familysearch.org/pt/>

### Livro de Óbito 1888-1893 – Igreja São Gonçalo Garcia

Registro de óbito de Benedicto Dultra da Costa

### Fontes

**Festa das Águas de Oxalá** [Lavagem das Escadarias do Rosário de Penedo atraí milhares ao tradicional ritual - Prefeitura de Penedo / AL](#)

[Aqui Acontece - Pesquisadora conta como surgiu tradicional "Lavagem do Rosário" em Penedo](#)

### Fotos de Marc [Pelos Lentes de Marc Ferrez \(parte 1\) - Canoa de Tolda](#)

**Biblioteca Nacional Digital do Brasil**

Relato viagem com o Marc [Jornal de Recife \(PE\) - 1858 a 1938 - DocReader Web \(bn.br\)](#)

### Vários jornais e edições da cidade de Penedo

Local: Hemeroteca Digital <http://hemerotecadigital.bn.br/>.

Jornal do Penedo

Edição 29, 1875;

Edição 34, 1875;

Edição 35, 1875;

Edição 36, 1875;

Edição 40, 1877;

Edição 19, 1881;

Edição 23, 1881;



Edição 43, 1890.

**Arquivo Público do Estado de Alagoas**

Notas sobre a população do termo da Vila do Penedo 1828. Caixa 313;

Lista dos crimes perpetrados por escravos no município de Penedo, 1876. Caixa 1423.

Informação sobre req. Faiel env. pelo Curador ao Pres. Prov. 15/04/1861.

Mesa de rendas Penedo, ofícios expedidos, 1854-1856. Caixa 1010.

Informação sobre req. Henrique d' Azevedo env. pelo Curador ao Pres. Prov.;

Ofício 16 – Ano 1865 – imposto casas comerciais e taxa de escravos Cópia do lançamento da taxa de escravos da mesa de rendas geraes da Cidade do Penedo no actual exercício de 1864-1865. Cx. 4869.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Geraldo Antônio Coelho de. OS SACRAMENTOS DE INICIAÇÃO E O CATOLICISMO NO BRASIL COLONIAL. *Perspectiva Teológica*, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 205, 1974. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/2384> Acesso em: 13 jan. 2024.
- ALMEIDA, Luiz Sávio de. **Alagoas: ensaios sobre os negros e escravos no Censo de 1872**. 2ª ed. Arapiraca: Eduneal, 2021.
- ALVES, Fabianne Nayra Santos. **Os pardos da Vila do Penedo do rio São Francisco: escravidão, hierarquia e distinção social em Alagoas (1758-1819)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Alagoas. Pós-graduação em História, Maceió, 2018. <http://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/5066/1/Os%20pardos%20da%20Vila%20do%20Penedo%20do%20rio%20S%20c%3a3o%20Francisco%20%20escravid%20c%3a3o%20e%20hie%20rarquias%20e.pdf>
- ANDRADE, Fernando Antônio Gomes de. *Legba: a guerra contra o Xangô em 1912*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2015.
- ANDRADE, Juliana Alves de. **Gente do vale: experiências camponesas no interior da província das Alagoas (1870 – 1890)** – Recife: 2014.
- ARAÚJO, Laís Gois de. **A prática educativa da mandiocada nas comunidades quilombolas Tabuleiro dos Negros e Sapé - Alagoas**. 2019. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019. [LAIS GOIS ARAUJO.pdf \(ufs.br\)](#)
- BARBOSA, Felipe da Silva. **Do topos ao trópico a representação dos grupos étnicos indígenas no IHGAL (1875 – 1901)**. 2015. 112 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015. [repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/2166/1/Do topos ao tropico a representacao dos grupos eticos indigenas no IHGAL 1875-1901.pdf](http://repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/2166/1/Do%20topos%20ao%20tropico%20a%20representacao%20dos%20grupos%20eticos%20indigenas%20no%20IHGAL%201875-1901.pdf)
- BARROS, José D'Assunção. **A fonte histórica e seu lugar de produção**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.
- BRANDÃO, Alfredo. **Os negros na história de Alagoas**. Comissão Estadual do Centenário da Abolição, 1988.
- BEDIAGA, Begonha (Org.). “**Diário do Imperador D. Pedro II (1840-1891)**”. Petrópolis: Museu Imperial, 1999. Disponível em: [Transcrições dos diários de d. Pedro II \(1840 – 1891\) – Museu Imperial \(museus.gov.br\)](#)
- CASTRO, Hebe. **História Social**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 42-52.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- \_\_\_\_\_ **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da. **Espaços negros: “ganhos” e “cantos”; em Salvador no Século XIX**. Salvador: 1991. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18842/12212>
- DUARTE, Abelardo. **Negros muçulmanos em Alagoas (os malês)**. Maceió: Edições Caetés, 1958.

FALCON, Francisco. **História e Poder**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 53-74.

FREIRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação das famílias brasileiras sob o regime da economia patriarcal**. 49 ed. São Paulo: Global, 2004.

FREITAS, Décio. **Insurreições escravas**. Porto Alegre: Editora Movimento, 1976.

FIGUEIRÓ, Fernanda Brunetta. **Casa do Patrimônio de Penedo: Entre novos paradigmas e antigas práticas, 257 fls.** Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2017. [portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dissertação\\_Fernanda\\_Brunetta\\_Figueiró.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dissertação_Fernanda_Brunetta_Figueiró.pdf)

GALVÃO, Olympio Euzebio de Arroxellas; ARAUJO, Tiburelo Valeriano de. **Compilação da Leis Provinciaes de 1835-1870. Tomo III. Legislação e actos dos anos de 1851-1856**. Maceió: Topographia Commercial de A. J. da Costa, 1871.

GINZBURG, C. **Mitos, Emblemas e Sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_, GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. **O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico**. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989. p. 169- 178.

HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. **Atlas e relatório concernente a exploração do Rio de S. Francisco desde a Cachoeira da Pirapora até ao Oceano Atlântico: levantado por Ordem do Governo de S. M. I. O Senhor Dom Pedro II**. Rio de Janeiro. Typ Moderna de Georges Bertrand, 1860. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/185636>

INSTITUTO Histórico e Geográfico Alagoano. **Viagens de José Bento da Cunha Figueiredo Júnior à Província das Alagoas**. 2. ed. Maceió: Grafmarques, 2010.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. 11. Ed. Recife: Massangana, 2002 [1816].

LAGO, Pedro Correa; LAGO, Bia Correia. **Coleção Princesa Isabel**. Rio de Janeiro: Editora Capivara, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 7 ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LIMA, Fernando Henrique de Almeida. **Relatos de viagem como fonte historiográfica: Principais abordagens, limitações e possibilidades**. Anais do 2º Encontro Internacional História e Parcerias, 2019. [1579528825\\_ARQUIVO\\_6325cce5e73484f7200d1b4c3c30846d.pdf](http://1579528825_ARQUIVO_6325cce5e73484f7200d1b4c3c30846d.pdf) (anpuh.org)

LIMA JÚNIOR, Felix. **Escravidão em Alagoas**. Maceió: Departamento de assuntos culturais da Secretária de educação e cultura, 1975.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; ARIZA, Marília Bueno de Araújo. **Escravas e libertas na cidade: experiências de trabalho, maternidade e emancipação na cidade de São Paulo**. In: BARONE, Ana; RIOS, Ana (ORGS). *Negros nas cidades brasileiras (1890-1950)*. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2018.

MARQUES, Danilo Luis. **Escravidão, Quotidiano e Gênero na Emergente Capital Alagoana (1849-118)**. Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana Ano VI, Nº XI, Agosto/2013 In. [file:///C:/Users/CB/Downloads/88912-Texto%20do%20artigo-126434-1-10-20141216%20\(1\).pdf](http://file:///C:/Users/CB/Downloads/88912-Texto%20do%20artigo-126434-1-10-20141216%20(1).pdf)

\_\_\_\_\_. **Sobreviver e resistir – Os caminhos para a Liberdade de escravizados e africanos livres em Maceió (1849-1888)**. Blumenau: Nova Letra, 2016.

MELLO, Janaína Cardoso de. **Alagoas e a escrita de si mesma e da sua gente no século XIX: entre silêncios, cabanos, matas e censos demográficos.** Revista Crítica Histórica, v. 1, n. 1 (2010). [Alagoas e a escrita de si mesma e da sua gente no século XIX: entre silêncios, cabanos, matas e censos demográficos | Cardoso de Mello | \[TESTE\] Revista Crítica Histórica \(ufal.br\)](#)

MELLO, Priscilla Leal. **Leitura, encantamento e rebelião: o Islã negro no Brasil no século XIX.** Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense. Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, 2009, disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1111.pdf>

MELO, Heldér Silva de. **Dados estatísticos e escravidão em Alagoas.** In. MACIEL, Osvaldo. *Pesquisando (n)a província: economia, trabalho e cultura numa sociedade escravista (Alagoas, século XIX).* Maceió: Q Gráfica, 2011.

MELO, Morais Filho. **Festas e tradições populares do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. Disponível em : <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1061>

MÉRO, Ernani. **Penedo: templos, ordens e confrarias.** Maceió: SERGASA, 1991.

MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. **Violência apaziguada: escravidão e cultivo do café nas fotografias de Marc Ferrez (1882-1885).** Revista Brasileira de História, vol. 37, no 74 • pp. 33-62 [SciELO - Brasil - Violência apaziguada: escravidão e cultivo do café nas fotografias de Marc Ferrez \(1882-1885\)1 Violência apaziguada: escravidão e cultivo do café nas fotografias de Marc Ferrez \(1882-1885\)1](#)

OLIVEIRA, Eliane Caroline Rocha. **Tráfico ilegal de escravos em Alagoas (1850-1856).** In. MACIEL, Osvaldo (ORG.). *Pesquisando (n)a província: economia, trabalho e cultura numa sociedade escravista (Alagoas, século XIX).* Maceió, Q Gráfica, 2011.

OLIVEIRA, Maria Aparecida de. **Do matizado do copo ao matizado da escrita: o pacto de leitura em Deleite do estrangeiro em tudo o que é espantoso e maravilhoso.** 2017. 141 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Linguagens, Cuiabá, 2017. <http://ri.ufmt.br/handle/1/4054>

RAMOS, Arthur. **O negro no Brasil.** Rio de Janeiro: Graphia, 2001.

REIS, João José. **Rebeliões escravas no Brasil: A história do levante dos Malês em 1835.** São Paulo: Cia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. **Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

\_\_\_\_\_, CARVALHO, Marcus J. M. de, GOMES, Flávio dos Santos. **O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (1822-1853).** São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

SAMPAIO, Theodoro. 1905. **O Rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina: trechos de um diário de viagem (1879-80).** Publicado pela primeira vez na Revista S. Cruz. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas. Disponível em: [O Rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina \(Sampaio 1905\) - Biblioteca Digital Curt Nimuendajú \(etnolinguistica.org\).](#)

SANT'ANNA, Moacir Medeiros. **Mitos da escravidão.** Maceió: Secretária de Comunicação Social, 1989.

SANTOS, Eudson Silva dos. **Os malês na cidade de Penedo e o silêncio dos espaços de memória.** Especialização em História de Alagoas. IFAL – Instituto Federal de Alagoas, 2022. <https://repositorio.ifal.edu.br/handle/123456789/193>

SANTOS, Eudson Silva dos. **Os malês na cidade de Penedo e o silêncio dos espaços de memória.** In. **História de Alagoas: temas e problemas.** Arapiraca: Eduneal, 2023

SANTOS, Luiza Sahara da Silva. **Inventário Livros de Assentamentos 1802-2015: Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió.** Alagoas: Editora Olyver, 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Helena Murgel. **Brasil: uma biografia.** 2ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

\_\_\_\_\_. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** São Paulo. Companhia das Letras, 2019.

SCHWARTZ, Stuart B. **Cantos e quilombos numa conspiração de escravos Haussás - Bahia, 1814.** In. REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (ORGS.). **Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil.** São Paulo: Cia das Letras, 1996

SILVA, Felipe Gustavo Soares da. **O misticismo do bloco carnavalesco homem da meia noite.** Revista Missioneira, Santo Ângelo, v. 20, n. 1, p. 43-56, jan./jun. 2018. [322642298.pdf \(core.ac.uk\)](https://core.ac.uk/doi/10.33264/2298)

SILVA, Laise Maria da. **Às margens do esquecimento: análise dos discursos sobre os/as negros/as nos itinerários turísticos em Penedo/AL.** Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal de Sergipe – UFS, 2019. [LAISE MARIA SILVA.pdf \(ufs.br\)](https://ufes.br/laise-maria-silva)

SILVA, Luiz Geraldo. **“Sementes da sedição”: etnia, revolta escrava e controle social na América portuguesa (1808-1817).** In. REIS, João José, SILVEIRA, Renato da e ZAMPARONI, Valdemir (Ed.). **Afro-Ásia** nº 25-26 (2001). <https://pt.scribd.com/document/369217000/afroasiarevoltaescravanaamericaportuguesa>

SILVA, Moisés Sebastião. **Vida na fronteira: a experiência dos africanos livres em Alagoas (1850-1864).** In. MACIEL, Osvaldo (ORG.). **Pesquisando (n)a província: economia, trabalho e cultura numa sociedade escravista (Alagoas, século XIX).** Maceió, Q Gráfica, 2011.

\_\_\_\_\_. **Repressão ao tráfico de escravos em Alagoas em 1849.** In. SILVA JUNIOR, Aldemir de Barros da, SILVA, Moisés Sebastião. **Olhares sobre a província de Alagoas.** Arapiraca: Eduneal, 2018.

\_\_\_\_\_. **Experiências entre a escravidão e a liberdade: os africanos livres na província de Alagoas (1859-1864).** XXVII Simpósio Nacional de História-ANPUH: conhecimento histórico e diálogo social. Natal-RN, 2013. [https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1391634717\\_ARQUIVO\\_Trabaho\\_verse\\_o\\_final.pdf](https://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1391634717_ARQUIVO_Trabaho_verse_o_final.pdf)

SOARES, Mariza de Carvalho e MELLO, Priscilla Leal. **O resto perdeu-se? História e folclore: o caso dos muçulmanos das Alagoas.** In. CAVALCANTE, Bruno César, FERNADES, Clara Suassuna e BARROS, Raquel Rocha de Almeida. **KULÉ KULÉ – Visibilidades negras.** Maceió: EDUFAL, 2006.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou o planetário de erros.** Rio de Janeiro. Zahar, 1981.

TEIXEIRA, Luana. **Valores e escravos no Penedo, Alagoas, na década de 1850.** *sÆculum - REVISTA DE HISTÓRIA* [34]; João Pessoa, jan./jun. 2016. [https://www.academia.edu/27537880/Vapores\\_e\\_escravos\\_no\\_Penedo\\_Alagoas\\_d%C3%A9cada\\_de\\_1850](https://www.academia.edu/27537880/Vapores_e_escravos_no_Penedo_Alagoas_d%C3%A9cada_de_1850)

\_\_\_\_\_; MARQUES, Danilo Luiz; SILVA, Gian Carlo de Melo (orgs.). **História da escravidão em Alagoas: diálogo contemporâneo**. Maceió: EDUFAL, 2017.

\_\_\_\_\_. **Negócios da escravidão em Alagoas: Comércio interprovincial de escravos em Maceió e Penedo (1842-1881)**. Maceió: FAPEAL: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2017.

\_\_\_\_\_. *Alforrias no Penedo, Alagoas: contexto local, questões nacionais (décadas de 1840 a 1880)*. *Revista Crítica Histórica*, 13(26), 124-152.  
<https://doi.org/10.28998/rchv13n26.2022.0007>

\_\_\_\_\_. *Agostinho Aussá: depoimento de um africano livre submetido a escravidão*. *Revista de fontes*, v. 09, n. 16 – Guarulhos, jul. de 2022, 143-149.  
[TEIXEIRA 2022. Agostinho Ausssa.pdf \(d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net\)](#)

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da história** / Michel-Rolph Trouillot; tradução de Sebastião Nascimento. – Curitiba: huya, 2016.